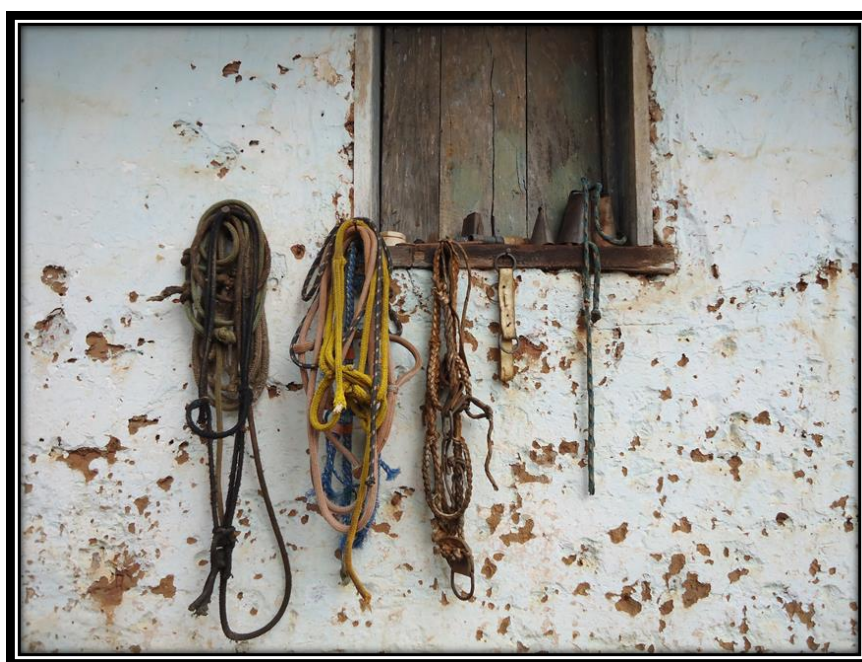


**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**  
**Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais**

**Clebson Souza de Almeida**

**TERRITÓRIO DA ÁGUA, TERRITÓRIO DA VIDA:**  
**Comunidades Tradicionais e a Monocultura do Eucalipto no Alto Jequitinhonha**



**Diamantina**  
**2018**

**Clebson Souza de Almeida**

**TERRITÓRIO DA ÁGUA, TERRITÓRIO DA VIDA:  
Comunidades Tradicionais e a Monocultura do Eucalipto no Alto Jequitinhonha**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais – PPGER, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Aline Weber Sulzbacher

**Diamantina  
2018**

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A447t

Almeida, Clebson Souza de

Território da água, território da vida: comunidades tradicionais e a monocultura do eucalipto no Alto Jequitinhonha / Clebson Souza de Almeida, 2018.

155 p. : il.

Orientadora: Aline Weber Sulzbacher

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Estudo Rurais) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2018.

1. Eucalipto. 2. Água. 3. Comunidade tradicional. 4. Território.  
I. Sulzbacher, Aline Weber. II. Título. III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

**CDD 307.7**

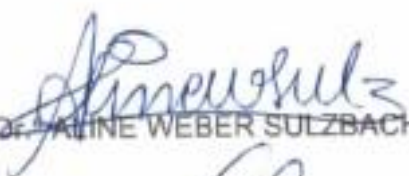
**Clebson Souza de Almeida**

**TERRITÓRIO DA ÁGUA, TERRITÓRIO DA VIDA:  
Comunidades Tradicionais e a Monocultura do Eucalipto no Alto Jequitinhonha**

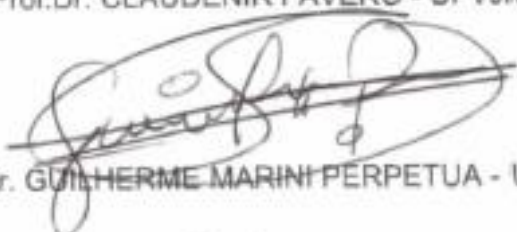
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais – PPGER, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial para obtenção do título de Magister Scientiae em Estudos Rurais.

Orientadora: Profa. Dra. Aline Weber Sulzbacher.

Data de aprovação: 21 / 09 / 2018.

  
Prof.Dr. ALINE WEBER SULZBACHER - UFVJM

  
Prof.Dr. CLAUDENIR FÁVERO - UFVJM

  
Prof.Dr. GUILHERME MARINI PERPETUA - UNESP

  
Prof.Dr. ADERVAL COSTA FILHO - UFMG

**Diamantina / MG**



Dedico este trabalho a todos os meus ancestrais sagrados e a todas as camponesas e camponeses que dia a dia cultivam novas formas de compartilhar o mundo. Também a todas as escolas do campo, organizações e movimentos populares do Vale do Jequitinhonha, que forjam as conquistas do povo na dureza da luta, na leveza dos sonhos e na sutileza da solidariedade.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus(a) por ser minha principal companhia e minha luz perante os momentos sombrios que por vezes pairam sobre uma jornada científica e acadêmica. Agradeço também aos meus pais Valdete e Joaquim por seus ensinamentos, pelo incentivo e por todos os sorrisos e abraços que sempre encontro quando volto para casa. À minha irmã Cláudia e meu sobrinho Victor por seu carinho e dedicação. À minha companheira Heloísa por sua compreensão e amor, me dando força para continuar na caminhada. Aos meus amigos do peito que me apoiam nas horas difíceis e comemoram as minhas vitórias. A todos os colegas do mestrado em Estudos Rurais, cujo apoio mútuo sempre irradiou boas energias na caminhada, dentre os quais agradeço de maneira especial à Marta Aguiar por sua acolhida amorosa em Diamantina, à Rosana Pereira por sua atenção e pelos projetos em parceria, à Mayan Maharishi pela amizade construída, ao Rafael Pereira pelas boas prosas duradouras e pelas orientações que deram novos rumos à pesquisa, e ao Edivaldo Ferreira por sua amizade verdadeira, por seu exemplo de comprometimento que sempre me inspira e por sua co-orientação em meu trabalho de pesquisa. Agradeço também aos educadores do Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais da UFVJM que elevaram sobremaneira o nível de nosso potencial durante rápidos dois anos. De maneira muito especial agradeço à minha orientadora, professora Aline Weber Sulzbacher, por sua paciência e respeito ao ritmo e aos rumos do trabalho, por seu carinho admirável e por sua dedicação ao orientando, cuja caminhada se concretiza com um forte laço de amizade. Agradeço ainda aos professores Claudenir Fávero, Mateus de Moraes Servilha, Guilherme Marini Perpétua e Aderval Costa Filho pelo importante diálogo nas bancas de qualificação e de defesa final da dissertação, bem como ao professor Gilberto Florêncio Faria por sua disponibilidade de colaboração. Agradeço aos profissionais Paulo Plá, Caio Ferraz, Ronaldo Pereira e Alan Oliveira pela importante colaboração na produção de imagens e realização de entrevistas durante a pesquisa. Agradeço à Escola Família Agrícola de Veredinha e ao Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica por apoiarem meus estudos e por serem as minhas principais referências postura ética na carreira profissional. Agradeço ainda, e de maneira muito especial, aos camponeses/as do Vale do Jequitinhonha que partilham comigo diariamente os seus saberes e fazeres, sobretudo àqueles da comunidade Quilombola de Monte Alegre, Veredinha/MG que me acolheram em suas casas e em suas vidas, me confiando algo tão valioso: a sua história! Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e à UFVJM que me confiaram uma bolsa de estudos para realização deste trabalho.

## RESUMO

O espaço rural do Alto Vale do Jequitinhonha, Nordeste de Minas Gerais, possui dentre suas características uma expressiva presença de comunidades tradicionais que sofreram a partir da década de 1970 a expropriação de grande parte de seu território tradicionalmente ocupado, que sob a condução do Estado brasileiro, foi destinado aos grandes projetos de desenvolvimento ligadas à produção energética, dentre eles a monocultura de eucalipto para a produção de carvão e atendimento ao setor siderúrgico. A partir deste contexto, este estudo se desenvolveu nos municípios de Carbonita, Capelinha, Itamarandiba, Minas Novas, Turmalina e Veredinha, com destaque para os dois últimos. O seu objetivo geral foi: Analisar os efeitos socioambientais gerados pela implantação da monocultura do eucalipto na microrregião do Alto Vale do Jequitinhonha incluindo a sua relação com os processos de alteração no modo de vida pela expropriação territorial das comunidades tradicionais. Como percurso metodológico utilizamos os procedimentos assentados sob a perspectiva da Pesquisa Participante, buscando a inserção e interação do pesquisador no grupo/comunidade dos sujeitos pesquisados, considerando a concretude, a totalidade e a dinâmica dos fenômenos sociais para a promoção coletiva de conhecimentos como patrimônio dos grupos historicamente invisibilizados. A pesquisa desenvolvida nos anos 2017 e 2018 utilizou técnicas como: a realização de 31 entrevistas em 11 comunidades camponesas, com o uso de questionário semiestruturado; a observação participante; a análise documental primária e a revisão bibliográfica. Como resultados, identificamos que os danos gerados pela atividade de monocultura do eucalipto são diversos, a citar: I) erosão genética das espécies nativas do Cerrado, com destaque para a extinção das flores Sempre-vivas das áreas de veredas; II) a destruição de espécies protegidas por lei, como os pequizeiros, que são sufocados no meio da monocultura e danificados no ato da colheita mecanizada da madeira de eucalipto; III) o uso abusivo de agrotóxicos, até mesmo aqueles proibidos por lei, gerando o risco de contaminação das fontes de água que abastecem a população; IV) desrespeito e degradação das áreas de preservação permanente (APPs) nas bordas de chapada; V) poluição do ar com gases tóxicos emitidos no processo de carbonização da madeira, colocando em risco a saúde da população do entorno e a estabilidade do clima global; VI) o ressecamento de inúmeras nascentes de água ampliando a escassez hídrica da região; VII) a expropriação territorial de comunidades Quilombolas e Tradicionais, desestabilizando sua autonomia sociocultural e seus modos de vida.

**Palavras-chave:** Eucalipto. Água. Comunidade tradicional. Território.

## ABSTRACT

The rural area of the Upper Valley of Jequitinhonha, Northeast of Minas Gerais, has among its characteristics a significant presence of traditional communities that suffered from the 1970s the expropriation of much of its traditionally occupied territory, which under the leadership of the Brazilian State was destined to large development projects related to energy production, among them the eucalyptus monoculture for the production of coal to serve the steel sector. From this context, this study was carried out in the municipalities of Carbonita, Capelinha, Itamarandiba, Minas Novas, Turmalina and Veredinha, with emphasis on the last two cities. Its general objective was: To analyze the socio-environmental effects generated by the implantation of eucalyptus monoculture in the micro-region of Upper Valley of Jequitinhonha, including its relation with the processes of alteration in the way of life by the territorial expropriation of the traditional communities. As methodology we used the procedures based on the Participant Research perspective, seeking the insertion and interaction of the researcher in the group / community of the subjects studied, considering the concreteness, the totality and the dynamics of the social phenomena for the collective promotion of knowledge as patrimony of the historically non visible groups. The research developed in the years of 2017 and 2018 used techniques such as: the realization of 31 interviews in 11 peasant communities, using a semi-structured questionnaire; participant observation; the primary documentary analysis and the bibliographic review. As results, we identified the damages generated by the eucalyptus monoculture activity, and they are plenty to cite: I) genetic erosion of the native species of the Cerrado biome, with emphasis on the extinction of the evergreen flowers on the plateau's flooded areas; II) the destruction of legally protected species, such as pequizeiros, which are suffocated in the middle of monoculture and are damaged during the mechanized harvesting of eucalyptus wood; III) abusive use of agrochemicals, even those prohibited by law, generating the risk of contamination of the water sources that supply the population; IV) disrespect and degradation of permanent preservation areas (PPAs) on the plateaus edges; V) air pollution with toxic gases emitted during the process of carbonization of the wood, endangering the health of the surrounding population and the stability of the global climate; VI) the drying up of numerous water springs, increasing the water scarcity of the region; VII) the territorial expropriation of Quilombolas and Traditional communities, destabilizing their socio-cultural autonomy and their way of life.

**Key words:** Eucalyptus. Water. Traditional community. Territory.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>I. Objetivos.....</b>	<b>8</b>
<b>II. O lugar de vida e de fala do pesquisador .....</b>	<b>8</b>
<b>III. Percorso metodológico .....</b>	<b>11</b>
 <b>CAPÍTULO I - COMUNIDADES TRADICIONAIS DAS CHAPADAS DO ALTO VALE DO JEQUITINHONHA – “O MUNDO DO LADO DE CÁ” .....</b>	<b>15</b>
<b>I. Breve histórico da ocupação regional.....</b>	<b>19</b>
<b>II. Chapada e Grota: Lugares, Topônimos e Usos que compõem o território tradicional.....</b>	<b>21</b>
<b>III. A comunidade de Monte Alegre: feixes de luz sob uma história invisibilizada ....</b>	<b>38</b>
<b>IV. Encantados: elos da relação homem-natureza .....</b>	<b>46</b>
<b>V. Agrobiodiversidade, trabalho e religiosidade: “a fartura depende do tempo de Deus” .....</b>	<b>55</b>
 <b>CAPÍTULO II - A SIDERURGIA E A MONOCULTURA DO EUCALIPTO NO ALTO JEQUITINHONHA - “O MUNDO DO LADO DE LÁ” .....</b>	<b>77</b>
<b>I. A regionalização do capital.....</b>	<b>77</b>
<b>II. O monocultivo de eucalipto para fins industriais.....</b>	<b>85</b>
<b>III. Consequências socioambientais de um projeto verticalizado .....</b>	<b>87</b>
<b>IV. Uma questão de terra ou de território? .....</b>	<b>99</b>
 <b>CAPÍTULO III - O ENCONTRO DOS DOIS MUNDOS: A OPRESSÃO DA NOVA ERA .....</b>	<b>115</b>
<b>I As cercas na chapada.....</b>	<b>118</b>
<b>II. A gestão das “sobras” .....</b>	<b>127</b>
<b>III. A organização social para o caminho da volta .....</b>	<b>137</b>
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>143</b>
 <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>149</b>



## INTRODUÇÃO

A escassez de água para beber e irrigar a vida e de um pedaço de chão para cultivar as sementes, estão entre os principais fatores que ameaçam a reprodução social das famílias camponesas. Isto faz com que o espaço rural brasileiro, embora seja extremamente rico em ambos os recursos<sup>1</sup> (terra e água), historicamente e frequentemente é manchado de sangue nas intensas disputas pelo uso do ambiente, acirradas cada vez mais pela expansão de um “novo” modelo de produção agroindustrial pautado na Revolução Verde. Tal tensão gerada no seio da proposta de desenvolvimento da agricultura brasileira (WANDERLEY, 2009) financiada pelo Estado, colocou, e ainda coloca, em situação de vulnerabilidade as “terras tradicionalmente ocupadas” (ALMEIDA, 2008. p. 25-30) pelas famílias de diversas partes do país, assim como as do Alto Vale do Jequitinhonha.

Esta região, localizada no nordeste de Minas Gerais, abriga um grande número de comunidades camponesas que se viram expropriadas a partir da década de 1970, por meio da ação do Estado brasileiro e de empresas privadas, que por sua vez implantaram grandes áreas de monocultura de eucalipto (*Eucalyptus spp*), matéria prima preponderante para o abastecimento da indústria siderúrgica, de papel e celulose, localizadas por sua vez em outras regiões brasileiras.

A partir de então, tem se percebido expressivas mudanças socioambientais e culturais na região, decorrentes deste modelo de produção capitalista, instaurando uma situação de crises e de conflitos. A questão da terra e da água ganha centralidade, numa disputa entre seu valor de uso (doméstico e agrícola) indispensável para a vida das comunidades e seu valor de troca, na forma de produção intensiva de monocultura de eucalipto.

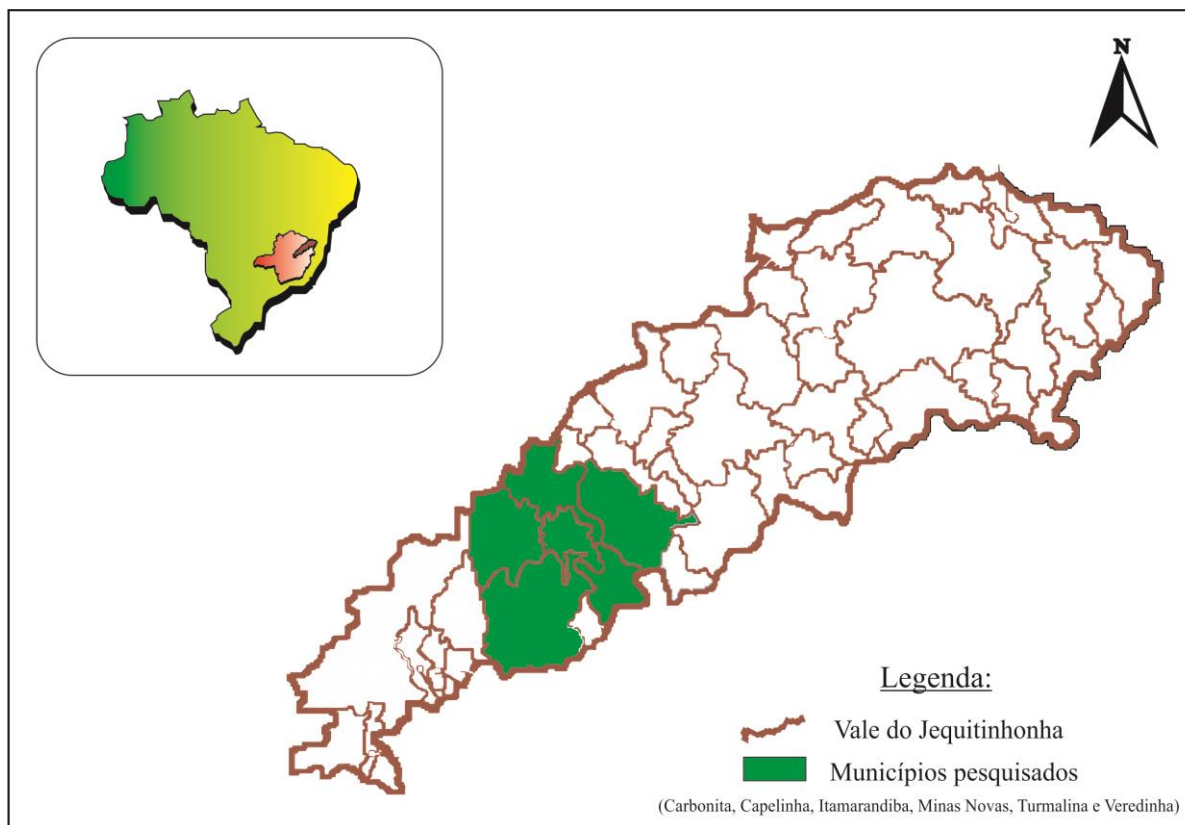
É a partir deste contexto que, atendendo aos requisitos do Programa Interdisciplinar de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais - PPGER da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, apresentamos aqui os esforços de nossa pesquisa realizada entre os anos de 2016 a 2018, fomentada pela Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação da UFVJM, por meio de bolsa institucional. A pesquisa se desenvolveu mais precisamente nos municípios de Carbonita, Capelinha, Itamarandiba, Minas Novas, Turmalina e Veredinha, com destaque para os dois últimos, localizados na

---

<sup>1</sup> Vale destacar a concepção de Perpetua (2016, p. 129-130) sobre a diferença entre matéria e recurso, vejamos: “A matéria é concebida assim como um conjunto de possibilidade sobre as quais o homem, munido de sua técnica, agirá. O recurso, por seu turno, é o resultado da ação do trabalho num dado contexto histórico e geográfico; é, por assim dizer, “o produto de uma relação”. Nessa perspectiva, não existe recurso natural, mas tão somente matéria natural, pois todo recurso é social por definição (...) Uma mesma matéria pode assumir a forma de diferentes recursos, a depender da forma social que dela se apropria”.

microrregião geográfica do alto Vale do Jequitinhonha, conforme mostra a Figura 1. As informações coletadas de maneira ampliada no âmbito regional serão correlacionadas ao estudo de caso da comunidade de Monte Alegre, localizada no município de Veredinha-MG.

**Figura 1: Mapa da área de estudo**



Fonte: IBGE, 2018. Adaptado pelo autor.

## **I. Objetivos**

Temos como objetivo geral: Analisar os efeitos socioambientais gerados pela implantação da monocultura do eucalipto na microrregião do Alto Vale do Jequitinhonha incluindo a sua relação com os processos de alteração no modo de vida pela expropriação territorial das comunidades tradicionais. Em específico, objetiva-se: a) Identificar as dinâmicas territoriais e o modo de vida das comunidades tradicionais da região, tendo como referência a comunidade de Monte Alegre, Veredinha – MG; b) Estudar o processo de implantação da monocultura de eucalipto na sua relação com a expropriação territorial, a gestão e uso da água, indicando os principais conflitos gerados junto às comunidades tradicionais.

## **II. O lugar de vida e de fala do pesquisador**

A ideia de pesquisa formalmente aceita e validada pela comunidade científica, em muitos casos tende a engessar as estratégias metodológicas e ao mesmo tempo enrijecer a



imaginação, a sensibilidade e a liberdade do pesquisador e dos sujeitos pesquisados. Para mim, que sou “do lugar”, a experiência mais árdua é a do exercício do estranhamento. Me colocar nesta posição formal de pesquisador, exigiu primeiramente a realização de uma revisão sobre a minha caminhada, desde a vida pessoal até a profissional e acadêmica. A primeira questão que cabe colocar é: quem é o sujeito-pesquisador?

Saber quem sou pode se dar pela reflexão individual, por outro lado, olhar para si, sem ver ao redor, sem enxergar a sua comunidade e as pessoas que caminham juntamente a você, não representará realmente sua história e sua identidade socialmente construída. Enquanto um sujeito no mundo, sou um brasileiro, mineiro do Vale do Jequitinhonha, Turmalinense, nascido na comunidade do Degredo, na Grota do Mala-alforje, a partir da qual tenho buscado compreender a minha consciência identitária. Sou estudante pesquisador e militante pelas causas sociais do campo, destacadamente as questões ligadas à água e à educação.

Como a grande maioria dos filhos de camponeses, nasci em casa aos cuidados da parteira junto com esforços e prantos da mãe. Mulher de nome abençoado Maria Valdete, guerreira de temperamento forte, mas extremamente doce e generosa, que quando adolescente sonhava em ser caminhoneira, mas que devido à morte precoce do pai, levado pela doença de Chagas, teve que se dedicar a ajudar a mãe na criação dos irmãos. Apesar das imensas dificuldades conseguiu concluir a quarta série, passando quatro anos na cidade se dedicando aos estudos e, após conclusão retornou à comunidade do Degredo para trabalhar como professora. Mais tarde esposa e companheira de Joaquim. Homem sensível, trabalhador, responsável e corajoso, que muito cedo teve que “sair para o corte de cana” em busca de trabalho e melhores condições de vida para sua família que passara por imensas dificuldades, principalmente financeiras.

Cresci e vivi no campo, até 1995, com seis anos de idade, quando minha família migrou para a cidade sede do município de Turmalina. Um campo que não produz condições para uma família camponesa reproduzir suas condições de vida expulsa-a por vários motivos, neste caso, os principais foram a falta de água e a falta de escola. Embora morássemos próximos ao rio Jequitinhonha, a nascente e os córregos que abasteciam a família secaram, obrigando-nos a “buscar água na cabeça ou no burro” por longas distâncias. Em se tratando da escola, a única que existia nas redondezas ficava a cerca de sete quilômetros de casa. Trajeto percorrido diariamente a pé, por entre estradas que mais se pareciam com carreiros de boi, em subidas e descidas íngremes, próximas às margens do rio Jequitinhonha. Além disso, a

comunidade do Degredo, no ano de 2005 foi inundada pela barragem Hidrelétrica de Irapé, expulsando todas as famílias das suas terras.

Essa complexa realidade está longe de ser superada nos interiores dos diversos municípios brasileiros, caracterizados pelo descaso e desatenção por parte do poder público à classe trabalhadora, sobretudo camponesa, desassistida tanto por políticas estruturantes quanto por políticas que garantem acesso aos direitos básicos do cidadão. Um sistema político que consegue enrustir claras amostras de uma sociedade que é incentivada a se satisfazer de esperança, da ilusão de “ascensão social”, embora contraditas pela realidade.

Do dia da mudança para a cidade, carrego ainda lembranças muito vívidas na memória. Um caminhão que fazia o transporte mensal dos aposentados, em cima, as poucas coisas que trazíamos além de nós mesmos, uma lata de doce de amendoim para desabrigar a fome na viagem, os cachorros amarrados ao malhau do caminhão, o barulho das conversas, o cheiro de óleo queimando que se misturava à expectativa nostálgica do destino, ao medo e à curiosidade pelo desconhecido.

Enfim a chegada, em que mundo agora estou? Tudo tão diferente, quantas pessoas, grama no quintal. Cercado de muros? Pequena e diferente cancela de saída para rua que por sua vez ainda era de terra, com crianças brincando, acho que eram três, mas para mim eram tantas. Sala vazia com chão frio e duro, explosão de monotonia. Uma corrida para rua na busca da experimentação da liberdade que se tinha na roça, duraria agora somente até o grito da mãe, que como águia protegia seus filhotes, mantendo-os no ninho. Ela sabia que meus passos não poderiam mais ser os mesmos, o risco aumentara de trilhar o caminho errado, por isso se responsabilizava de me guiar.

Os anos correram e mesmo dividindo meu tempo entre estudar e trabalhar, concluí o ensino médio em uma escola pública de um bairro periférico, próximo de onde estabelecemos a nova morada. Após um ano dessa conclusão, tinha a intenção de ir para São Paulo, trabalhar no setor de montagem industrial, porém por me sentir um tanto deslocado resolvi dar continuidade aos estudos me ingressando no curso de nível técnico em Meio Ambiente em 2009 (no Centro Educacional Mestra Joana Lopes) e posteriormente no curso superior de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM.

No âmbito profissional, trabalho na área de elaboração e execução de projetos sociais junto a comunidades camponesas desde 2009. Inicialmente foi através da Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, realizando ações no Médio e Baixo Jequitinhonha com a implementação de cisternas de placa para captação de água da chuva, em parceria da

Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA. Posteriormente, atuei no Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica – CAV, do ano de 2011 a 2014, na implementação do programa de revitalização, captação e armazenamento de água para uso humano e para fins produtivos, desenvolvendo atividades como a recuperação de nascentes, o acompanhamento à construção de bacias de contenção e barraginhas, bem como a assistência técnica produtiva de base agroecológica a agricultores familiares dos municípios de Veredinha e Turmalina. Também, no Programa de Agroecologia e Empreendimentos Solidários, com assessoria à Associação dos Agricultores Familiares Feirantes de Veredinha, fortalecimento da feira livre, acompanhamento na execução de Fundos Rotativos Solidários, entre outras ações organizativas. De 2014 a 2016, atuei na área da educação do campo, como gestor da Escola Família Agrícola de Veredinha, na comunidade rural de Gameleira, espaço de formação técnica em agropecuária integrada ao ensino médio, por meio da Pedagogia da Alternância.

Bem, dito tudo isso, reconheço aqui os principais motivos que me levaram à escolha social e política do problema desta pesquisa. É uma proposta consequente da minha experiência de vida, marcada pelas belezas e pelas agruras da caminhada, mas, sobretudo pelas experiências desenvolvidas no trabalho junto ao CAV e a EFAV. Durante estes anos pude testemunhar o progressivo aumento do secamento de muitas fontes hídricas nas comunidades e isso tem provocado muitas dúvidas sobre quais são os reais fatores que interferem na dinâmica das águas, especialmente desta região do alto Jequitinhonha. Assim, nesta empreitada acadêmico-científica e, por que não dizer também militante, é onde buscamos a compreensão desta realidade, para além das questões ambientais, mas também socioculturais. Os devidos cuidados na execução dos processos metodológicos, entre a coleta dos dados e a análise, nos permitem olhar para a vida estabelecida nas grotas, mas também nos motiva erguer os olhos para o alto, não para o céu, mas para as chapadas.

### **III. Percurso metodológico**

Deste modo, tomando o lugar de vida e de fala do pesquisador como pontos de partida e de caminhada, apresentamos o percurso metodológico da pesquisa, cujos procedimentos foram assentados sob a perspectiva da Pesquisa Participante (BRANDÃO, 1985), que consiste na inserção e interação do pesquisador no grupo/comunidade dos sujeitos pesquisados, de forma que ambos interajam numa participação mútua, considerando a concretude, a totalidade e a dinâmica dos fenômenos sociais que não são definidos à priori,

mas construídos historicamente e buscando promover a produção coletiva de conhecimentos como patrimônio dos grupos historicamente invisibilizados.

No caso em específico, o vínculo entre os sujeitos (pesquisador e pesquisados) é estabelecido antes mesmo do início da pesquisa formalmente dita, sendo assim, o seu andamento pode ser considerado como uma estratégia de ação que tem por horizonte contribuir com a comunidade em suas lutas sociais e possíveis demandas, enquanto uma estratégia de apropriação do conhecimento científico, entendendo-o em sua relevância social e política.

Diversas foram as técnicas de pesquisa utilizadas, a saber:

a) Realização de entrevistas com o uso de questionário semiestruturado. Foram ouvidas 31 pessoas no total, sendo: 01 agente público, 01 liderança regional e 29 camponeses/as<sup>2</sup>, que também são lideranças comunitárias. De maneira mais detalhada, este levantamento contou com a colaboração de sujeitos pertencentes a 11 comunidades rurais de Turmalina, Capelinha, Itamarandiba e Veredinha, a saber: Monte Alegre (10 pessoas), Gameleira (02 pessoas), Mandingueiro (01 pessoa), Degredo (01 pessoa), Gentio (02 pessoas), Galego (02 pessoas), Cabeceira do Tanque (01 pessoa), José Silva (04 pessoas), Campo Alegre (02 pessoas), Campo Buriti (03 pessoas), Ribeirão Soares (01 pessoa). A seleção dos entrevistados/as ocorreu de maneira processual, com a intenção de, por um lado, ter uma visão panorâmica dos assuntos de interesse para esta pesquisa, e por outro lado, compreender detalhadamente o modo de vida camponesa da região, cuja referência para um estudo de caso foi Monte Alegre em Veredinha, compondo cerca de 35% das entrevistas.

Os momentos de conversa foram realizados de maneira individual, familiar ou grupal, diretamente nas casas das famílias, em dias e horários acordados previamente. Procuramos por locais reservados, de preferência fechados, de maneira que a privacidade e o sigilo das informações foram resguardados<sup>3</sup>. Todas as entrevistas se deram a partir da livre

---

<sup>2</sup> Em se tratando da categoria utilizada para identificar os sujeitos pesquisados, optamos principalmente pelo termo “camponês”, considerando sua lógica de vida camponesa, mas, a autodenominação irá variar bastante a campo sobretudo quanto à identidade laboral, a depender de com quem eles estão se relacionando. De modo geral, são denominados como “produtores rurais”, para fins da regulamentação na comercialização dos seus produtos no mercado institucional, como “camponeses nos estudos de sociologia e antropologia, agricultores familiares pelos sindicalistas e programas públicos, ou lavradores como eles mesmos gostam de se denominar” (RIBEIRO, 2013, p. 26). Nesta perspectiva, embora o termo lavrador seja o mais vocalizado para se autodenominarem localmente, trata-se de um termo consideravelmente difuso e amplo, que expressa o aspecto laboral, mas não necessariamente a identidade e condição de classe do sujeito que vive nestas comunidades. A saber, conforme o minidicionário Aurélio, 8ª edição (2015, p. 460): lavrador é “aquele que trabalha na lavoura, como proprietário ou como empregado; agricultor”.

<sup>3</sup> O projeto atende aos preceitos éticos para pesquisas envolvendo seres humanos preconizados na Resolução 466/12 CNS. Aprovado pelo Conselho de Ética em Pesquisa – CEP sob o parecer nº 2.735.901.

adesão, devidamente documentadas pelo termo de consentimento livre e esclarecido que, antes de sua assinatura foram apresentados em sua totalidade, de forma clara e objetiva, ao sujeito pesquisado. Destaca-se que, também foi esclarecido ao sujeito, sobre a pretensão da utilização dos dados coletados em possíveis pesquisas futuras. Para identificação dos entrevistados no texto, utilizamos o primeiro nome, média de idade e nome da comunidade, informações que foram devidamente autorizadas;

b) Observação participante durante momentos de vivência junto às comunidades sendo: 03 reuniões de moradores; 01 caminhada coletiva pelo território identificando os marcos históricos e demais aspectos da paisagem de Monte Alegre; 24 visitas de campo, ora sozinho, ora acompanhado dos camponeses ou de técnicos pertencentes às instituições parceiras como o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica - CAV, a Associação dos Agricultores Familiares Feirantes de Veredinha - AFAVE, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Veredinha, a Escola Família Agrícola de Veredinha - EFAV, as empresas Re-Mi-Fó Produções e Volume Vivo<sup>4</sup>. Também foram importantes 02 atividades de campo realizadas junto aos estudantes do Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais - PPGER, tendo em vista que este estudo trata de uma região que tem recebido atenção “de fora” e “de dentro”, pois a violação abusiva de direitos já faz história.

No que se refere ainda aos trabalhos de campo, podemos incluir a participação em eventos como o I Seminário sobre Impactos Ambientais no alto Jequitinhonha, ocorrido em Turmalina; a participação em audiências públicas na Comarca de Turmalina e na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte; a participação em eventos científicos como o X Congresso Brasileiro de Agroecologia, ocorrido em Brasília e o VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária, ocorrido em Curitiba; a participação em duas Oficinas sobre Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais, uma em Belo Horizonte e outra em Turmalina, promovidas pelo Projeto de Mapeamento dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais que faz parte do Grupo de Estudo em Temáticas Ambientais – GESTA da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e a Comissão Pastoral da Terra – CPT; a participação em espaços de discussão da sociedade civil organizada, como o Fórum

---

<sup>4</sup> Estes parceiros citados foram envolvidos durante o desenvolvimento da pesquisa, sendo que os quatro primeiros têm atuação direta junto às comunidades pesquisadas e os momentos de visitas de campo com eles foi aproveitando alguma atividade já prevista em seus cronogramas de trabalho. Em se tratando da Ré-Mi-Fó Produções e do Volume Vivo, estas são instituições localizadas no Sul de Minas e São Paulo que, sensibilizadas pelo intermédio de Ronaldo Pereira, Paulo Plá, Caio Ferraz Silva e Rosana Pereira (companheira do PPGER), realizaram voluntariamente a produção de um documentário sobre a realidade socioambiental do alto Jequitinhonha, contribuindo sobremaneira com a visibilidade do tema central deste estudo. Aproveitamos para destacar e agradecer à Câmara Municipal de Turmalina e ao CAV pela ajuda de custo para esta produção audiovisual.

Alternativo Mundial da Água, ocorrido em Brasília e em três reuniões do Fórum das Organizações e Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha, que acontecem de maneira itinerante a cada três meses.

Todas estas andanças, conversas informais, observações, momentos de produção de fotografias, vídeos e de análise da paisagem, realizadas entre janeiro de 2017 e julho de 2018, contribuíram com a trajetória desta pesquisa e com o olhar do sujeito-pesquisador.

c) Análise documental primária: verificação e utilização de documentos pertencentes ao acervo do CAV e da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais – SEDA, com a qual realizamos duas reuniões (uma em Turmalina e uma em Belo Horizonte) objetivando compreender a situação fundiária da região do alto Jequitinhonha, especialmente a situação de concessão e uso das terras devolutas;

d) Revisão bibliográfica de dissertações, teses, artigos, livros e jornais com vistas em fundamentar as análises e reflexões.

De maneira geral, foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta de dados: gravador de voz, máquina fotográfica, câmera filmadora, drone, aparelho GPS, papel, pincéis e o diário de campo que acompanhou o pesquisador durante todo o processo.

## **CAPÍTULO I - COMUNIDADES TRADICIONAIS DAS CHAPADAS DO ALTO VALE DO JEQUITINHONHA – “O MUNDO DO LADO DE CÁ”**

Neste capítulo discutiremos sobre o alto Jequitinhonha - em específico a sub-região das Chapadas - e o seu histórico de ocupação a partir dos tempos da mineração colonial, as características de relação com a afro ascendência e como estes elementos contribuem para compreender a tradicionalidade e os processos de territorialização das suas comunidades. Esforçamo-nos também para uma caracterização da comunidade de Monte Alegre, no município de Veredinha, buscando amplificar a voz dos seus atores sociais e a visibilidade ao seu modo de vida, considerando a organização tradicional do seu território. Para estes fins, consideramos como centrais os conceitos de “Povos e Comunidades Tradicionais” e de “Território”.

O reconhecimento dos Povos e Comunidades Tradicionais como uma categoria social de direitos especiais é relativamente recente tanto na legislação, quanto nos espaços acadêmicos brasileiros. Segundo Costa Filho (2015, p. 75):

No cenário brasileiro, segmentos socioculturais não hegemônicos, no plano do direito nacional e das relações internacionais, não apenas iluminaram a existência de uma multiplicidade de categorias identitárias, concepções e modos específicos de vida, como forneceram o contexto para a ampla articulação e reconhecimento jurídico-formal das denominadas “comunidades tradicionais”.

Segundo Almeida (2008), o marco legal se inicia com a Constituição Federal de 1988 em que o termo “terras tradicionalmente ocupadas” foi incluído no texto constitucional reafirmado nos dispositivos Infraconstitucionais. As “populações tradicionais” foram consideradas para efeito dos termos da Organização Internacional do Trabalho (OIT-169) em 1988-89, quando o Brasil assina como signatário. No início da década de 90, em ocasião da Eco-92, realizada no Brasil, foi instituído o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais, órgão ligado ao IBAMA. Alguns anos mais tarde, conforme Almeida (2008, p. 31),

[...] a Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o Art. 225 da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, menciona explicitamente as denominadas “populações tradicionais” (Art. 17) ou “populações extrativistas tradicionais” (Art. 18) e focaliza a relação entre elas e as unidades de conservação (área de proteção ambiental, floresta nacional, reserva extrativista, reserva de desenvolvimento sustentável).

No decorrer deste período, “o termo ‘tradicional’ como operativo foi aparentemente deslocado no discurso oficial, afastando-se do passado e tornando-se cada vez mais próximo de demandas do presente. Em verdade o termo ‘populações’, denotando certo agastamento, foi substituído por ‘comunidades’” (ALMEIDA, 2008, p. 27). Após anos de

pressão, foram conquistados o Decreto Federal nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e em 07 de fevereiro de 2007, através do Decreto n. 6040, instituiu-se a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT.

Em se tratando do Estado de Minas Gerais, foi sancionada a Lei 21.147, de 14/01/2014, que institui a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais. Sua regulamentação se deu três anos mais tarde, através do Decreto 47289, de 20 de novembro de 2017.

Para fins destes marcos legais, consideram-se:

I – Povos e Comunidades Tradicionais os grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais e possuem formas próprias de organização social, ocupando territórios e utilizando recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica e aplicando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

Esta mesma lei, traz em seu artigo 3º o seu objetivo geral e no artigo 4º, os respectivos objetivos específicos, vejamos alguns abaixo:

É objetivo geral da política de que trata esta Lei promover o desenvolvimento integral dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase no reconhecimento, no fortalecimento e na garantia de seus direitos territoriais, sociais, ambientais e econômicos, respeitando-se e valorizando-se sua identidade cultural, bem como suas formas de organização, relações de trabalho e instituições.

São objetivos específicos da política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais:

I – reconhecer, respeitar e valorizar a diversidade econômico-social, cultural e ambiental dos povos e comunidades tradicionais que interagem nos diferentes biomas e ecossistemas, em áreas rurais ou urbanas;

II – preservar e promover os direitos à identidade própria, à cultura particular, à memória histórica e ao exercício de práticas comunitárias, para o pleno exercício da cidadania, da liberdade e da individualidade;

III – proteger e valorizar os direitos dos povos e comunidades tradicionais sobre seus conhecimentos, práticas e usos, assegurando-se a justa e equitativa repartição dos benefícios deles derivados;

IV – melhorar a qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais, ampliando-se as possibilidades de sustentabilidade para as gerações futuras;

V – conferir celeridade ao reconhecimento da autoidentificação dos povos e comunidades tradicionais, propiciando-lhes o acesso pleno aos seus direitos civis individuais e coletivos;

VI – garantir aos povos e comunidades tradicionais o uso de seus territórios por meio de sua posse efetiva ou propriedade, mediante regularização e titulação das terras, assegurando-se o livre acesso aos recursos naturais necessários à sua reprodução física, cultural, social e econômica;

VIII – assegurar aos povos e comunidades tradicionais a permanência em seus territórios e o pleno exercício de seus direitos individuais e coletivos, sobretudo nas situações de conflito ou ameaça à sua integridade, bem como a defesa dos direitos afetados direta ou indiretamente, seja especificamente por projetos, obras e empreendimentos, seja genericamente pela reprodução das relações de produção dominantes na sociedade;

Estas conquistas legais são determinantes para o reconhecimento das especificidades destas comunidades, assegurando-lhes direitos específicos e especiais, como



por exemplo, o direito ao território e ao seu modo de vida. Neste aspecto, “a identidade então incorpora aspectos políticos e passa a se expressar no campo das relações de poder, pressionando por mudanças na sociedade brasileira e mineira” (COSTA FILHO, 2015, p. 74). No estado de Minas Gerais, a categoria “povos e comunidades tradicionais” engloba os povos indígenas, as comunidades quilombolas, os povos de terreiro, os povos ciganos, os vazanteiros, os caatingueiros, os veredeiros, os geraizeiros, os apanhadores de flores sempre-vivas, os faiscadores, as famílias circenses, dentre outras categorias identitárias objetivadas em movimento social. (*Idem*, p. 75).

Na busca por compreender as principais características das Comunidades Tradicionais do Brasil, Antônio Carlos Diegues e Rinaldo Sergio Vieira Arruda são pioneiros, com estudos marcadamente reconhecidos nos anos 2000, com destaque para a obra “Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil”, em que manifesta como características:

Dependência da relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um modo de vida; Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração; Noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; Moradia e ocupação do território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados; Reduzida acumulação de capital; Importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; Importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas; Tecnologia utilizada, que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor e sua família dominam todo o processo até o produto final; Autoidentificação ou identificação por outros de pertencer a uma cultura distinta. (DIEGUES e ARRUDA, 2001, p. 26).

Brandão (2010, p. 361) complementa ainda que elas se destacam pela “atualização pela memória da historicidade de lutas e de resistências no passado e no presente para permanecerem no território ancestral; A experiência da vida em um território cercado e/ou ameaçado; Estratégias atuais de acesso a direitos”.

No que concerne ao tratamento dado pelo conceito de “território”, admitido por nós nas abordagens dentro deste estudo, devemos considerar a sua polissemia e o nível de complexidade desta discussão. Segundo Haesbaert (2004, p. 37):

Apesar de ser um conceito central para a Geografia, território e territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana, têm uma certa tradição também em outras áreas, cada uma com um enfoque centrado em determinada perspectiva. Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve(ria) incluir a interação sociedades natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir das relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases de produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão

simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do "neoliberalismo" contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo.

Tomando como referência a perspectiva materialista, Godelier (1984) *apud* Haesbaert (2004, p. 56), define o território como “uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou a parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar”. Já Little (2004, p. 253) traz a perspectiva da territorialidade para entender o que é território, definindo esta como:

O esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território (...) o fato de que de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos.

Saquet (2015, p. 31) destaca por sua vez que “o território é resultado do processo de territorialização e das territorialidades vividas por cada grupo social em cada relação espaço-tempo”. Sendo que, na perspectiva de movimento, tal qual é o caso dos Povos e Comunidades Tradicionais organizados, “o território é compreendido [também] como espaço de mobilização, organização, luta, e resistência política. A territorialidade como práxis de transformação do território, na tentativa de conseguir autonomia, justiça social” (*Idem*, p. 31).

Almeida (2008, p. 29), reforça que:

A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força, mesmo em se tratando de apropriações temporárias dos recursos naturais, por grupos sociais classificados muitas vezes como “nômades” e “itinerantes”. Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias porventura existentes.

Esta base, tratada por Terras Tradicionalmente Ocupadas, segundo Almeida (2008) no que se refere à legislação foi instituído em primeiro momento por meio Constituição Federal de 1988, em parágrafo 1º do Art. 231:

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Assim, a princípio esta definição se restringia aos povos indígenas, sendo ampliado para as comunidades quilombolas, fundos-de-pasto, quebradeiras de coco babaçu, geraizeiros, ribeirinhos, entre outras comunidades tradicionais. Tal qual, também houve mudança na própria terminologia para finalidades legais, a exemplo da Lei Estadual de Minas Gerais 21.147, que em seu artigo 2º define:

II – **territórios** tradicionalmente ocupados os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observando-se, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, o que dispõem, respectivamente, o art. 231 da Constituição da República e o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da mesma Constituição, combinados com as regulamentações pertinentes. (Grifo nosso).

Segundo Costa Filho (2008, p. 89)

Da promulgação da Constituição Federal de 1988 até os dias atuais o conceito de terras tradicionalmente ocupadas tem ampliado seu significado, coadunando-se com os aspectos situacionais que caracterizam hoje o advento de identidades coletivas, e tornou-se um preceito jurídico marcante para a legitimação de territorialidades específicas e etnicamente construídas, conjugando assim direitos civis e direitos consuetudinários.

Little (2004, p. 254), nos recomenda que “para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trate do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado”. Sendo assim, passaremos a uma caracterização das comunidades tradicionais da região do estudo, com destaque para Monte Alegre, porém trazendo para a conversa, vez ou outra, aspectos de demais comunidades próximas, cujas características são bastante comuns e compõem o mosaico em análise. Objetiva-se, aqui, especificamente, apresentar o que estamos chamando de “o mundo do lado de cá”, ou dito de outra forma, o modo de vida dos camponeses da região.

## **I. Breve histórico da ocupação regional**

Os municípios observados neste estudo estão situados no que denominamos por microrregião geográfica de Capelinha, também conhecida como região das Chapadas ou Alto Jequitinhonha, conforme denomina Fávero e Monteiro (2014, p. 08):

A microrregião do Alto Jequitinhonha – primeiro e segundo degraus – pode ser dividida em duas sub-regiões com características ambientais e socioculturais distintas: a sub-região localizada na Serra do Espinhaço, em sua porção meridional, com altitudes entre 1.100 e 1.400 metros, que tem em Diamantina sua referência principal; e a sub-região das Chapadas, formada por extensas áreas planas, com altitudes entre 800 e 1.100 m, entremeadas por vales profundos, tendo as cidades de Capelinha, Itamarandiba e Turmalina como suas principais referências. Para efeitos de distinção, a primeira sub-região será denominada de Hiper-Alto Jequitinhonha ou, simplesmente, Serra, enquanto a segunda, de Alto Jequitinhonha ou região das Chapadas.

A ocupação colonial do Vale do Jequitinhonha, região Nordeste do Estado de Minas Gerais se deu a partir da descoberta da mineração, inicialmente na região do Centro-Sul, a saber, Mariana, Ouro Preto, Sabará, Caeté e São João Del Rei, e em seguida, em Serro, Diamantina e Couto de Magalhães de Minas, de onde seguiu em direção norte, à procura de novas fontes. O bandeirante Sebastião Leme do Prado, atravessou os chapadões da margem

direita do Jequitinhonha, chegando aos seus afluentes Itamarandiba, Araçuaí e Fanado. “Por ter encontrado num aflente deste último uma surpreendente quantidade de ouro [...] as terras foram repartidas e para lá se dirigiu grande quantidade de mineradores”. (SOUZA, 2010, p. 28-29). Este local recebeu o nome de Vila das Minas do Fanado em 1729, e após mudanças no decorrer do século, adotou em 1840 o seu nome atual, Minas Novas (SEABRA, 2010).

Estima-se que esta descoberta tenha atraído para a então Vila das Minas do Fanado milhares de pessoas durante os anos de 1730, número que caiu vertiginosamente à medida que o ouro foi se reduzindo e as proibições para o garimpo foram se asseverando. Assim, a população foi se espalhando para outras regiões em busca de matas virgens e de novas minas, desta vez, por exemplo, de diamante na parte mais alta da calha do rio Jequitinhonha.

Porém, ainda que tenha sido por curto período, foram extraídas enormes quantidades de riquezas deste solo. Souza (2010) relata que até o ano de 1736, ou seja, em 09 anos de garimpo, foram enviados à Bahia 435 arrobas (6.525 quilos) de ouro. Tendo como referência a cotação do ouro no Brasil, que é vinculado às bolsas de valores de Nova York e Londres, esta quantidade valeria nos dias atuais, algo em torno de R\$ 900 milhões de reais. No entanto:

Essa fase de euforia, entretanto, durou pouco tempo. A diminuição gradativa da exploração da atividade mineradora contrapôs-se a afirmação da agricultura como principal ocupação dos moradores locais. Era uma atividade de subsistência, que consolidou, ao longo do tempo, uma agricultura de tipo familiar, explorada principalmente nas margens cultiváveis dos rios, ribeirões e córregos. Isso constituiu um processo de lenta ocupação de grotas, já que as chapadas, por serem muito áridas, não se prestavam ao cultivo sem um tratamento especial da terra. Essas chapadas ficaram como reserva natural, lugar do qual se lançava mão para a coleta de frutos silvestres e para a criação do gado vacum. (SOUZA, 2010, p. 58).

Como forte característica da mineração à época, a mão de obra escravizada era a principal força de trabalho em Minas Novas e com a decadência do ouro, muitos cativos foram comprados pelos fazendeiros para trabalhar na agricultura do algodão, para desbravar as terras para a pecuária ou mesmo para aventurar à procura de ouro em leitos de ribeirões dentro das fazendas. Ou, ainda, muitos negros escravizados se aglutinaram em quilombos, a exemplo da atual cidade de Chapada do Norte, considerado o maior quilombo urbano do Vale do Jequitinhonha. Aqueles “que não estavam aglutinados em quilombos se dispersaram em busca de um local, o mais distante e de difícil acesso possível, em que pudessem obter os meios e as condições de manutenção de suas vidas”. (FÁVERO *et al*, 2013, p. 04).

Assim, o espaço agrário foi se configurando numa disputa aberta entre negros afrodescendentes, brancos descendentes de europeus e os indígenas da região, dentre eles os

Mocunins, os Malalis, os Aranãs e os Botocudos ou Boruns, como se autodenominavam (SOARES, 2010). Tendo como referência as condições que o meio geográfico oferecia, de maneira geral os processos de ocupação passaram a priorizar como lugar de morada a **Grota** ambiente este que é complementar e intrínseco à **Chapada**. Ambos se constituem como um complexo produtivo, extrativista, de moradia e de sociabilidade, ou seja, como parte de um mesmo território, característica marcante da região do Alto Jequitinhonha.

Assim, já no final do século XIX, após uma sangrenta derrota das tribos locais, esta “partição” foi se estabelecer de maneira mais evidente. Ao analisar esse processo histórico, Souza (2010, p. 58-59) identifica quatro tipos diferentes de sistemas agrários que tem em comum a progressiva ocupação de terras devolutas e a constituição de modos de vida em consonância com o meio:

- 1) Grandes extensões de terra devolutas, que funcionavam como propriedade coletiva; 2) grande quantidade de pequenos e médios proprietários de terra que nela trabalhava com a família e/ou na base do sistema camarada pago ou dia trocado; 3) grandes fazendas tocadas à base do trabalho escravo ou “assalariado” e que foram, por muito tempo, o ponto de sustentação de uma vasta estirpe de coronéis de patentes variadas e de diversos tipos de poder de mando; 4) vasta rede de agregados que trabalhavam a terra de outros em função do pagamento por produto ou simplesmente para doar terras virgens para o plantio de pastagens.

Assim, pode-se concluir que a região atraiu grandes levas de população em função de seu potencial mineral, implicando no confronto com os grupos nativos e, após o fim da disponibilidade para mineração, muitos permaneceram, dando origem a comunidades e a modos de vida adaptados às condições do meio geográfico. Da pujança da mineração, migra-se progressivamente para a prática da agricultura, do extrativismo e da pecuária extensiva em áreas comuns<sup>5</sup>.

## II. Chapada e Grota: Lugares, Topônimos e Usos que compõem o território tradicional

Como se pôde perceber acima, a história de ocupação e uso territorial da região tem uma relação com dois microambientes, nomeados localmente por **Chapadas** e **Grotas**, característica que se assemelha à maioria das comunidades camponesas do Alto Jequitinhonha. Este complexo paisagístico já foi muito bem apresentado e explicado em

---

<sup>5</sup> Para aprofundar sobre o assunto da ocupação regional do Vale do Jequitinhonha ver: Moura (1988), Calixto (2006); Galizoni (2005, 2007, 2013); Ribeiro (1996, 2013); Souza (2010), Servilha (2015). Sobre usos de áreas comuns, ver Almeida (2008).

diversos estudos acadêmicos<sup>6</sup> a partir de sua conformação geomorfológica. Assim, coube-nos aqui, aprofundar um pouco mais esta descrição a partir da definição apresentada pelos moradores de Monte Alegre, afinal “a noção de lugar também se expressa nos valores diferenciados que um grupo social atribui aos diferentes aspectos de seu ambiente. Essa valorização é uma função direta do sistema de conhecimento ambiental do grupo e suas respectivas tecnologias”. (LITTLE, 2004, p. 263).

Este recorte é importante, pois, na região, existe uma gama de variação na descrição de um ambiente igualmente nominado, a depender da comunidade que se observa. Para tomarmos como exemplo, em breve trabalho exploratório dentro dos municípios de Turmalina, Veredinha e Leme do Prado, num raio de aproximadamente 80 km de distância, o termo “Catinga” é utilizado para nomear pelo menos três ambientes de características completamente distintas, a saber: 1) Na comunidade do Degredo, próximo à margem direita do rio Jequitinhonha, os camponeses descrevem a Catinga como um ambiente de “terra arenosa, esbranquiçada, mais fraca do que o carrasco”, localizada nas manchas que entremeiam as capoeiras. Sua vegetação principal é composta por Peroba rosa, Pindaíba, Araçá, Macaqueira, Pau terra, Sucupira preta, Sucupira branca, Amescla, Marmelada, Cabaça D’anta, entre outras; 2) na comunidade de Boa Vista, próxima à margem esquerda do rio Araçuaí, Catinga é um ambiente localizado na Chapada, de solo macio, porém de baixa fertilidade natural, sua vegetação é de porte alto, denominada localmente por mata fria, o que conhecemos em termos técnico-científicos por Cerradão. Neste caso em específico, um exemplo de ambiente que a referida comunidade entende como Catinga é onde se localiza a Reserva Estadual Ecológica de Acauã, localizada entre os municípios de Turmalina e Leme do Prado; 3) na comunidade de Monte Alegre, na micro bacia do rio Itamarandiba, Catinga é o mesmo que Carrasco e normalmente se localiza na encosta, no ponto de ruptura entre a Grota e a Chapada, ambiente o qual melhor detalharemos no trabalho adiante. Vale ressaltar ainda que, esta Catinga nada tem a ver com o bioma brasileiro Caatinga, diferentemente das classificações normalmente descritas pelas comunidades tradicionais Catingueiras do Norte de Minas Gerais.

Feito as referidas considerações, de um modo amplificado, a **Chapada** é caracterizada como planalto, composta por grandes extensões de terras planas a onduladas, entrecortadas por fontes de água denominadas Veredas. A vegetação nativa é

---

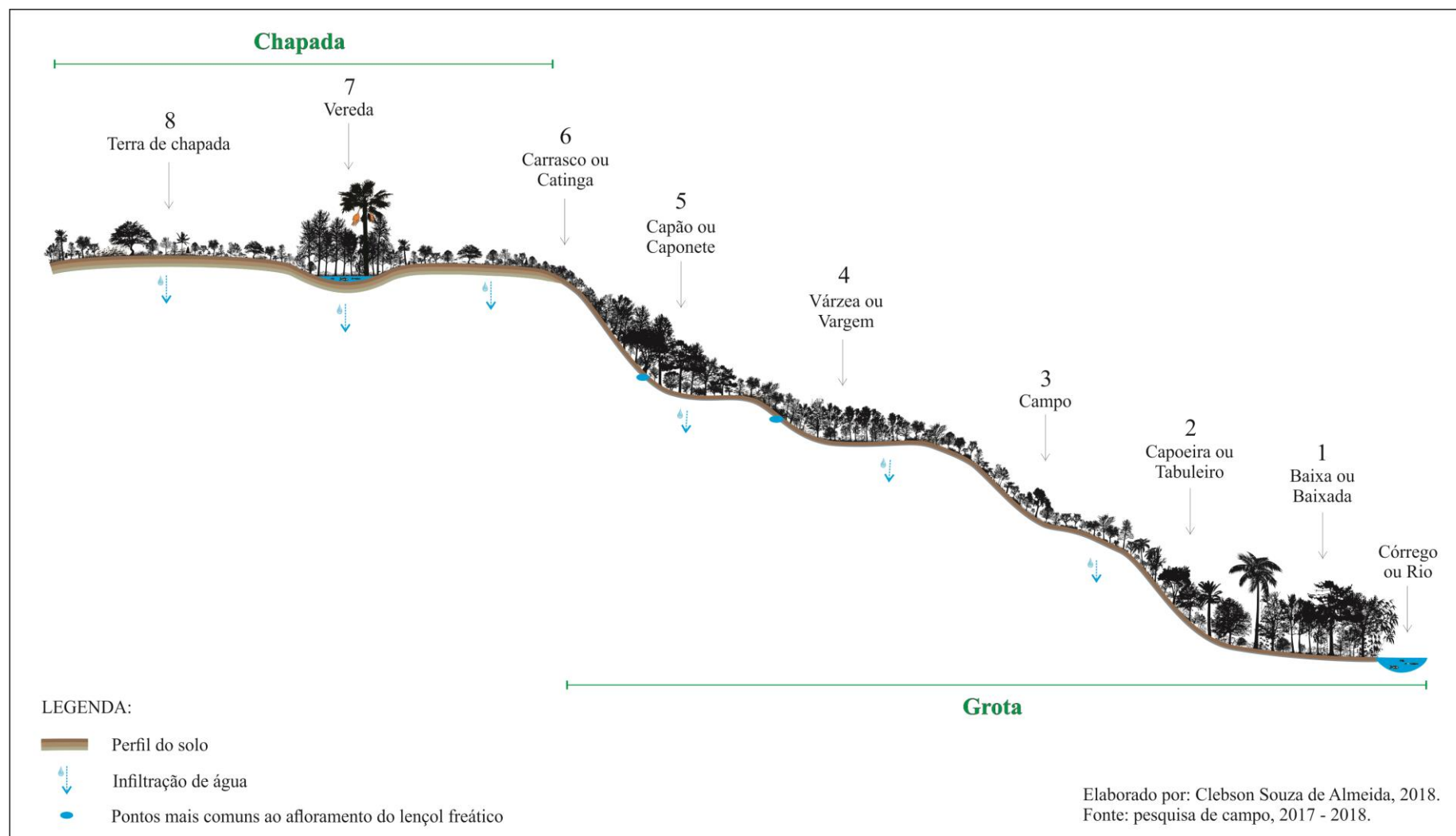
<sup>6</sup> Margarida Maria Moura em “Os deserdados da terra” (1988), Flávia Galizoni em “A terra construída” (2007), Eduardo Magalhães Ribeiro na recente publicação de “Sete estudos sobre a agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha” (2013), entre outros.

predominantemente do bioma Cerrado, com algumas áreas de transição, cuja floresta é estacional semidecidual, característica própria da região.

Já a **Grota**, refere-se aos fundos de vales, vãos de córregos e encostas de vertentes, cujos critérios mais valorados pelos seus moradores são a presença das fontes de água e a disponibilidade de terras férteis para a produção de alimentos. As aptidões e usos agrícolas são definidos pelos camponeses a partir do tipo e a cor do solo; a vegetação nativa presente; a finalidade ou tipo de lavoura a se cultivar; a localização topográfica da gleba e as regras de prioridade de uso de um espaço produtivo conforme o trabalho empenhado no ano anterior.

Os diversos ambientes que compõem o complexo **Grota-Chapada** estão identificados na figura 2, que traz uma representação do perfil paisagístico da região, cujas categorias utilizadas pela comunidade de Monte Alegre são descritas de maneira mais detalhada, vejamos:

**Figura 2: Esquema do perfil paisagístico da comunidade de Monte Alegre e seus ambientes conforme a denominação local**



Fonte: Esquema elaborado pelo autor a partir das pesquisas de Campo, 2017-2018.



**1) Baixa ou Baixada** (Figura 3): como o próprio nome sugere, este é o ambiente localizado na parte mais baixa da grot, desembocando em algum córrego ou rio. Possui superfície plana, com solo friável, areno-argiloso, pouco pedregoso. É considerado pelas famílias como o ambiente mais fértil e apropriado para a produção agrícola, destacando-se o cultivo de milho, de feijão, de amendoim, abóbora, maxixe, quiabo, cana-de-açúcar, frutíferas, dentre outras. Como dizem: “na baixa, só não produz se não plantar”, por isso ela é chamada por “terra de cultura”. Segundo os camponeses da região, a sua vegetação predominante é Tamboril, Angico, Mangue, Guerana, João Borandi, Ipê roxo, Aroeira do brejo, Maria preta, Bananinha, Limãozin, Cedro, Mutamba, Gameleira, Jenipapo, Espinheira santa, Assa-peixe, Coqueiro macaúbas, entre outras.

**Figura 3: Fotografia de uma baixada cultivada em Monte Alegre**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

**2) Capoeira ou Tabuleiro:** este é o ambiente que geralmente se complementa à baixada, caracterizando também como “terra de cultura”. Está predominantemente localizado em áreas com topografia declivosa, geralmente acima de 30 graus. O solo é normalmente da classe latossolo vermelho ou amarelo, com uma leve presença de áreas pedregosas. Sua fertilidade é considerada alta e por isso cobiçada para lavouras diversas como o milho, feijão, guandú, café, gramíneas para pastagem, frutíferas, entre outras. Segundo os camponeses, a vegetação nativa é composta por Aroeira, Angico, Pereira, Moreira, Araçá, Brasa de Ferro, Aruvaiera, Ipê Roxo, Sucupira, Capim meloso, Maminha cadela, Capitão, Maria pobre,

Aroeirinha, dentre outras. A cor da terra e o tipo de vegetação predominante são alguns dos principais indicadores que norteiam o saber tradicional para a escolha do tipo de lavoura a se implementar em determinado ambiente. A exemplo, todas as plantas citadas acima indicam “terra forte”, boa para diversas culturas agrícolas. As capoeiras em grande parte já foram utilizadas em algum momento para a agropecuária e são reconhecidas também, pelos camponeses, como áreas que estão em processo de regeneração vegetal, terras em descanso.

O ambiente da capoeira ou o ponto de sua transição para com a baixada são alguns dos locais mais escolhidos pelas famílias para a construção da casa de morada e os motivos, que se complementam, são diversos: a) a proximidade dos recursos hídricos, ou seja, não está longe dos córregos e normalmente está abaixo do nível da maioria das nascentes que brotam nos capões, garantindo o abastecimento da casa por gravidade; b) a predominância de um solo firme, apropriado para a fundação de uma boa base para as instalações, sem grande presença de formigueiros e com potencial para a confecção de bons adobes para as paredes; c) a destacada fertilidade do solo, ideal para a implantação de um pomar no entorno da moradia; d) a disponibilidade de madeiras nobres, de porte médio a alto, de cerne resistente, a exemplo da aroeira, ideais para serem utilizadas como postes para cercas, mourões, esteios, linhas, caibros, entre outras partes essenciais para a construção de uma boa estrutura da casa, do paiol, do curral, da pocilga ou do galinheiro; e) pela sua altitude mais elevada em relação à baixa, evitando-se o risco de inundação da moradia em casos de muita chuva e ao mesmo tempo permitindo uma boa visualização da maioria das áreas de lavoura, bem como uma boa vista da paisagem adiante.

Como a Capoeira é lugar de terra boa para a lavoura, mas também a mais utilizada para a instalação das moradias, os métodos de construção eram apropriados de tal modo que futuramente pudesse se transformar em roças novamente, o que se observa atualmente em cima dos escombros das casas antigas. Todo o material utilizado era orgânico, desde as paredes até o teto e, além disso, como todas as casas eram de chão batido, para se evitar a poeira, era costume passar uma calda de esterco bovino fresco dissolvido em água, este adubo natural proporcionava uma fertilidade ainda maior ao solo que, após algumas décadas, seria (re) utilizado para o cultivo da lavoura. No tempo atual só se é possível identificar fisicamente as marcas das casas mais antigas abandonadas, em função da presença de alguns esteios, estacados, bases de pedra e os poucos objetos de metal soterrados. Freire (2013, p. 63-64) traz um belo relato sobre a construção das casas desta região, cuja descrição corrobora a nossa análise:

Encontrar um terreno plano numa região acidentada como as grotas não parecia tarefa fácil. Com certo esforço, nivelavam o terreno e, com pedras e barro, faziam a fundação de suas casas. As paredes eram levantadas de adobe – tijolo feito com barro cru do próprio local e posto para secar ao sol. Com o pé direito mais baixo, as paredes eram erguidas e rebocadas com uma massa feita com esterco de gado e areia. As paredes, sempre caiadas com um barro fino e claro, a tabatinga, recebiam o travamento, as terças, os caibros e as ripas que sustentavam as telhas, também feitas com barro local. [...] Uma casa podia mudar de lugar algumas vezes dentro de um terreno [...] Tudo na casa era reaproveitado, inclusive o adobe. Toda a casa era desmanchada e reconstruída no novo local. As construções mais recentes, utilizavam tijolos e cimento comprados na cidade. Mas a principal observação dos agricultores é que essas casas eram mais resistentes, mas não poderiam mudar de lugar.

**Figura 4: Fotografia de uma área de capoeira em Monte Alegre**



Fonte: Pesquisa de Campo. Créditos: Alan Oliveira dos Santos, 2018.

**Figura 5: Fotografia da casa localizada na transição entre a baixa e a capoeira**



Fonte: Pesquisa de Campo. Créditos: Alan Oliveira dos Santos, 2018.

**3) Campo:** é um ambiente que normalmente se localiza em áreas de topografia declivosa, seu solo é marcadamente caracterizado por ser pedregoso. Normalmente quase não



se utiliza áreas de campo para o cultivo de lavouras, porém, é bastante demandado para o pastoreio de bovinos, para a coleta de frutos nativos, a coleta de lenha e de plantas medicinais. Sua vegetação é mais rala e de menor porte, comparada à maioria da vegetação dos demais ambientes e é composta por espécies como o Murici, o Jatobá, Imbiricu, Sambaíba, Caraíba, Cagaita, Mangabeira, Gabiroba, Manga beiju, Grão de galo, Ipê amarelo, Barba timão, Pacari, Maçambé, Pequizeiro, Capins diversos, entre outras plantas. No campo o extrato lenhoso é composto por arbustos e árvores com cascas grossas e tortuosas, com altura variando entre 1,5 a 10,0 metros, possuindo ainda subarbustos e um extrato herbáceo descontínuo.

**Figura 6: Fotografia de uma área de campo em Gameleira, Veredinha**



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

**4) Várzea ou Vargem:** este ambiente varia bastante de localização nas comunidades, mas em sua maioria está a meio caminho entre a base e o cume das grotas. Normalmente possui um formato côncavo, mas com fundo aplainado. O solo é predominantemente argiloso e geralmente de cor amarelada ou com tons acinzentados. É pouco pedregoso e moderadamente fértil, por isso compõe o grupo das terras de cultura. É apropriado para alguns tipos de lavoura, com destaque para a cana de açúcar. Este ambiente também é escolhido por diversas famílias para localização da casa de morada.

**Figura 7: Fotografia de uma área de várzea em Monte Alegre**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

**5) Capão ou Caponete:** este tipo de ambiente, embora também ocorra nas Chapadas, em grande parte ele se localiza nas cabeceiras dos terrenos, um pouco abaixo do carrasco, no terço superior da encosta. São áreas côncavas e declivosas sentido aos cursos d'água que se formam a partir das nascentes e brotos que se afloram dentro do capão. Seu solo é predominantemente escuro e friável, com grande presença de serapilheira e pouca presença de rochas afloradas, com raras exceções. A sua fitofisionomia em estágio inicial a intermediário possui maior presença de cipós e arbustos, porém em estágio avançado, atinge porte alto e retilíneo formando uma mata frondosa com dossel de aproximadamente 15 metros de altura e a presença de árvores emergentes acima das copas. Segundo os camponeses da região as árvores mais frequentes em um capão são portadoras de madeiras nobres como a Peroba rosa, o Landim, o Jatobá, a Sucupira, Braúna, Angelim, Angá, Pau D'óleo, Baspo, Carvalho, dentre outras. A Pindaíba, os cipós, as samambaias, as taquaras e bambús também são marcantes dentro de um capão. Um destaque importante deste ambiente é que ele é portador de grande parte das nascentes das comunidades e por isso são áreas sensíveis, cuja preservação é estratégica.



**Figura 8: Fotografia de uma área de capão em Monte Alegre**



Fonte: Pesquisa de Campo. Créditos: Alan Oliveira dos Santos, 2018.

**6) Carrasco ou Catinga:** este ambiente se localiza na linha de ruptura da Chapada com a Grota, é caracterizado por um solo de baixa fertilidade para lavouras, cujos horizontes A e B são bastante pedregosos. Segundo os camponeses, seu nome popular denota a sua qualidade inferior, ou seja, “é ruim para quase todo tipo de plantio”. A vegetação predominante é de porte baixo a médio, com arbustos, gramíneas e cipós emaranhados, o que o torna um ambiente de difícil transposição. Ocorre a presença de plantas como o Angiquinho, Vinhático, Massambé, Monjolo, Pau d’óleo, Pau terra, Para-tudo, Barbatimão, Imbiriçu cabacinha, Araçá, Murici, Cagaita, Cajuzinho, Indequisé, Malva, entre outros.

**Figura 9: Fotografia de uma área de carrasco em Gameleira, Veredinha**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

**7) Vereda:** na região deste estudo, compreendendo os municípios de Carbonita, Capelinha, Itamarandiba, Minas Novas, Turmalina e Veredinha, as veredas se localizam no entremeio das chapadas, destacando-se por uma leve depressão em relação ao restante da planície, com vertentes suavemente côncavas, conforme demonstra a figura logo abaixo:

**Figura 11: Imagem de satélite de uma vereda com destaque para seu perfil de elevação**

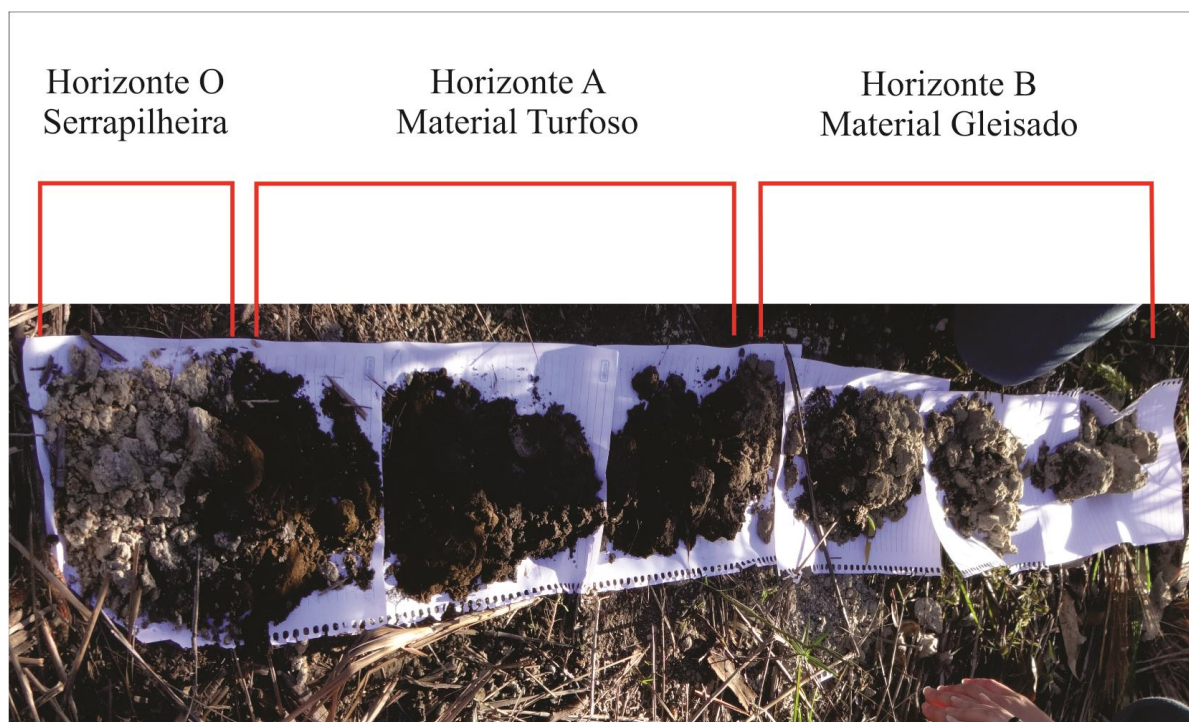


Fonte: Google Earth, 2018. Elaborado pelo autor, 2018.

O solo do fundo das veredas da região se caracterizam por uma camada superficial de aproximadamente 10 cm de serapilheira, normalmente formada por gramíneas com pouca decomposição. Logo abaixo, seu horizonte A é normalmente composto por uma camada de material orgânico, com espessura em torno de 40 a 50 cm, seguido por um horizonte B gleisado, de cor esbranquiçada a azulada (figura 12). Por ser um solo hidromórfico, que se formou em situação anaeróbica, a matéria orgânica se acumula em camadas. Queiroz (2015, p. 36) destaca que “a condição de hidromorfismo dos solos em áreas de vereda deve ser considerada como o critério mais relevante para a determinação das veredas, pelas funções de manutenção ecológica e de qualidade/disponibilidade da água que desempenha”. Os comunitários afirmam que o chão das veredas era como colchões encharcados, se pisava aqui e estremecia ao longe.



**Figura 12: Fotografia de amostras de solo da vereda do Tanque – Turmalina/MG**



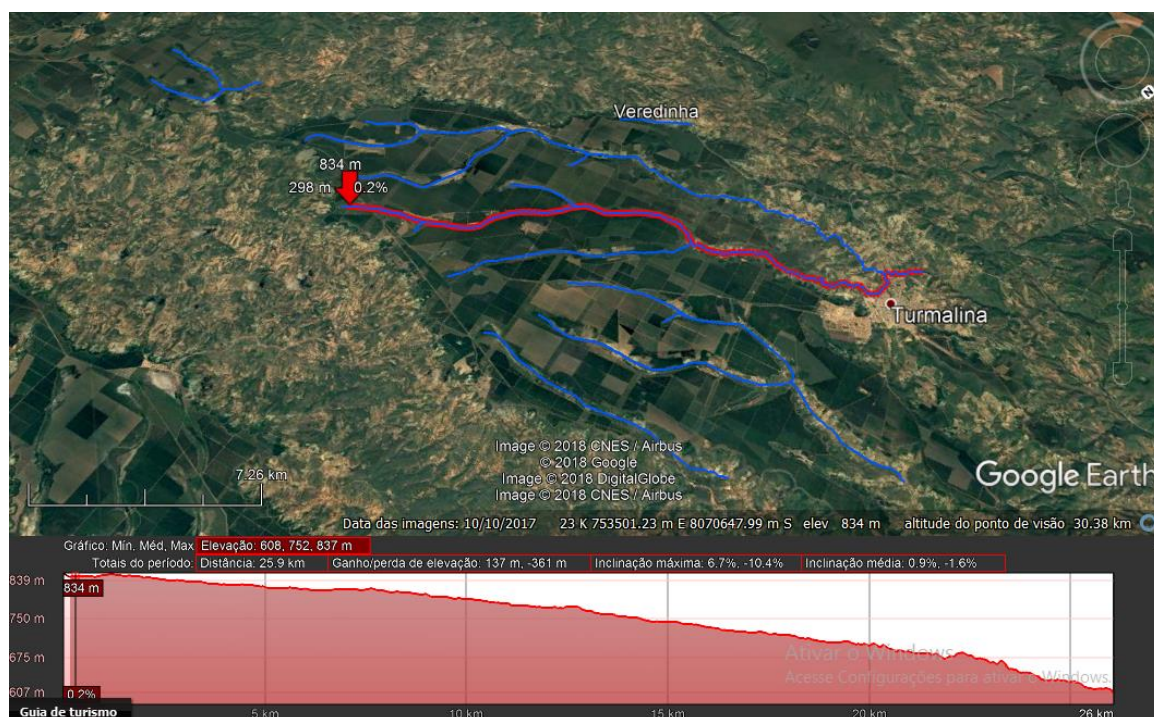
Fonte: arquivos do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica – CAV, 2018.<sup>7</sup>

Segundo Lima (1991, p. 213), a “vereda funciona como um filtro, regulando o fluxo de água, sedimentos e nutrientes, entre outros terrenos mais altos da bacia hidrológica e o ecossistema aquático”. Esta característica é essencialmente importante tendo em vista que as veredas alimentam as diversas nascentes e córregos que desaguam nas grotas, haja vista por exemplo, que toda a população da cidade de Turmalina foi abastecida por águas de veredas até o ano de 1996. A figura 13 destaca as principais veredas que convergem para as comunidades rurais e para as sedes municipais de Veredinha e Turmalina. O destaque em vermelho aponta o perfil de elevação, indicando o sentido das águas, que se vertem lentamente, como se fossem os “rios das chapadas”.

<sup>7</sup> Trabalho de campo com o prof. Dr. Vico Mendes Pereira Lima – IFNMG, em projeto com parceria do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Padre Justino Obers – NPPJ – UFMG.



**Figura 13:** Imagem de satélite das áreas de chapada da região em estudo com destaque (em azul) das veredas e a indicação (em vermelho) do seu perfil de elevação.



Fonte: Google Earth, 2018. Adaptado pelo autor, 2018.

A Resolução Conama 303/2002 define vereda como um “espaço brejoso ou encharcado, que contém nascentes ou cabeceiras de cursos d’água, onde há ocorrência de solos hidromórficos, caracterizado predominantemente por renques de buriti do brejo (*Mauritia flexuosa*) e outras formas de vegetação típica” (BRASIL, 2002). No mesmo sentido reafirma a Lei 12.651/2012 em seu Art. 3º, parágrafo XII: “Vereda: fitofisionomia de savana, encontrada em solos hidromórficos, usualmente com a palmeira arbórea *Mauritia flexuosa* - buriti emergente, sem formar dossel, em meio a agrupamentos de espécies arbustivo-herbáceas” (BRASIL, 2012). Este critério vegetacional citado na legislação brasileira merece uma ressalva pois, diferentemente de grande parte do país, na região do alto Jequitinhonha, são pouquíssimas as veredas que possuem o Buriti como destaque arbóreo, e isso não pode ser utilizado como critério para descaracterizá-las como áreas prioritárias para a preservação ambiental. Neste aspecto, Queiroz (2015, p. 61) destaca:

(...) a principal fragilidade no conceito legal de vereda é a inversão do critério de identificação (solos com elevado grau de hidromorfismo) com o critério de caracterização (fitofisionomia). Sem essa clareza, a proteção das veredas se restringe a uma configuração muito específica que desconsidera o complexo vegetacional da própria vereda e o seu caráter transicional com outras fitofisionomias.

As observações realizadas durante os trabalhos de campo e as conversas com os camponeses, indicam que as veredas da microrregião geográfica de Capelinha possuem uma

vegetação predominantemente composta por Pindaíba (*Xylopia emarginata* Mart.), Landim, Embaúba, Cipós diversos, Taquaras, Capins ao centro e em alguns casos o Buriti. As imagens das Figuras 14 e 15 nos dão melhor clareza da vegetação atual das veredas na região estudada.

**Figura 14: Fotografia aérea de uma área de vereda no município de Veredinha / MG**



Fonte: Pesquisa de Campo. Créditos: Alan Oliveira dos Santos, 2018.

**Figura 15: Fotografia de uma vereda com a presença de Buritis em Turmalina / MG**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

Sendo este um ambiente estratégico que compõe o território das comunidades tradicionais, as veredas eram utilizadas como referência para os trajetos intercomunitários;

como pontos de parada para aliviar a sede humana e animal; como pontos para montar acampamento provisório e pernoitar quando a viagem era longa; como pontos de abastecimento da tropa e principalmente do gado criado à solta nas chapadas; como referência para os limites territoriais; como áreas de **coleta de flores sempre-vivas** e como pontos de **pesca artesanal**. Os depoimentos abaixo dão conta de demonstrar a importância das veredas para o modo de vida tradicional das comunidades.

Era tudo mato nativo, a gente saía daqui e tinha vez que não precisava nem levar água porque tinha água nas veredas e a gente bebia. Na (Vereda) Formosa mesmo, tem um carreirinho velho lá até hoje, todo mundo que vinha de Turmalina bebia água lá, tinha uma bomba d'água assim, borbulhando e escorrendo direto. De primeira tinha aquelas trempes de ferro, batia um ferro assim e outro assim, punha os ganchinhos e aí laçava os caldeirãozinhos, punha água e rapidinho a gente fazia o café, tomava e ia embora. Todo mundo ia de cavalo ou caminhando, aí levava coisa pra comer, fazia café lá, merendava e ia embora. Quem vinha mais de longe, tinha uma rancharia lá de dormir. O povo vinha e dormia lá quando ia pra Mata.<sup>8</sup>

A pesca artesanal e a coleta de flores sempre-vivas nas veredas que entremeiam as chapadas do alto Jequitinhonha são características bem próprias, ou dito de outra forma, alguns dos diacríticos destas comunidades tradicionais estudadas.

**8) Terra de chapada:** este ambiente que é predominante dentro do que chamamos aqui por macro ambiente da Chapada, é de complexa caracterização tendo em vista sua amplitude na variação de tipos de solo e vegetação. Como dizem os camponeses, “terra é a mesma coisa de gente, puxa é a natureza: tem boa, tem ruim. Uma chapada é uma só família, mas tem vários tipos de terras, igual a vários tipos de filhos”. Porém, de maneira geral, segundo Lima (2013, p. 115) “as chapadas cenozoicas têm solos profundos, constituídos em sua maioria por latossolos ácidos (...) e com textura média a argilosa”.

Para fins da agricultura, este ambiente apresenta condições peculiares. Por um lado, a elevada acidez do solo e a baixa disponibilidade de teores de fósforo ampliam a demanda de incorporação de insumos orgânicos necessários para o cultivo de algumas plantas mais exigentes como os cereais, o milho ou as hortaliças. Por outro lado, sua disponibilidade de potássio proporciona o bom desenvolvimento de frutíferas como o abacaxi, a uva, o mamão ou o maracujá. Outro fator favorável é a topografia plana, a predominância de solos friáveis, profundos e bem estruturados, permitindo assim, um ótimo cultivo de mandioca e o trabalho com diversos tipos de máquinas e implementos agrícolas. A questão da irrigação é um desafio, uma vez que, segundo Dayrell (2016), as chapadas “apresentam grande permeabilidade e porosidade. Em consequência, permitem grande capacidade de infiltração de

---

<sup>8</sup> Mantivemos o anonimato do informante conforme seu pedido ao conceder a entrevista.



água pluvial, seu principal agente alimentador (...) formando, muitas vezes, fontes e nascentes de encostas”.

A vegetação nativa predominante é composta por plantas do Cerrado. Segundo os camponeses algumas das plantas presentes nas chapadas são o Angiquin, Pequizeiro, Mangabeira, Araticum, Coquinho vassoura, Cajuzinho, Bacupari, Manga beiju, Lambe-lambe, Murta, Gabiroba, Monjolo, Vinhático, Massambé, Capim espeto, Capim amargoso, Indequisé, Cagaita, Jatobá, dentre tantas outras.

As comunidades tradicionais atribuem as chapadas como um espaço indivisível, de uso comum e de manejo coletivo, representa a “largueza”, área de diferentes comunalidades familiares, interfamiliares e intercomunitárias. Ribeiro (2013, p. 76), traz a seguinte caracterização para este tipo de uso:

Ao longo da subida das terras baixas para as altas, das grotas para as chapadas, os direitos vão (...) ganhando em complementariedade, se tornam menos de uma família e mais de um conjunto das famílias da comunidade, depois esse domínio é compartilhado com o conjunto das comunidades vizinhas, e por fim com o conjunto das pessoas do mundo, pois é assim que se entende o pertencimento quase indistinto de alguns recursos das chapadas que são de livre acesso.

Concordamos com a primeira parte, porém, destacamos que, este acesso tem suas restrições uma vez que se trata de um território tradicional, cujas regras consuetudinárias são muito bem estabelecidas na perspectiva de controle e regulação dos recursos, conforme apresenta Almeida (2008, p. 28), vejamos:

Em termos analíticos, pode-se adiantar, que tais formas de uso comum designam situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros. Tal controle se dá através de normas específicas, combinando uso comum de recursos e apropriação privada de bens, que são acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social.

Embora um transeunte possa defini-la como uma paisagem aparentemente homogênea e monótona, ela guarda importantes particularidades, constituindo-se assim como um ambiente complexo e extremamente biodiverso. Essa biodiversidade das chapadas é fundamental para a reprodução social das comunidades, pois lhes oferece ou pelo menos oferecia, durante todo o ano, ampla variedade de frutos de alto valor nutricional (pequi, araticum, mangaba, jatobá, entre outros), lenha, plantas medicinais, madeira, caça, áreas de pasto para animais domésticos (bovinos para a produção de carne, de leite e seus derivados), matéria prima para artesanato e utensílios domésticos, além do oxigênio e do mais importante recurso, a água.

Os animais se soltava, só trazia pra um pequeno pasto uma vaca de leite ou um animal de serviço. O boi de engenho, vaca que tava pra criar se soltava pra chapada. Quase todos os vizinhos faziam isso. E era interessante que o pessoal também não

tinha essa necessidade de ter esse desespero (muita quantidade). As pessoas tinham o básico, o necessário para poder manter, então tinha um plantel ali reduzido. E o bom é que ninguém imaginava o tanto de terra que tinha, nós tinha o espaço né. E nesse espaço soltava ali o gado de todas as comunidades, as vertentes. Cada um soltava na sua vertente, encontrava lá em cima, às vezes ia pra uma outra região [...] era um gado que dava muito lucro né, ele pastava lá, não estragava as plantas, ele comia os capins naturais. Não tinha nem muito problema com doença né, era tudo muito natural. Aí o dia de olhar, não precisava ir todo mundo né. O que ia levava o sal, punha o sal lá e olhava a vaca do vizinho, ‘ó sua vaca pariu, tinha um animal seu que tava com uma bichera e eu curei lá procê’. (Boaventura, liderança da comunidade de Boa Vista, sindicalista e fundador do CAV).

Este aspecto da reciprocidade entre os camponeses no trato com o gado do vizinho, citada por Boaventura, é destacada por Costa Filho (2008, p. 94), que traz uma reflexão sobre os aspectos da apropriação coletiva de um território, que pode se associar com o padrão de cada família ter a sua unidade de produção, devendo ser considerado, porém, que “a apropriação comunitária ou coletiva, aqui considerada do uso da terra feito por grupos familiares, não impede formas de cooperação, que são sempre ritualizadas”. Para além da pastagem nativa, composta por gramíneas, leguminosas e arbustos, a chapada é (ou pelo menos era quando ainda estava preservada) riquíssima das mais variadas plantas medicinais e frutíferas que são utilizadas pelas comunidades tradicionais, conforme afirma o Sr. Adão, camponês da comunidade José Silva, Turmalina: “Tinha pequi, tinha jaca, murici, murici de boi, tem sapotá, tem muita coisa na chapada, muita fruta. Nós foi criado é com esses trem”.

**Figura 10: Fotografia de uma área de terra de chapada na comunidade de José Silva – Turmalina/MG**



Fonte: Pesquisa de Campo. Créditos: Ré-Mi-Fó Produções, Paulo Plá e Caio Ferraz, 2017.

Conforme Monteiro e Fávero (2011, p. 37) o que fica evidente é que, para estas comunidades tradicionais “a biodiversidade está ligada à cultura, aos saberes, ao território e ao uso comum. Cada lugar tem sua memória, densidade cultural e relações sociais que

constroem vidas”. Todos os ambientes apresentados neste tópico estão intimamente relacionados ao modo de vida das famílias camponesas, com suas respectivas regras de uso e de apropriação.

Aqueles ambientes que se localizam nas grotas (Baixada, Capoeira, Campo, Várzea, Capão e Carrasco), normalmente são de uso e gestão da família nuclear, com exceção dos capões, que devido a sua finalidade na preservação das nascentes, acabam por ser destinados ao uso coletivo, com as devidas proporções restritivas, a exemplo: a captação da água é livre, mas é preciso comunicar à família posseira do terreno e aos demais usuários, assim como estabelecer volumes respeitáveis de uso para não comprometer o abastecimento pré existente; já a coleta de alguma madeira é praticamente direito exclusivo de uma determinada família, ou no máximo, de vizinhos aparentados. Em se tratando dos ambientes que se localizam na chapada (Vereda e Terra de Chapada), estes são de uso e gestão comum, complementando as demandas mais ligadas ao extrativismo, à pesca artesanal, à medicina alternativa, ao pastoreio do gado bovino e ao abastecimento das nascentes. Sendo assim, esta é a base de uma composição que conforma o território tradicional de Monte Alegre e de tantas outras comunidades da região, mas que atualmente se encontra perturbado por empresas monocultoras de eucalipto, assunto o qual trataremos um pouco mais adiante.

### III. A comunidade de Monte Alegre: feixes de luz sob uma história invisibilizada

A palavra “comunidade”, atualmente bastante difundida, foi introduzida na região em estudo a partir do final da década de 1960, por meio da igreja Católica, à luz da Teologia da Libertação, liderada pela Diocese de Araçuaí. Muitos são os camponeses que, ao serem questionados sobre a data de fundação de sua comunidade, respondem sem hesitar: “foi com a chegada do Padre Silvano” ou “foi com a construção da Igreja e do Grupo” (escola). Assim, o trabalho realizado através das Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s até hoje é lembrado por sua relevância para organização social comunitária, o que exige, portanto, do pesquisador de fora, percepções e estratégias extras para acionar a memória do grupo para além do tempo que marca o uso do termo “comunidade”. Então, tomamos como referência neste estudo para fins de delimitação do grupo, a definição apresentada por Ribeiro (2013):

Cada grot, com seu entorno de chapadas, abriga uma **rede extensa de parentesco** que foi ao longo do tempo repartindo o domínio da terra, e é essa junção de família, história e terra que forma a *comunidade rural*, o aglomerado de sítios quase sempre batizado com o nome do córrego que o irriga ou do primeiro morador do lugar. (RIBEIRO, 2013, p. 54. Grifo nosso).

A comunidade é o nexo organizativo, cultural e territorial dessa sociedade, que articula as noções de espaço, descendência, pertencimento, ambiente e história. Comunidade, na definição sintética e útil de Antônio Cândido, é uma “naçãozinha”. A família é a unidade de trabalho, produção, consumo, reprodução física e cultural por excelência. Juntas, família e comunidade revelam as especificidades econômicas, sociais, ambientais e culturais da região. (RIBEIRO, 2013, p. 69).

A comunidade de Monte Alegre está situada no município de Veredinha, próximo à divisa intermunicipal com Capelinha, Turmalina e Minas Novas, microrregião do Alto Vale do Jequitinhonha. Atualmente possui 15 famílias moradoras, que somam 43 integrantes, contando com as diferentes faixas etárias. Porém, há um grande número de famílias e integrantes intermitentes, que moram em alguma comunidade vizinha, principalmente Vendinhas ou mesmo na cidade, mas que realizam atividades produtivas na comunidade.

Na paisagem é possível observar uma marcante presença de propriedades dinâmicas e economicamente ativas, com lavouras, estradas em manutenção, algumas com criação animal, porém com suas casas vazias na maior parte do tempo. São em sua maioria administradas por filhos herdeiros, sendo que alguns vão diariamente à comunidade, outros vão semanalmente, principalmente aos sábados e domingos e outros esporadicamente. Pode-se dizer, portanto que Monte Alegre conta atualmente com a força das mãos e as marcas dos pés de pelo menos 25 famílias e contribui diretamente para o abastecimento de aproximadamente 90 pessoas.

Até onde foi possível investigar, usando-se do esforço coletivo dos sujeitos desta pesquisa, o histórico de povoação da comunidade se remete a tempos não alcançados por completo pela memória atual do grupo. As lembranças acionadas, as histórias contadas e as marcas físicas presentes no território não foram suficientes para afirmar quem foram os primeiros a povoar Monte Alegre, mas indicam que os moradores mais antigos são: um fazendeiro que era chamado por senhor Tamanco<sup>9</sup> e uma senhora, conhecida como Dona Aninha Quirino. Ambos viveram em tempos concomitantes durante o século XIX, provavelmente a partir dos anos 1840. Isso significa que Monte Alegre têm, no mínimo, 178 anos de ocupação e uso, sem contar os tempos do povoamento indígena.

Tendo como referência o “Açude” localizado no ponto de encontro entre os córregos Malaquias e Monte Alegre, a área da comunidade foi composta por duas propriedades distintas, sendo que na margem esquerda do córrego, era a Grota do Algodoeiro e na margem direita, a Fazenda do senhor Tamanco. “Nas comunidades rurais do vale do

---

<sup>9</sup> Tamanco é como os moradores de Monte Alegre denominam o fazendeiro mais antigo que dominava parte do que hoje constitui a comunidade. Para muitos ele foi um senhor de engenho, mercador de sujeitos escravizados que viveu durante o século XIX. As pesquisas realizadas durante este mestrado não deram conta de identificar o seu nome completo.

Jequitinhonha nascentes e pequenos cursos d'água são balizas importantes para a organização social e produtiva". (RIBEIRO, 2013, p. 54).

A Grotta do Algodoeiro era uma propriedade ocupada por uma família central, liderada por Aninha Quirino, casada com Zé Quirino e que juntos tiveram dois filhos, Manoel e Tião. O primeiro casou-se com uma mulher de mesmo nome que sua mãe, a senhora Ana, que por sua vez tiveram uma filha cujo nome concedido também foi Ana Quirino, a qual casou-se com Afonso Nunes da Silva. "Manoel Quirino, meu sogro, morava aqui nessa grotta. Ele nasceu e criou aí, o pai dele chamava Zé Quirino [...] e a mãe dele chamava Aninha Quirino. A terra era deles mesmo, não era compra não". (Afonso, 91 anos, camponês da comunidade de Monte Alegre).

Toda a história levantada pela pesquisa de campo, aponta alguma referência ao nome da matriarca, que inclusive é homenageada através da padroeira local de nome idêntico, Nossa Senhora de Sant'Ana, mãe de Maria e avó de Jesus Cristo, na tradição Católica. Quase metade das famílias de Monte Alegre apontam algum vínculo de parentesco com a "Tia Aninha", sendo que, numa suposição, se ela estivesse viva atualmente, já teria tetranetos, atingindo a sexta geração familiar.

Por sua vez, a Fazenda do Sr. Tamanco era uma propriedade ocupada por ele, por seus escravos e por diversas famílias posseiras<sup>10</sup>. Ao que indicam os depoimentos, o senhor Tamanco era um forte mercador de escravos, os quais eram levados para a sede da referida fazenda. As marcas físicas que indicam a veracidade deste fato são os valados construídos com pedras, denominados localmente por apenas *vals*, que serviam para a demarcação do quintal da fazenda, impedindo o acesso de animais como porcos ou bovinos às roças cultivadas. Os moradores indicam ainda as escavações de um rego que canalizava água até a fazenda e os esteios de um barramento construído no Córrego Malaquias, formando um Açude. Este local, segundo eles, era garimpado pelos escravos a mando do seu senhor.

Dentre os moradores, estima-se que os escravos eram trazidos da região conhecida atualmente como Chapada do Norte e Minas Novas, onde eram provavelmente utilizados também no garimpo de ouro ou no cultivo do algodão. Vale destacar que não é comum o uso do termo "escravo" pelos comunitários de Monte Alegre, por sua vez em seus depoimentos

---

<sup>10</sup> Moura (1988, p. 16.) apresenta as três categorias de camponeses que se impunham à análise nas suas relações sociais com a fazenda. "A primeira categoria é a dos agregados, que moravam e trabalhavam para a fazenda e suas famílias. A segunda é a dos pequenos sitiantes que tinham permissão para fazer roça dentro da fazenda, ainda que permanecendo e mantendo a autonomia nos seus pequenos sítios (titulados cartorialmente). A terceira é a dos posseiros (ou situantes), habitantes de terras devolutas que se veem invadidos pela fazenda".



remetem-se ao “cativo” ou “cativeiro”, portanto utilizaremos o termo local de maneira mais frequente no decorrer do texto referindo nos à pessoa subjugada ao regime de escravidão.

A maneira como são apresentados os dois personagens ligados à “fundação” de Monte Alegre é interessante. A senhora Aninha Quirino é tratada nos depoimentos sob adjetivos que remetem à sua bondade e à sua simplicidade, como quem “é gente da gente”, como uma referência matriarcal para a comunidade. Já o senhor Tamanco é geralmente mencionado nos depoimentos como alguém ruim, como um poderoso senhor de escravos que se servia do trabalho alheio.

A Aninha era a mãe de todos né [...] A Tia Aninha é que dominava a Grota do Algodoeiro, a família dela toda ficou ali [...] não tinha trabalho escravo, vivia trabalhando ali, ajudando fazer as coisas. Ela estremava com o Tamanco. Tamanco comprava cativeiro. A tia Aninha já mexia com coisa assim, coisa de tradição, mexia com roça, essas coisas assim né. Inventou as folias, inventou os pousos, foi da tia Aninha, nada foi do Tamanco. Ele não deixou um filho no mundo [...] o avô do meu pai trabalhava pro Tamanco, ele morava mais ele. O avô do Joaquim, ele ficou dentro da fazenda, com certeza algum bisavô qualquer trabaia lá dentro. Ali aquelas pessoas que trabaia pra ele, ia fazendo um carpidin (rocinha) ali. Não tinha documento, nem nada. (Vicente, quilombola nascido na comunidade de Monte Alegre e atual morador da comunidade Quilombola de Vendinhas).

Como podemos perceber no depoimento acima, a decadência da fazenda ocorreu após a morte do feitor e a propriedade passou a ser controlada pelos posseiros e antigos cativos, cuja maioria já estavam instalados nas diferentes “grotinhas”, posses menores que foram repassadas de geração em geração até a atualidade.

Durante uma das visitas de campo, ao percorrer parte do território foram identificados alguns marcos históricos como: a) o local da antiga casa grande do fazendeiro que abrigava o cativeiro; b) os mourões do moinho da fazenda; c) os mourões da gangorra d’água da fazenda; d) o pilão natural na rocha, de onde se extraía ouro; e) as telhas da antiga casa do fazendeiro, que segundos os moradores algumas mediam mais de um metro e devido a comunidade considerá-las amaldiçoadas, são poucas as que ainda se encontram parcialmente preservadas. As figuras 16 e 17 demonstram exemplo:

**Figura 16 – Fotografia do valado de pedras construído por sujeitos escravizados em Monte Alegre**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

**Figura 17 – Fotografia do Sr. João, camponês da comunidade de Monte Alegre segurando uma grande telha que acreditam pertencer à antiga casa do fazendeiro.**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Algo que chama a atenção é o fato de que os atuais moradores não reconhecem e ou associam sua ascendência aos cativos apresentados nos depoimentos. Segundo eles, os últimos cativos que existiram por ali foram o senhor Malaquias: escravo que não proveu nenhum filho, faleceu há muitos anos atrás quando, em um pulo arriscado no Açude, caiu em cima de um grande espeto de madeira; e a senhora Emília: falecida há muitos anos, cuja família vinculada ao seu parentesco, não mora mais na comunidade de Monte Alegre. Duas hipóteses distintas podem ser a explicação da atual negação da “origem cativa”, ou dito de outro modo, da origem quilombola das famílias tradicionais de Monte Alegre:

A primeira possibilidade é a negação da escravidão através das gerações. Por se tratar de um passado dolorido, sob condições desumanas e, para muitos considerado vergonhoso, desde os tetravôs essa história pode ter sido ajustada para afastar os preconceitos e também para descaracterizar o novo domínio daquelas propriedades sob forma de uma herança do seu feitor e remarca-las na história como uma compra de terra. Esta também poderia ser uma estratégia de resistência perante a uma possível demanda de algum parente do antigo fazendeiro ou de qualquer outro fazendeiro das redondezas que porventura poderia requerer o domínio daquela área e conseqüentemente de seus respectivos escravos, recolocando-os à mesma condição anterior. Os traços físicos e culturais de boa parte das famílias indicam a sua afro descendência e muitos dizem não saber a origem exata de seus familiares, se assegurando ao discurso de que sempre foram nascidos e criados ali mesmo.

A segunda hipótese, que se complementa à anterior, é a falta de informação por parte dos sujeitos do lugar em relação ao reconhecimento jurídico das comunidades quilombolas, bem como a relação de sua história e modos de vida com o referido termo operativo do direito. Atualmente a comunidade está avançando no nível da informação sobre a legislação, objetivando-se em movimento, o que pode culminar numa auto definição coletiva e desencadear tantos outros processos inerentes. Neste aspecto, Almeida (2000) e Carvalho (1996) *apud* Little (2004, p. 256) destacam que:

[...] o conceito de remanescentes das comunidades dos quilombos não deve ser restringido a casos de fuga, mas precisa incorporar o amplo leque de situações no qual, em vez de grandes deslocamentos por parte dos escravos, houve a apropriação efetiva das grandes propriedades que entraram em decadência ou faliram, assim “aquilombando a casa-grande”. A sobrevivência desses territórios durante séculos deve-se, em parte, a estratégia da invisibilidade, tanto simbólica quanto social, empregada pelos quilombolas.

Esta estratégia da invisibilidade até então, pode ser considerada como uma forma de resistência, porém isso tende a mudar à medida que a comunidade avance no reconhecimento dos seus direitos constitucionais, seguindo o caminho traçado pela maioria

das comunidades quilombolas que é o de sair do lugar da invisibilidade para a notoriedade pública identitária. Estas análises se apresentam de maneira plausível para a compreensão da origem dos sujeitos da comunidade de Monte Alegre pois, mesmo que alguns deles até então não assumam diretamente a sua descendência de sujeitos escravizados, a história de seus antepassados revela como se dava essa relação com a fazenda e com o seu senhor.

Ê o povo antigamente sofria viu. Os moreno naquela época não valia de nada né. Não podia ser padre, advogado, nem prefeito, nem presidente, nem governador, não podia ser nada. Nem doutor. Nós que é moreno moço, pra falar a verdade nós não valia era nada, não servia de nada, nós não tinha direito de nada. (Francisco, camponês da comunidade de Monte Alegre).

Em Monte Alegre, algo que causa curiosidade é o fato de que os nomes dos lugares se misturam aos nomes dos moradores, a exemplo: “grota da Salivera”, onde “grota” é o lugar e “Salivera” é o nome da moradora mais antiga daquele local específico. Ou, como a “fazenda do Tamanco”, onde “fazenda” significa mais do que o lugar mas também a sua forma de exploração, e “Tamanco” é o nome do proprietário. Segundo Santos (2017, p. 13), “a linguagem funciona de acordo com a necessidade de comunicar os fenômenos materiais e imateriais de cada cultura cuja função está a serviço de responder as necessidades de seus usuários”. Em relato, um morador da comunidade explica:

Nós pôs [nome] Fazenda do Tamanco porque aqui não tinha uma grota separada. Aqui nós não pôs grota nenhuma porque não tinha a grota, tinha era a fazenda e lá tinha a grota do Algodoeiro porque era da tia Aninha. Ela era mais fraca que o Tamanco porque ele mexia com ouro, mexia com muita coisa né. O invento dele hoje, se nós for pensar, era forte, ele mexia com garimpo, mexia com ouro. [...] Aí quando ele morreu, quando acabou a fazenda, cada um ficou numa grota. O Osmano ficou ali, o velho Isidoro ficou ali, tia Irene ficou lá em cima né, a Salivera ficou ali em cima, ali ficou meu avô, aqui ficou o Manoel né. Se o Tamanco existisse até hoje, tudo ainda era dele. (Vicente, quilombola nascido na comunidade de Monte Alegre e atual morador da comunidade Quilombola de Vendinhas).

O relato do morador nos indica sobre o processo de ocupação das grotas após a morte do fazendeiro e, portanto, do fim das relações de poder e trabalho entre os posseiros, cativos e a fazenda. Implicitamente, também está presente o fato da contraposição entre a grota e a fazenda – que indicam formas de uso, ocupação e racionalidades distintas - mas que também agregam estereótipos aos seus sujeitos.

Obviamente que a área ocupada pela forma extensiva da fazenda, em grande parte tomada como posse, incluía chapadas, vales e grotas. No entanto, a lógica da fazenda – que prioriza a extensão para a pecuária e a necessidade de renda, contrapõe-se a lógica da grota – que prioriza áreas de cultivo e criação para as necessidades da família (ou, ainda, muitas vezes, somente aquilo que a força de trabalho consegue suprir).

Assim, a nomeação dos locais tem relação direta com a lógica dominante e, sobretudo, com a capacidade de trabalho disponível, o que nos indica o por que cada um ficou numa grota.

Santos (2017, p.12) nos ajuda a compreender essas nomenclaturas, vejamos:

A palavra dada acompanha o significado da relação construída nas relações consensuais do povo do lugar. A nomeação enquanto elemento do ato de instituir ou destituir acontece de maneira individual ou coletiva, de tal maneira que o ato social de nomear determinado lugar com seu próprio nome, perpassa pelo crivo de aceitabilidade por um coletivo que lhe dá a importância social e que vai sendo transmitidos aos que chegam. Esses conceitos, isto é, os nomes dados são formas de limitar e validar e ao mesmo tempo ordenar o espaço real, mesmo na ausência de limites físicos visíveis.

Nesta perspectiva, a estratégia de substituir o termo “fazenda” pelo termo “grota” e o nome do fazendeiro pelo nome de cada morador que dominou um local específico dentro da área mais ampla, pode ser considerada como uma forma de resistência que busca apagar as marcas simbólicas da fazenda? Além disto, pode ser também uma forma de autoafirmação perante os seus iguais, não se colocando acima ou abaixo um do outro e se posicionar numa identidade social definida de maneira grupal? Conforme Nogueira (2017, p. 106):

A identidade social pressupõe, portanto, o compartilhamento de experiências (sejam sons, cheiros, símbolos, palavras, lugares, fatos históricos) que remetem o sujeito para um significado coletivo, frequentemente encapsulado pela memória do grupo. Trata-se de um universo imaginado, que garante relativa unidade ao grupo frente a outros.

Então, o termo grota significa, para além do que simplesmente um determinado meio geográfico, mas também um lugar sociológico, o lugar do “fraco”, que se junta enquanto comunidade para ter poder perante “os fortes”. A Fazenda, diferentemente da grota, normalmente é explicada por uma configuração de domínio da terra, pela riqueza e o poder exercido pelo seu proprietário, portanto, uma dimensão objetiva que passa pelo controle de grandes extensões de terras e por uma dimensão subjetiva, do valor simbólico enquanto um local de poder, de distinção social, de prestígio.

Por tratar-se de um sistema agrário com controle de grandes áreas de terra, a fazenda ocupa tanto áreas de Chapada como de Grotas e, estabelece uma relação complexa e contraditória com as comunidades circunvizinhas: ora de imposição de condições, de encurralamento das famílias nos “cantinhos”, ora de oferta de possibilidade para trabalhos eventuais.

Assim, há uma conformação social e econômica, que produz o fazendeiro e o posseiro, atribuindo no imaginário social, status e valorações a cada qual. Nogueira (2017, p.107), baseando-se em Cardoso de Oliveira (2006), apresenta como corrente da etnicidade



uma perspectiva de *fricção inter-étnica*. “Sob este prisma é possível integrar identidades mais sutis e dinâmicas, que se realizam mediante a experiência da alteridade – podendo essa experiência ser ou não marcada pela dominação de uma parte sobre outra”. Portanto, podemos considerar que esta nomeação do lugar, seria então um marcador étnico conscientemente utilizado pelo grupo para demarcar sua diferenciação?

A etnicidade implica sempre um processo de seleção de traços culturais dos quais os atores se apoderam para transforma-los em critérios de consignação ou de identificação com um grupo étnico. Porém, não há como prever quais símbolos serão adotados pelos grupos para a incessante dicotomização dialética estabelecida entre “nós” e “eles”. Desse modo, na medida em que os agentes se valem da identidade étnica, para classificar a si próprios e aos outros e interagirem, acabam por formar grupos étnicos em seu sentido de organização. (NOGUEIRA, 2017, p. 116)

Vale destacar, que as informações levantadas junto à comunidade de Monte Alegre e apresentadas no decorrer de todo este capítulo, indicam uma forte relação com o que se caracteriza por comunidade quilombola, porém cabe-nos salientar que, o uso de qualquer termo como “quilombola”, “geraizeiro”, “vazanteiro”, “comunidade extrativista” ou de outra categoria identitária operativa de direito ainda não foi acionada pela auto definição dos sujeitos do lugar, o que pode se explicar por alguns dos motivos já debatidos anteriormente neste tópico.

Porém, já existe um movimento por parte da comunidade na busca por formas de compreender melhor o assunto para traçar seu caminho no sentido do reconhecimento. Esta situação suscitou principalmente após Vendinhas ter conquistado a sua certificação enquanto comunidade quilombola junto à Fundação Cultural Palmares. Muitos moradores dizem que Vendinhas, que é avizinhada, foi formada em sua grande maioria pelas próprias famílias da comunidade de Monte Alegre, que foram se mudando para uma área mais acessível, tal qual ao lado da rodovia MG 308. Esta situação pode se caracterizar como uma mesma comunidade, que se distribui em localidades distintas, porém complementares.

#### **IV. Encantados: elos da relação homem-natureza**

A caça, a pesca, o extrativismo vegetal e o uso da água, na perspectiva materialista dialética, estão entre as expressões contraditórias do sistema capitalista e por isso, cada vez mais fortemente repreendidas pela legislação ambiental brasileira. As regras preestabelecidas pelo “outro” aos sujeitos das comunidades tradicionais se dão a partir de um olhar externo, a serviço dos interesses de uma propalada ética e justiça da sociedade envolvente. Isso se fortalece ainda mais através dos currículos escolares, da educação formal

urbanocêntrica que, frente à juventude, coloca em cheque as diversas práticas, crenças e simbologias socialmente construídas e respeitadas, que segundo Diegues (2000, p. 30) é:

[...] definido como o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural, transmitido oralmente de geração em geração. Para muitas dessas sociedades, sobretudo para as indígenas, existe uma interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social. Nesse sentido, para estas, não existe uma classificação dualista, uma linha divisória rígida entre o “natural” e o “social” mas sim um continuum entre ambos.

A cada início de conversa na comunidade de Monte Alegre, sobre as representações mitológicas do lugar, uma frase bastante recorrente é a seguinte: “é tem isso mesmo, o povo conta, mas vai da crença de cada um né”. Esta abertura casual refere-se à necessidade de o ouvinte colocar-se numa posição específica de análise, a do respeito às “crenças dos antigos”, para conseguir alcançar a compreensão sobre o que determinado orador deseja repassar. Posição esta que, ao que parece, está cada vez mais distante da juventude rural, pois, nos trabalhos de campo realizados, pôde-se observar que em espaços coletivos, quando um determinado caso é contado, há certo estranhamento e desconfiança por parte dos jovens – alguns, inclusive, demonstram expressões de deboche<sup>11</sup>.

Por outro lado, quando se tem um grupo de adultos reunidos, na medida em que a prosa transcorre e que os oradores vão percebendo o interesse do pesquisador sobre o assunto, transparece maior confiança sobre os fatos relatados, como quem dá indicativos do caminho para acessar um universo simbólico que rege determinadas práticas sociais. Segundo Brandão (2009, p. 723),

[...] alguns contos e cantos de um povo desaparecem com o correr do tempo. Outros são modificados aos poucos, por exemplo, se o grupo social passa a ter uma nova economia de subsistência; se passa a viver do cultivo do milho e não mais da caça e da pesca. [...] Os mitos, algumas crenças, o conjunto de elementos com que determinado grupo social reflete o mundo e justifica a sua conduta, sofrem todos a mesma mudança; ao passarem de uma a outra geração, de um a outro povo, ou numa mesma geração de um mesmo povo, modificam-se de qualquer forma através do próprio uso, através da difusão de seus elementos pelos diferentes membros do grupo. Cada pessoa contribui mesmo com sua parte de novas descobertas

<sup>11</sup> Segundo Brandão (2007, p. 60), “um estilo tradicional de vida no seu todo, e em cada um dos seus campos, começa a ser pouco a pouco desqualificado, quando os agentes do “progresso” traduzem como “atraso” tudo o que não é o seu espelho. Tais contra imagens e ideias em que o *negócio* toma o lugar da *vida*, enquanto o *country* rotula o “sertanejo” ou o “caipira” como resquícios ou reminiscências, a meio caminho entre o “preservado” e o pitoresco. Em um segundo momento, padrões e sistemas de tais “novas pautas do ser, viver, pensar e produzir” são internalizados – a começar entre os mais jovens, moças e rapazes – pelos atores sociais populares, e são incorporados como modernos e contraditórios valores entretecidos com o que é próprio de suas culturas patrimoniais”. Isto também se reflete na religiosidade. Queiroz (1973, p.119), ao analisar os bairros rurais paulistas em “O catolicismo rústico no Brasil” destaca que na medida em que se reduz a disponibilidade de terras para trabalho, a população se adensa e se torna sedentária, reduz-se também as práticas da religiosidade. Assim, “se algo ameaça o catolicismo rústico, ameaça também por sua vez ao bairro rural tradicional, pois o catolicismo rústico é um dos fatores e dos esforços de sua coesão interna. Profundamente interligados, catolicismo rústico e bairro rural tradicional vivem a mesma vida e morrem da mesma morte”.

favorecendo aos poucos o **desaparecimento de alguns elementos de credibilidade**, e a emergência de outros. (Grifos nossos).

Isto é quase óbvio, afinal, estamos num mundo que movimenta e tudo se transforma. Mas como isso pode impactar a comunidade no enfrentamento à uma ameaça concreta? Trata-se de um universo simbólico em que cada caso, conto ou mito expressa de maneira verbalizada as coisas da vida, utilizando-se do lugar socialmente construído e compartilhado como a principal matriz pedagógica. As frases dizem, em forma de parábolas, as regras sociais pactuadas coletivamente, a maneira de se manejar o território comum e com isso defende-lo, conforme afirma Diegues (2001, p. 20-21 – grifos nossos):

Nesse sentido, é importante analisar o sistema de representações, símbolos e mitos que essas populações constroem, pois é com elas que agem sobre o meio. É também com essas representações e com o conhecimento empírico acumulado que desenvolvem seus sistemas tradicionais de manejo. [...] Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais, mas revelam a **existência de um complexo de conhecimentos** adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, por intermédio de **mitos e símbolos** que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais. Além do espaço de reprodução econômica, das relações sociais, o território é também o *locus* das representações e do imaginário mitológico dessas sociedades.

Um tema bastante fértil para se extrair informações sobre os “entes mágicos” (DIEGUES, 2000, p. 21), que chamaremos aqui por Encantados, é o tema da caça. Porém, ao mesmo tempo requer do sujeito-pesquisador uma abordagem delicada e cuidadosa para chegar às informações partilhadas entre os sujeitos do lugar, uma vez que existe nas comunidades tradicionais uma frequente repressão pelos “homens da lei” ou como dizem, “pelo povo do meio ambiente” se referindo à Polícia Militar Ambiental.

Nas comunidades tradicionais da região, uma regra básica geral estabelecida era a de que só poderia caçar aquilo que iria comer ou aquilo que estivesse colocando-o em risco de vida. Portanto, era inadmissível abater um animal silvestre, sem que houvesse a necessidade real para a alimentação, ou para sua segurança. Vale destacar que, atualmente a caça não é algo praticado pelos camponeses da comunidade de Monte Alegre porque foi substituída ano após ano pelas práticas agropecuárias como a suinocultura, avicultura e a bovinocultura para o auto sustento.

Para Cândido (1964, p. 138) na medida em que o homem “não depende mais de maneira exclusiva do meio circundante, o meio artificial elaborado pela cultura, cumulativo por excelência, destrói as afinidades entre homem e animal, entre homem e vegetal”. No entanto, no caso de Monte Alegre, o que se percebe é a ressignificação destas afinidades pois, ainda está bastante presente na vida da comunidade os acordos que faziam parte do que chamamos aqui de “a ética da caça”. Um agrupamento de regras morais, simbólicas e



mitológicas transmitidas pela oralidade, estabelecidas pela tradição local e pela religiosidade, servindo como uma orientação sobre o que era ou não permitido caçar, assim como dizem: “o povo respeita a natureza deles, dos bichos”. Alguns exemplos são apresentados a seguir:

- 1) Lobo Guará: segundo os comunitários, “o Guará não ficou pra matar”. Ele é mandraqueiro, tem poderes que após urinar na própria cauda, pulveriza sobre o galinheiro deixando as aves atordoadas e vulneráveis ao seu ataque silencioso;
- 2) João de Barro: por ele ser construtor de sua própria casa, quem o mata jamais terá condições de ter uma moradia própria;
- 3) Garricha: esta pequena ave é considerada amaldiçoada pois, conta-se que certo dia ao ser perseguido, Jesus Cristo entrou em um buraco de Tatu para se esconder, a aranha logo trançou sua teia para disfarçar a entrada e dar a impressão de que não havia movimento há tempos. Ao ver aquilo, a Garricha tratou de ir com suas garras afiadas e retirar todas as teias, deixando pistas para o inimigo. Segundo o Sr. Laurindo: “aquela bicha é excomungada, ela não pode ver um oratório que ela enche ele de garrancho. Se ela der um piado e rogar uma praga, a pessoa seca”;
- 4) Gambá: ele é abençoado, pois uma fêmea da espécie ofereceu seu próprio leite materno à Nossa Senhora para matar sua fome na caminhada. A partir deste dia ela haveria de dar a luz aos seus filhotes sem sentir dor;
- 5) Veado: este era bastante perseguido pelos caçadores, pois, uma Catingueira como é chamada popularmente a fêmea desta espécie, negou o seu leite à Nossa Senhora. Entristecida, a santa declarou que este animal ia de ficar andando pelo mundo escutando uma música e espiros atrás de seu rastro, o que significava para os caçadores o barulho do latido dos cachorros e os tiros das espingardas;
- 6) Inambu: esta ave, conhecida localmente como Lambú, embora pudesse ser caçada, era evitada por muitos em função dela carregar em suas costas, manchas acinzentadas nas penas, que lembram as cinzas da quarta-feira de abertura do período da quaresma católica;
- 7) Perdiz: ela foi excomungada, pois fez com que o “Nosso Senhor” caísse do jumento ao se assustar com o voo da ave;
- 8) Rolinha Pedrez ou Galinhinha de Nossa Senhora: ela é abençoada pois cobriu os rastros da mesma santa, protegendo-a do inimigo. O contrário do que fez a Rolinha Parda, que retirava a poeira acumulada sobre o rastro de Jesus, deixando visível seu destino;

- 9) Cobra: ao ser visto por esta víbora sem também avistá-la, o sujeito pegará “mau-olhado”, ou seja, entrará em estado de adoecimento, terá ínguas, desânimo e mal-estar. Havia que se tomar certos cuidados ao atirar numa cobra. Ela poderia deixar sua espingarda inútil caso não se lembrasse de assoprar o “vidro” (ouvido de aço ou pequena câmara de ignição) ou apontar o seu cano de boca para baixo após o tiro;
- 10) Tatu Vermelho: muitos não o caçavam por considerar que eles comiam defuntos enterrados. Para os demais tatus, algumas pessoas relatam que sempre respeitavam o período entre setembro e novembro, para evitar abater uma fêmea com filhotes.

Como se pode observar, há uma forte influência do catolicismo rústico<sup>12</sup> sobre as crenças que baseiam as regras na relação com os animais. Na caça, a maioria dos Encantados são materializados em seres que, por um lado ajudaram Jesus Cristo ou Nossa Senhora em sua caminhada pela terra, e por outro lado, contribuíram para que estes fossem perseguidos e encontrados pelo “Sujo”, como chamam o demônio. Por outro lado, é perceptível também o cuidado no controle de certas espécies que entendem menos proveitosas para a alimentação e o cuidado com os períodos reprodutivos, buscando certo equilíbrio ecológico. Ribeiro (2013) aponta que “já estava no costume de alguns povos indígenas de regular o consumo pela mediação do sobrenatural, e, por exemplo, o Pai-da-Mata zelava pelo uso regado dos recursos perseguindo caçadores que desperdiçavam carne de caça”.

Quando se trata da vegetação, muitas são as plantas que os códigos do conhecimento tradicional orientam evitar a realização de seu corte, dentre elas o pequiizeiro, o pau d’óleo ou copaíba, a mangabeira, a gabirobeira e a lobeira, sendo que esta última possui poderes de cura especiais. Para além do que é conhecido pela fitoterapia ou a pela medicina convencional, os comunitários respeitam rituais<sup>13</sup> específicos no momento da coleta das ervas e de produção dos chás. Vejamos um exemplo:

---

<sup>12</sup> Queiroz (1973) distingue o Catolicismo Popular em duas vertentes: o catolicismo urbano e o catolicismo rústico, do meio rural. Segundo a autora, embora haja muitas variações, “os elementos fundamentais desta religião rústica são os mesmos em todo o país; também a hierarquia religiosa que foi criada permanece idêntica, a partir de um esquema religioso básico, formado de ritos, crenças, culto dos santos; e de uma hierarquia de “agente do culto” cujos representantes infalivelmente encontrados são pelo menos o festeiro e o capelão, as combinações e os desenvolvimentos são diversos”.

<sup>13</sup> Em se tratando da esfera do ritual, concordamos com Costa Filho (2008, p. 213) que afirma: “Um conceito que considero importante é o conceito de Leach (1996). A maioria dos antropólogos segue Durkheim ao dividir as ações sociais em duas classes: ritos religiosos, que são sagrados; e atos técnicos, que são profanos. Neste sentido, ritual é um termo usado para descrever as ações sociais que ocorrem em situações sagradas. Para Leach, entretanto, ato eminentemente técnico, como a limpeza de uma roça, pode revestir-se de caráter mágico, na medida em que se trata de ações ordenadas e padronizadas socialmente, entremeadas de adornos e ornatos tecnicamente supérfluos”.

O remédio a pessoa faz. Se for ofendido por escorpião ou cobra, tem que ir na lobeira e arrancar uma raiz do lado que o sol nasce. O assa-peixe também, o guinezim do mato, o canguçu, o bucho de paca, a casca da jurema [...] abaixo de Deus sara tudo, pode ser até uma vaca. **Tem que arrancar aquela raiz que tá do lado que o sol bate primeiro, não pode ir detrás não, nem ficar rodando ao redor também não. Ocê pode reparar, se a cobra picar o teiú ele vai direto no assa-peixe ou na lobeira e morde a raiz, aí ele tira o veneno todo. É difícil você não ver um buraco no pé de um desses paus. É uns trem que é invisível moço,** muita gente fala ‘ah, não tem isso não’, tem sim! Um dia um menino chegou ali em casa e tava ruim, coitado, aí eu fui e aprontei pra ele e ele melhorou, foi o Zé Vaqueiro né, chegou ruim na minha casa. (Lourindo e Joana, camponeses da comunidade de Monte Alegre).

Além do poder de cura, para estes comunitários as plantas revelam sentidos de consciência e de interação direta com os seres humanos. Um bom exemplo é o caso da “moita encantada”. É um pequeno arbusto denominado por “Tomba e Levanta”, cujas folhas possuem dois sentidos, um para cima e outro para baixo. Seu poder faz com que a pessoa, ao passar por cima dele sem enxerga-lo, perca completamente sua orientação ou como dizem localmente, “o sujeito fica areado, perdido no meio do mato”. Esta mesma história é contada há anos pelos moradores da comunidade do Degredo, que se localiza a cerca de 80 km de Monte Alegre, porém, por lá se tem receio do Cipó Encantado da chapada. Ambos se correlacionam com o que os povos da floresta, rios e lagos brasileiros chamam de caipora/curupira, Mãe da Mata, Boitatá. (DIEGUES, 2000, p. 21)

Há que se levar em conta nesta crença, a sua essência educativa e estratégica, definida por Little (2001), pelo conceito de cosmografia, que é o conjunto de “saberes ambientais, ideologias e identidades - coletivamente criados e historicamente situados - que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território”. Para uma comunidade tradicional, conhecer o maior número de elementos possíveis que compõem o seu lugar de vida significa a sua própria sobrevivência. Assim, o risco de se perder na floresta durante uma caçada ou sequer durante uma simples cata de lenha por não identificar uma planta, provoca a consciência de que é necessário aprender, desde criança, as características das mais variadas espécies de seres pertencentes ao seu território. Neste sentido Rocha (2017, p. 83-84 – grifos nossos) aponta que:

Os mitos se distinguem do folclore e das lendas, eles instruem os seres humanos sobre aquilo que deve ser feito para evitar o caos – o estado que a humanidade, individual e coletivamente, mais teme. Nesse sentido, a teoria funcional de Malinowski [...] sobre o mito aponta que este é mais que uma especulação ociosa sobre a gênese das coisas, **as crenças são uma segurança social – um meio de educação e aprendizado de manutenção da cultura.**

No alto Jequitinhonha, diversas crenças, traduzidas em causos e histórias contadas por longos anos ao redor de uma fogueira ou ao pé do fogão de lenha, são utilizadas para “criar uma família”, como gostam de tratar. São formas de se avisar que não se pode negar

comida a um necessitado, como o caso da Catingueira contado anteriormente; de que é melhor manter distância de pessoas perigosas e traiçoeiras, como o caso do Lobo Guará; que não se deve pregar peças de mal gosto, assustando as pessoas, como o caso da Perdiz; que não se deve ser fuxiqueiro ou traidor, como o caso da Garricha e da Rolinha Parda; de que é necessário respeitar um sujeito trabalhador, como o caso do João de Barro e valorizar os atos de bondade, como foi o caso da fêmea do Gambá e da Rolinha Pedrez. Estas lições não são simplesmente estórias despropositadas, mas sim, portadoras de sentidos estratégicos para se preparar os filhos para o mundo e principalmente, para a vida em comunidade. O mito da *Piçoca*, contado abaixo é mais uma dessas estratégias:

Cê lembra que eles falavam de quando o Padre Mestre Antônio andou pelo mundo? Pois é, dizem que nessa fazenda do Tamanco, um andarilho chegou lá e pediu agasalho. Os fazendeiros acolhiam essas pessoas era num paiol, um trem... né. Aí quando chegou certas horas da noite, dizem que a empregada foi na frincha da porta pra olhar quem estava lá dentro. Aí dizem que o quarto tava todo clarinho. Ela enxergou foi uma imagem e eles sentiram que era o Padre Santo que tava lá dentro. Ela correu e contou o povo. Todo mundo foi lá pra olhar, mas já não tinha nada lá dentro do quarto. Aí o Padre excomungou a mulher [por seu excesso de curiosidade]. Disse que era pra ela virar uma “Piçoca” e ficar pelo mundo dando combate. Dizem que ela voava do tipo de um pássaro e assentava aí nessa curva do córrego seco. Nós passava lá era correndo, com medo... [risos]. (Vicente, quilombola nascido na comunidade de Monte Alegre e atual morador da comunidade Quilombola de Vendinhas).

Esta relação dos camponeses de Monte Alegre com as plantas e com demais seres da natureza, inclusive os Encantados, por mais que se tenha forte influência do catolicismo, se remete também a uma herança cultural de matrizes indígena e africana.<sup>14</sup> O caso do arbusto “Tomba e Levanta”, por exemplo, na perspectiva da interação existencial entre o homem e a planta, se assemelha inclusive com a famosa Lenda da Acaiaca, protetora do povo Puri da região de Diamantina, que após cortada pelos colonizadores significou o ponto crucial para a dizimação da tribo. “Do carvão da Acaiaca surgem os diamantes, pedras da riqueza e da maldição” (CARVALHO, 2010). Este desfecho nos faz lembrar também das telhas que supostamente pertenciam à casa grande do fazendeiro Tamanco, que para os moradores atuais, são sinônimos de maldição e atraso.

Neste aspecto da cosmovisão, cabe atentar a relação entre natureza e seres humanos, conforme escreve Carvalho, (2010, p. 165-166):

<sup>14</sup> Isto, por sua vez, está enrustido pois, segundo Queiroz (1973, p. 106), “no campo, os cultos africanos desapareceram quase por completo, pois faltava-lhes um contexto social propício (...) principalmente nas fazendas dotadas de fortes contingentes de escravos, procurou-se impedir os perigos resultantes do ajuntamento de gente pertencente à mesma tribo; (...). O sincretismo com as religiões indígenas não foi muito importante. Embora ali estejam as crenças muitas vezes embebidas de elementos indígenas, a organização religiosa, as festas revelam claramente sua origem portuguesa”.

Vale lembrar que a relação natureza e cultura elaborada pelo pensamento indígena, não deve ser confundida com a visão que a nossa literatura, no período romântico, produziu sobre os nossos indígenas; trata-se de uma relação histórica e cultural, que produz visões de mundo diferenciadas. A nossa visão cartesiana da natureza, apesar de predominante, não é a única. Há no pensamento indígena a mesma perspectiva ontológica entre os humanos e não humanos. Para os povos indígenas não há distinção radical entre a natureza e os seres humanos.

A água também é um importante elemento físico e simbólico para a constituição da visão de mundo das famílias de Monte Alegre. Para estes camponeses a água é algo que jamais pode ser negada, por exemplo, através do barramento de um córrego, impedindo o acesso livre aos moradores à jusante. Negar a água, portanto, significa negar-se à oportunidade de partilhar uma graça divina, negar algo que outrora lhe foi concedido sem expensas financeiras. Conforme descreve Ribeiro (2013, p. 56):

Sendo um dom a água tem um destino próprio. E seu destino, como dizem, é “circular por igual”. Se a água não cumpre esse destino, se for barrada e impedida de circular, se torna suja e perde a serventia que pode ter para uso humano. Repetem assim, na lógica simbólica da circulação da dádiva, a lógica física do ciclo hidrológico, que renova e purifica a água pela circulação. E dessa maneira, a acumulação de águas por barramento ou açude privativo pode reverter em dano para quem o constrói: há dano qualitativo, porque a serventia da água *encantada* é limitada, e o comprometimento da qualidade deixa no prejuízo quem estocou o dom; há dano moral por conta da avaliação subjetiva que a comunidade faz daquele estocador como avarento.

Outra regra tradicional é: jamais brigar com outra pessoa por causa de água. Esta questão se fundamenta no fato de que, devido à água ser algo abençoado por Deus, ser livre e por isso a serviço da comunhão, seria um desrespeito ou até mesmo, um “pecado” brigar por ela. Para os sujeitos deste lugar, “a partilha da água é mais que um aspecto de regulação: é componente fundamental de sua cultura” (GALIZONI, 2013, p. 21), por isso acreditam que se brigar por sua causa, ela seca, como uma forma de castigo:

Meu vô contava né e hoje a gente tá caminhando pra isso. Ele contava que ia chegar uma Era que a água acabava e aí ficava só um pocinho, lá no fundo. Naquele pocinho continha do tipo de um óleo. A pessoa que chegasse tinha que ser devagar porque aquelas feras que estavam caçando estavam tudo naquela beira esperando. E ocê era obrigado a apanhar aquela água lá porque não tinha [outra] pra beber. E tá chegando, porque se vê que o tempo mudou. Mas tem uma promessa de voltar né. A água diz ‘aonde eu passei, eu volto a passar de novo’. Só que nós não alcança mais não, da idade nossa nós não vê isso mais não. E vai ser um novo mundo de novo. As Eras mudam. (Francisco, camponês da comunidade de Monte Alegre).

Percebe-se neste relato que as referidas feras, que estariam espreitando a poça d’água e brigando por ela, também eram devoradoras de homens. Hoje, esta situação pode ser comparada às lagoas construídas nas Veredas pelas empresas de eucalipto ou por fazendeiros, que proíbem o acesso dos camponeses ao usufruto da água e do pescado, inclusive fortemente empunhados das armas jurídicas e até mesmo das armas de fogo. Porém, o que também nos chama a atenção neste depoimento é o fato de que a água é tratada, pelo Sr. Francisco, como

um ser que fala e que notifica sobre seu ciclo de vazão determinado de maneira sobrenatural. A água pode, portanto, ser compreendida nesta perspectiva enquanto um membro dos Encantados ou enquanto um *lócus* de morada dos mesmos.

Dentre estes possíveis “moradores”, o Caboclo D’água é um dos principais protagonistas no sucesso ou insucesso de uma pescaria. Este personagem mítico se faz presente nos mais diferentes relatos de camponeses espalhados pelo Brasil, como por exemplo, nas comunidades tradicionais Sãofranciscanas do Norte de Minas<sup>15</sup>. Na comunidade de Monte Alegre ele já se fez presente, porém após o secamento das águas do Açude no córrego Malaquias, este Encantado se mudou, conforme o depoimento:

O Caboclo D’água eles falavam que era do tipo de um moleque. Ocê ia pescar e escutava o assobio dele, ele apontava com o corpo na água, ela mexia toda. Aí ocê podia ir embora. No dia que ocê chegava lá e a água não mexia é porque ele não tava ali, aí ocê pescava. O dia que não era procê pescar ele tava na água. O Caboclo D’água até hoje ali perto de Morada Nova tem ele. Pro cê ver moço, o que já teve nesse açude né e hoje uma pedra daquela lá. Secou tudo. (Vicente, quilombola nascido na comunidade de Monte Alegre e atual morador da comunidade Quilombola de Vendinhas).

Este mesmo córrego teve por longos anos, um papel central na realização de penitências para pedido de envio das chuvas. Os comunitários, reunidos em determinados dias, recolhiam pedras banhadas pela água do córrego Malaquias, colocavam sobre suas cabeças e partiam morro acima, destino a um local denominado por “Três Cruzes”. Neste local, que alguns acreditam ser onde foram enterrados os cativos antigos<sup>16</sup>, eles depositavam suas pedras e após realizar as orações, recolhiam outras do local e novamente assentavam-nas sob suas cabeças, partindo em cantoria de volta à fonte de água, onde as depositavam. Atualmente, com uma fala geralmente acompanhada por um suspiro nostálgico, afirmam os moradores da comunidade que por muitas vezes “já se descia o morro com a chuva no lombo”. Esta prática, também é relatada por Costa Filho (2008, p. 209), ao escrever sobre os ritos propiciatórios do povo Gurutubano no centro-norte mineiro:

No Gurutuba, há um envolvimento coletivo não somente no processo produtivo, propriamente dito, mas também e, sobretudo, nos movimentos propiciatórios, constituindo de práticas de novenas, trezenas, penitências e promessas. Dentre as penitências, constam as seguintes: carregar pedra na cabeça até o cruzeiro, depositando a pedra em seguida aos pés do cruzeiro e molhando-a; molhar o cruzeiro do cemitério; colocar crianças ajoelhadas ao pé da cruz; andar com o santo pra cima e pra baixo, de casa em casa, rezando, de pés descalços. A devoção e as festas de santo também são ritos propiciadores ligados à boa chuva e à boa colheita.

<sup>15</sup> A título de exemplo temos as comunidades quilombolas, pescadoras e vazanteiras como a que foi estudada por Rocha (2017), no município de Januária –MG.

<sup>16</sup> Segundo Costa Filho (2008, p. 212), “os cemitérios integram os ritos propiciatórios de chuvas e boas colheitas, bem como estão no epicentro da cosmologia gurutubana, evocando ancestralidade, religiosidade, reverência ao Criador, observância de leis e costumes, normas e prescrições”.

**Figura 18: Fotografia dos moradores de Monte Alegre ao lado do Cruzeiro – local de penitências**



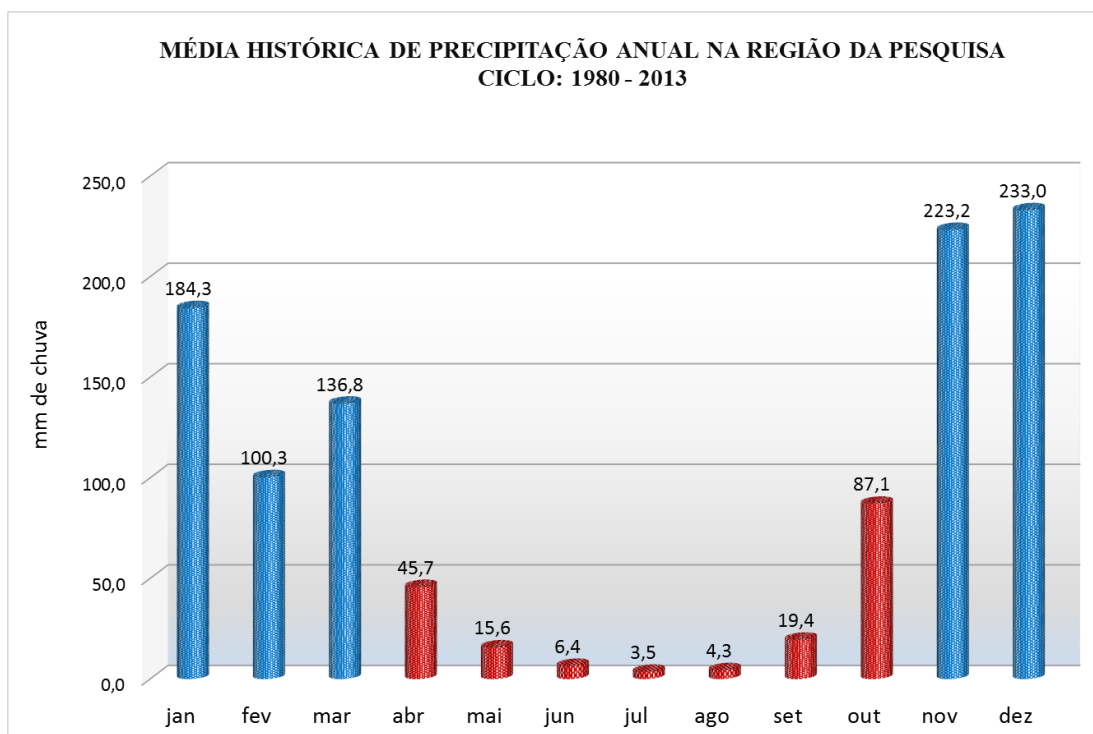
Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

## **V. Agrobiodiversidade, trabalho e religiosidade: “a fartura depende do tempo de Deus”**

De uma forma geral a organização da pauta produtiva, extrativista e econômica de Monte Alegre e de grande parte dos camponeses da região, gira em torno de duas épocas do ano: o tempo da Seca e o tempo das Águas. Demonstramos esta distribuição pluviométrica que delimita cada época no gráfico da Figura 19, cujos dados expressam a média de precipitação anual dentro de um ciclo de 30 anos na região que se insere Monte Alegre, compreendendo o período de 1980 a 2013:



Figura 19: Gráfico do índice pluviométrico anual



Fonte: Arquivos do CAV, coletados junto ao Instituto Nacional de Meteorologia - INMET – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, estação meteorológica de Itamarandiba / MG.

Tabela 1: Dados de precipitação no Alto Jequitinhonha entre 1980 a 2013.

Precipitações na região do Alto Jequitinhonha - 1980 - 2013														
Ordem	Ano	Índice Pluviométrico Mensal												Total/Ano
		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
1	1980	355	121	7,3	213	5,8	5,8	0,2	1,3	35	31,5	109,2	240	1125,1
2	1981	216,8	59,8	279,7	8,1	14,3	16,3	1,2	3,5	0	188,8	340,4	124,8	1253,7
3	1982	354,2	49	182,2	96,6	25,3	0	0	0,4	13,3	130,6	32,3	99,6	983,5
4	1983	406,9	161,1	278,3	39,4	36	1,4	22,2	0	10	92	223,2	290,3	1560,8
5	1984	104,2	12,8	129,9	35,1	0	0	1,5	35,2	32,2	82,2	148,8	198,4	780,3
6	1985	492,7	45,5	187,1	19,9	0,5	0,1	0,2	4,9	74,6	64	135,2	255,4	1280,1
7	1986	278,4	35,2	5,7	7	10,7	3,8	22,6	18,8	0	27,2	136,7	206	752,1
8	1987	152,8	35,8	114	38,4	0,2	4,3	0	0,7	8,1	77,6	120,6	342,3	894,8
9	1992	367,6	225	57,2	11,2	12,2	10,2	3,6	1,2	10,8	232,2	260,2	418,8	1610,2
10	1993	97,4	104,4	0	45	48	0	1	0	8,4	45,1	41,3	303,4	694
11	1994	118,1	13	465,6	54,4	2,4	5,9	2,5	0	0	1,2	204,4	98,5	966
12	1995	73,8	55,6	129,6	140,2	2,4	2,2	7,8	0,3	0	100,5	200,4	358,6	1071,4
13	1996	66,5	46,2	46,8	84,6	2,2	0	0	0	1,4	94,8	199,6	205,1	747,2
14	1997	178	86,8	261,6	40,1	21,4	7	0	1,4	38	60,6	111,6	326,2	1132,7
15	1998	123,8	153,4	20,6	4,4	13,2	0	0	1	0,6	142,2	245,2	196	900,4
16	1999	131	112,8	222,7	0	3	0	0	1,8	9,6	61,4	406,4	122	1070,7
17	2000	171,2	153,2	232	11,6	3,2	0	2,6	6,8	29	40,1	318	226,4	1194,1
18	2001	47	36,2	80,8	5,2	29,6	9,6	1,4	5,6	11,6	78,2	285,6	219,6	810,4
19	2002	214,6	199,6	73,6	5,8	17,8	1,8	2,2	2,8	79	11,8	190,4	401,2	1200,6
20	2003	122,6	66,2	58	22,6	0,8	0	0,2	26	1,8	72,2	93,2	205,8	669,4
21	2004	207,6	177,6	204	129,6	1,6	10	18	0	0	89,2	115,2	244,9	1197,7
22	2005	266,7	246,8	101,8	18	10,6	10,2	8,2	0	47,4	92,4	330,2	224	1356,3
23	2006	69,5	127,5	140	38	0	5,5	0	4	40	66	531,5	192	1214
24	2007	65	264,5	67,5	52	12	0	0	0	0	5	73	100,5	639,5
25	2008	227,5	222,5	96	73,5	0	0	0	5	21	0	425	348,5	1419
26	2009	156	82	136	28	0	18	0	0	42	378	169	68	1077
27	2010	2,5	28,5	244	30	118	0	0	0	51,5	133,5	491	84	1183
28	2011	109	10	177,5	80,5	0	0	5	0	0	138,5	135	304,5	960
29	2012	93	25,5	102,5	3	77,5	0	0	9	3	23	393,5	9	739
30	2013	260	50	2,5	35	0	81	5	0	15	52	230	575	1305,5
Total		5529,4	3007,5	4104,5	1370,2	468,7	193,1	105,4	129,7	583,3	2611,8	6696,1	6988,8	31788,5
Média		184,3	100,3	136,8	45,7	15,6	6,4	3,5	4,3	19,4	87,1	223,2	233,0	1059,6

Fonte: Arquivos do CAV, coletados junto ao Instituto Nacional de Meteorologia - INMET – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, estação meteorológica de Itamarandiba / MG.



O tempo da seca (destacado em vermelho no gráfico), como o próprio nome indica, é o período em que a chuva é escassa, com algumas exceções em anos atípicos. Normalmente, ela possui uma duração de 180 a 210 dias, indo do mês de abril até boa parte de outubro, mas existem anos em que ela chega mais cedo e termina mais tarde.

Este período é marcado pela colheita do milho, dos feijões de corda e catador, das favas, do guandú, das abóboras, do caxi, das laranjas, entre tantas outras variedades da dieta alimentar das famílias. A nível de plantio, esta é a principal época para a produção de hortaliças, com destaque para as folhosas, que são mais sensíveis à chuva; para o cultivo do feijão da seca, de março a maio, e do feijão de Sant'Ana, de julho a setembro. Também nestes meses, quando os estoques e as fontes de água utilizadas na irrigação já começam a minguar, é o tempo de centrar esforços na indústria doméstica rural. O movimento nas grotas se concentra mais em espaços próximos à casa, com o beneficiamento da cana para produção de cachaça, rapadura e açúcar mascavo; da mandioca para a produção de farinha e polvilho; do milho para produção de farinha e beiju; e do leite para a produção de doces, queijo e requeijão, isso para aqueles que possuem áreas suficientes ao pastoreio do gado ou estoques de alimentos ensilados.

Geralmente, a partir do mês de agosto, antes mesmo do final da época da seca, os camponeses iniciam o preparo de suas terras para o plantio, que irá aguardar os sinais de chuva para receber a semeadura. Estes sinais são identificados pelos camponeses mais experientes que, com o seu conhecimento ancestral preveem se a chuva está próxima ou se irá tardar naquele ano. O canto do sabiá laranjeira, a mudança de cor do cupinzeiro, a caída da flor do pequi, o florescer do pau-monjolo, o amadurecer do fruto da gabioba, o cantar dos sapos, das rãs, dos curiangos, o voo rasante das andorinhas, entre tantos outros, são sinais da chegada da chuva e do fim ao tempo das secas. Os moradores ao destacarem estes sinais, dizem que a natureza está “adivinhand” chuva. Nesta perspectiva Costa Filho (2008, p. 209) destaca:

Os ritos de "divinhança" se articulam com os ritos "penitenciais", correspondendo os primeiros à previsão e os segundos à intervenção. Os dois ritos se encadeiam no tempo, um demanda o outro, numa tentativa fortuita de mudar o curso da natureza, torná-la menos implacável, através da mediação dos santos e da sensibilização de Deus.

O tempo das águas é o período mais aguardado e especulado pelos camponeses. Há sempre uma grande espera por bons tempos de chuva pois, embora esta seja a época de baixa nos estoques de alimentos, é ela quem define como será a qualidade das colheitas ao longo do próximo ano e sobretudo a fartura da água, que é afinal, o alimento mais sagrado e desejável pelas comunidades. Este período varia de 150 a 180 dias, indo do final de outubro

para início de novembro até o mês de março, porém alternando entre picos de chuva contínua, chamados de “inverno” e picos de sol apino, chamados de veranicos. Este último geralmente acontece na primeira quinzena do mês de janeiro, cuja duração definirá a salvação ou o fracasso da lavoura.

A abertura do período das águas se dá quando vêm as melhores chuvas, duradouras e que garantem a molhação. A partir de então, assim como as formigas saúvas que surgem aos milhares da escuridão da terra, em revoadas sincronizadas para fecundar e reproduzir novos formigueiros, ao sentir o cheiro da terra molhada saem também os camponeses, com suas ferramentas e sementes crioulas que foram selecionadas na colheita passada e guardadas cuidadosamente para uma nova estação. Saem fecundando o chão em cantoria pela terra preparada, plenos de esperança por um tempo de fartura. Esta revoada humana, ultimamente acontece por mais de uma vez ao ano, quando as primeiras plantações não vingam como se esperava. Os efeitos das mudanças climáticas como, por exemplo, a concentração da chuva em curtos períodos do ano tem afetado diretamente a época de plantio das lavouras, provocando a frequente perda na colheita, mas ainda assim, persiste a coragem dos camponeses em continuar semeando.

Diante das incertezas de um tempo bom, a principal estratégia para garantir uma produção de qualidade tem sido o cultivo diversificado, optando por um amplo cardápio de técnicas e plantas, que são cultivadas por diversas manchas de terra na propriedade. No plantio das “roças do tempo” se destacam o milho, as abóboras, o maxixe, os feijões, favas, mandiocas, canas de açúcar, o quiabo, entre tantas outras. Na busca pela sustentabilidade, o camponês mais astuto,

(...) quando pode, faz as roças em gradientes de fertilidade diferentes ao longo do declive da grotá, desde a terra de cultura mais em baixo, até o começo dos campos (...); das terras mais úmidas das vazantes até as terras mais secas da catinga, e assim, se vier muita chuva, a lavoura do alto produz melhor que a cultura legítima em baixo, e vice versa, e se tudo der errado haverá a certeza que a horta da seca não falha, que o mandiocal é quase perene, e que as muitas variedades de feijão andu produzem cedo e tarde com muita, pouca ou nenhuma chuva, em terras novas ou cansadas. A combinação desses e de muitas outras variáveis, que pressupõem um conhecimento maduro sobre os solos, plantas, clima e técnicas de manejo, conformam o produto cultural que é a roça: um conhecimento, uma técnica adaptada, um produto que surge da negociação com o meio, uma arte tão elaborada quanto a trama do tear de algodão, quanto as obras das ceramistas. (RIBEIRO e GALIZONI, 2013, p. 39).

Há alguns anos atrás, quando as terras se encontravam ainda “descansadas” e quando todo o território estava à disposição das famílias da comunidade, a técnica mais utilizada era a Roça de Tocos, conhecida também por Roça de Coivara ou somente Roçado. Esta prática, a grosso modo, consiste na seleção de um terreno apropriado, a derrubada da

mata, a retirada da madeira ou de parte da lenha para usos domésticos, o enlramento dos galhos mais finos, que é a coivara, e o uso do fogo<sup>17</sup> para "limpar" a área de plantio. Com este fogo rápido, que varia do tipo de cultura que se deseja plantar, tem-se a intenção de "dar um calor na terra", garantindo assim a decoada das cinzas, mineralizando a matéria orgânica e deixando o solo mais fértil para a produção dos mantimentos. Porém, esta fertilidade é efêmera e dura apenas de três a cinco anos consecutivos, momento em que é preciso propiciar um novo ciclo de descanso à terra, que pode chegar até 12 anos. (RIBEIRO, 2013).

Nos últimos tempos, há cerca de duas décadas, as formas de cultivo têm se adaptado às novas condições impostas sobretudo pela pressão de uso das terras de cultura, tendo em vista que estas, após a perda da chapada pelas comunidades, também passaram a servir como áreas de pastoreio do gado, ocasionando a sua degradação intensiva e a incapacidade de se realizar o descanso das áreas até um novo plantio. Muitos roçados cederam lugar à manga batida<sup>18</sup>, sendo assim, nas poucas áreas disponíveis para a lavoura, é preciso que se garanta a manutenção contínua de sua fertilidade, e para isto, nestas condições específicas atuais, é imprescindível o abandono do uso do fogo no preparo das roças. Assim como afirma Fávero (2014, p.14), os camponeses da região do alto Jequitinhonha, têm procurado cada vez mais utilizar sistemas que estão:

(...) assentados na utilização de materiais genéticos adaptados, multiplicados, melhorados e conservados pelos próprios agricultores (variedades e raças crioulas); na diversidade de espécies (introduzidas e nativas) e de arranjos produtivos no espaço e no tempo; e em práticas e estratégias baseadas nos saberes tradicionais acumulados e transmitidos pelas sucessivas gerações, constituindo, assim, componentes fundamentais e estruturantes do desenvolvimento de sistemas agroecológicos.

Esta transição dos métodos de se lavrar a terra, com vistas à continuidade do bem viver, tem sido experimentada pelos camponeses como uma estratégia de resiliência e de resistência e é assessorada por instituições como o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica – CAV. Organização não governamental criada em 1994 por camponeses organizados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turmalina, cuja atuação é regional e um dos seus

<sup>17</sup> “Os fogos, da mesma maneira que os solos, são de muitos tipos: fogo próprio pra roça velha, pasto, capoeira ou mata, e certos tipos de fogos fariam limpeza da terra, outros adubação, e dependendo da intensidade os fogos serviriam para plantar feijão ou mandioca, e alguns deveriam ser postos para queimar e outros apenas para sapecar. Existe, ou existia, até o fogo de *são bartolomeu*, fogo sem propósito de cultivo certo, que era posto nas chapadas comuns a cada 2 a 3 anos para dar viço aos campos, acelerar a brotação dos frutos nativos e diminuir a serapilheira para reduzir os riscos de incêndio descontrolado e fora de época. A intensidade e a duração do fogo posto na lavoura se define também pela maneira como se derrubava a madeira, pelo tipo de madeira que havia na área - *capão*, capoeira ou *catanga* -, pelo tipo de encoivramento, pela ferramenta usada: foice ou machado, pela estação e horário em que era posto o fogo”. (RIBEIRO e GALIZONI, 2013, p.38.).

<sup>18</sup> A expressão “manga batida” é utilizada para dar nome a uma área de pastagem que é roçada com foices a cada ano para garantir que o capim se sobressaia, ou mesmo que se provoque uma nova brotação dos arbustos nativos de maneira que mantenha minimamente alimentação a pastoreio para os animais, sobretudo bovinos, muares e equinos.

eixos de trabalho é “Agroecologia e Empreendimentos Solidários”, através do qual acompanha algumas famílias de Monte Alegre. Vale a pena destacar que, uma delas, tem a sua produção certificada como orgânica, com selo concedido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através da modalidade dos Sistemas Participativos de Garantia.

Sobre os agroecossistemas tradicionais de Monte Alegre, cabe-nos destacar ainda as criações animais. Todas as famílias da comunidade possuem pelo menos dois tipos, variando principalmente entre muares, equinos, aves, bovinos e suínos. Os muares e equinos são utilizados para o trabalho na roça, transporte de cargas e para passeio. A galinha caipira no terreiro é sinônimo de movimento, sinal de que a família continua ativa na propriedade. Na visão geral da comunidade, quando se abandona a atividade da avicultura é porque está planejando se mudar para a cidade. Já o gado é sinônimo de poupança, sobretudo o gado de corte. Tendo em vista que a sua venda é fácil, ainda que a preços baixos, dependendo da época do ano e do peso do animal, quase todos os comunitários mantêm alguns bezerros e novilhas, como uma forma de assegurar e de fazer render um pouco de dinheiro para a hora da precisão. No caso daqueles que criam gado leiteiro, geralmente produzem também seus derivados, que além de qualificar a alimentação familiar, suplementam a renda.

Em se tratando dos suínos, em alguns casos são criados exclusivamente para o abastecimento da casa e de alguns parentes que moram na cidade, porém, para muitas famílias este é um produto que também gera renda, vendendo dentro da própria comunidade a peso vivo ou abatido. Vale destacar que, quando se abate um “capado”, os vizinhos são agraciados com um “guisado”<sup>19</sup>, que normalmente é uma pequena quantidade de carne, toucinho ou miúdos. Momentos de abate dessas criações são festejados como forma de comemoração e agradecimento pela fartura e pelo reencontro entre familiares e amigos. Os leitões estão presentes em quase todas as mesas de leilão, rifas e bingos das festas religiosas ou beneficentes do meio rural da região.

A apicultura e a pesca artesanal também são praticadas pela comunidade, porém atualmente há poucas famílias que empregam esforços nestas atividades. No caso da apicultura, foi identificado apenas um morador que a utiliza como fonte de renda, os demais colhem o mel silvestre para usos domésticos. No caso da pesca artesanal, ela era algo central há alguns anos, o que já não acontece atualmente porque as veredas estão interditadas pelas fazendas; danificadas por empresas monocultoras de eucalipto; e pelo fato dos córregos em sua maioria serem intermitentes.

---

<sup>19</sup> Sobre este assunto poderíamos aprofundar no debate sobre a dádiva e a contra-dádiva, porém não houve tempo suficiente para tal. Vale a pena explorar em novos estudos.

O artesanato utilitário também compõe o leque de estratégias técnicas e econômicas da comunidade. São confeccionadas peças em algodão, como os cobertores; o artesanato com fibras da bananeira, como as esteiras; o artesanato com palmeiras do Cerrado, como é o caso das vassouras; o artesanato com bambús e taquaras, como é o caso dos balaies e jacás; o artesanato em madeira, como é o caso das gamelas e masseiras; e o artesanato em couro cru, como é o caso das cangalhas, bolsas, cabrestos e chicotes. Vale lembrar do artesanato em argila, que mesmo não sendo destaque na comunidade em estudo, muitas famílias aparentadas que vivem nas localidades vizinhas, garantem boa parte de sua renda através da arte moldada pelas mãos.

**Figura 20: Fotografia de Dona Santa, camponesa de Monte Alegre fiando o algodão**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

No que se refere ao extrativismo, as famílias fazem uso da lenha para o fogão e para as caldeiras das indústrias domésticas rurais; de folhas, cascas e raízes das plantas nativas para a produção de remédios caseiros e para o artesanato; dos frutos nativos do Cerrado para a alimentação e venda nas feiras livres. O maior destaque normalmente é para o tempo da Mangaba, que amadurece em novembro; para a coleta do Pequi, que vai do final de dezembro a início de fevereiro; e para a coleta do Araticum, também conhecido por Jaca ou Panã, que

geralmente vai de março a abril. Neste aspecto, algo que merece destaque são as regras consuetudinárias que regem o uso destes recursos, que preferimos tratar aqui como dádivas da natureza. O depoimento abaixo, mesmo sendo de um morador de outra comunidade, serve como exemplo das normas que se prezam na região:

Todas essas frutas devem ser catadas no chão, pegar no pé é sinal de usura, desespero e desrespeito aos outros moradores que têm direito de catar quando estiver no ponto. Se panhar no pé, somente um pega tudo, sem contar que os bichos também têm direito de comer. Fruta é um trem assim...é Deus que deixou. Precisa é seguir regras, não panhar no pé, ou deixar porteiras abertas, ou invadir o que é do outro sem avisar. (Joaquim, comunidade do Degredo, Turmalina-MG).

Neste sentido, Costa Filho (2008, p. 217), nos ajuda a compreender essas relações de mutualismos que ocorrem geralmente em comunidades tradicionais:

Para Comerford (2003: 128), ao analisar a "sociabilidade agonística" dos trabalhadores rurais da Zona da Mata de Minas Gerais, a ambição aparece como foco de conflitos e de destruição de relações ou de possibilidades de relação, aparece como um descontrole da ética da convivência cotidiana, algo que impossibilita a confiança e, portanto, a familiarização. "A ambição pode destruir reputações e condenar ao ostracismo aqueles que são publicamente considerados como tomados por ela".

Todas essas atividades agroextrativistas, logicamente, demandam grande esforço dos camponeses e camponesas, independentemente da idade. Embora possa parecer que há um maior esforço no tempo das águas e uma "vacância" no tempo da seca, Brandão (1983, p. 18), ao escrever sobre a situação/realidade dos caipiras de São Paulo, nos esclarece que:

Na lavoura, a cada momento do ano a família pode estar realizando um ou mais tipos diferentes de "serviço" junto a qualquer uma das "qualidades" de plantas com que trabalha. A colheita de uma "roça" pode coincidir com a "limpa" de uma outra, ou mesmo com o início do preparo do "terreno" para uma terceira. Todo o conjunto de atividades roceiras divide-se em formas também muito diversas de aplicação de tecnologias rústicas. Ao contrário do que imaginam os olhos da cidade, o saber do trabalho do caipira é extremamente complexo e diferenciado, e o que pode parecer um trabalho fácil e monótono de um mesmo curvar-se sobre o solo com a enxada envolve um sem-número de pequenos arranjos e segredos de conhecimento coletivo onde a eficácia do uso rústico consagra a norma do fazer do camponês.

No que se refere ao trabalho, há cerca de quatro décadas atrás, diversas atividades agrícolas eram realizadas em mutirão. Havia trocas de dias de serviço, com momentos que reuniam mais de vinte homens e mulheres envolvidos nas diversas funções, desde a roça até a cozinha. Um árduo exercício que buscava no companheirismo uma estratégia de potencializar a capacidade produtiva de cada família.

Não raramente, estes momentos eram marcados por performances lúdicas, desde a cantoria, o posicionamento dos camaradas, até a descoberta da prenda. Tomemos como exemplo a capina cantada, denominada tradicionalmente por "maromba": Reuniam-se dois grupos de trabalhadores enfileirados sob as ruas da plantação, iniciando pelas bordas da roça, um de um lado e o outro do lado oposto. Cada grupo combinava o atento arrastar da enxada



ceifando as ervas indesejadas e chegando a terra ao pé do milho e do feijão de corda, com os versos da folia do Divino, de Reis, de São Sebastião ou versos de provocação ao grupo do lado oposto. A cantoria entoada pelo puxador, seguida pelo contrato, baixo e riquinta, revezava-se de lado a lado, um cantava e o outro respondia. Ao desfecho do dia, na conclusão da tarefa, havia no fim do talhão da roça, um litro de cachaça escondido em uma moita, prenda que ao ser encontrada acompanhava os camaradas para os comes e bebes, desta vez na cozinha ou no terreiro da casa de morada da família que recebera a ajuda.

Outro exemplo interessante sobre o antigo trabalho em mutirão, era o que chamavam de “roubo da madrugada”. Quem relata esta tradição é o Sr. Boaventura, da comunidade de Boa Vista, município de Turmalina. Sua fala nos dá clareza de quão complexa é esta trama, que envolve a produção, o mutirão, o sagrado e o profano:

O mais importante é que a gente tinha esse trabalho comum e os colegas, os vizinhos, se auto ajudavam nos mutirões, nas marcas né. O dinheiro era muito pouco mas era pago com mantimento, com rapadura, com toucinho e coisas do gênero né. O que a gente comprava no armazém era quase nada, era o querosene, o sal e a pedra do isqueiro e parava por aí. Claro que tinha uma limitação, uma dificuldade, mas se resolvia [...] parece que a gente não tinha nada, mas a gente não dependia de governo né [...] **Se vê que é tão forte a destruição da cultura, que passa até despercebido**, quando fala a gente chega até emocionar.

Nós tinha todo um calendário. Era interessante que na época do giro do Divino, o que acontecia: era a época da gente roçar as estradas e pintar as casas, preparar os terreiros né. O pessoal saía semanas. Tinha os territórios, que era de uma comunidade, o outro território que era de outra comunidade. Eles faziam aquele giro né e tinha os pousos do Divino. Era muito forte. Dentro disso, misturando com a questão dos trabalhos, o pessoal tinha o hábito das moagens de cana. A gente moía a semana inteira - é até emocionante né - os amigos e os vizinho, talvez de até outra localidade ia praquela comunidade, chamava de roubar a madrugada né. A gente tava lá deitado sossegado, dali a pouco o engenho começava a tocar, aí a gente falava ‘alguém roubou a madrugada’. Era uma cultura que o pessoal tinha, trabalhar no engenho, fazer a rapadura. Aí fazia a moagem daquele dia, que era uma sexta-feira, começava mais cedo e quando terminava ali já fazia uma festa, que chamava Fonção né. Juntava o pessoal numa simplicidade, mas numa alegria imensa. O giro do Divino coincidia com a época das moagens também né. E na época das capinas de roça, tinha uma coisa muito bacana que chamava as marcas de serviço. Eu já tive em marca numa roça com 60, 70 a 80 homens né. As mulheres trabalhando na cozinha e os homens trabalhando na roça e cantando as cantigas! Até emociona a gente. Tinha todo um calendário dentro da nossa região. Uma coisa ainda muito bonita aqui na nossa região era a festa do Divino na sede. Eram muitos meninos e a condução era pouca, os pais da gente pegavam os mais pequenos e punha dentro de um balaio, quatro a cinco meninos dentro de um balaio e os outros montava na garupa do burro. A gente vinha e trazia ali colchão, esteira... **dizem que tinha pobreza mas ficava três, quatro dias a uma semana só fazendo festa na sede**, aquilo era uma alegria só.

Analisando os relatos acima é possível destacar certo grau de saudosismo sobre as formas de mutirões antigos, de tal maneira que existe quase sempre uma tendência (inclusive por parte dos próprios camponeses) de acreditar não mais haver tarefas realizadas coletivamente nas comunidades. Engana-se quem pensa assim, o que acontece é que elas

estão revestidas de novas características, ajustadas às necessidades e às condições dos tempos atuais. Durante as visitas a campo para a pesquisa pudemos presenciar o mutirão no preparo do almoço, quando ocorre um curso na comunidade; na reforma e na limpeza da igreja ou da escola já fechada, que atualmente se utiliza como centro comunitário; na reforma da tenda de farinha; na organização das festas religiosas; no cercamento de nascentes na comunidade; na instalação de um encanamento de água que beneficiaria diversas famílias; na visita e escolha de locais apropriados à construção de barraginhas junto aos parceiros da associação; o mutirão para tapar buracos e reparar o cascalho frouxo das estradas principais da comunidade; o mutirão para realizar o desassoreamento de uma barragem no córrego Monte Alegre, conforme mostra a Figura 21; e até mesmo o mutirão para nos prestar informações e nos guiar na visita aos diversos ambientes durante esta pesquisa. Certo dia, quando realizamos o levantamento dos locais históricos da comunidade, fui acompanhado por quatro moradores e enquanto caminhávamos, outros três estavam preparando a refeição que foi servida após a conclusão da tarefa. Todos eles dispuseram parte do seu dia de trabalho, do seu conhecimento e dos seus alimentos em função da coletividade, isto porque provavelmente entenderam este estudo como uma possível estratégia para o registro da memória social do grupo.

**Figura 21: Fotografia do mutirão para limpeza de barragem comunitária no córrego Monte Alegre**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Assim, concluímos que a prática do mutirão ainda está muito viva na comunidade, destacando, porém, atualmente sua realização demanda o investimento parcial de recursos financeiros, sobretudo no caso daquelas famílias que não dispõem de um número maior de

indivíduos em idade ativa para a realização dos trabalhos pesados. Por outro lado, no caso das atividades religiosas, esta prática da “terceirização” não é bem aceita pelo grupo. É preferível que se faça em casa uma lata de biscoitos para a festa do que contratar uma diária de alguém para limpar a igreja em seu lugar, por exemplo. Há também casos em que se utiliza recursos do caixa da comunidade, seja da igreja ou da associação, para remunerar os dias de serviço prestados em mutirão no cumprimento de alguma tarefa decidida pelo grupo em comum acordo. Lembrando que, certamente este caixa foi gerado ou será repostado por meio do trabalho e das doações coletivas, como as mesas de leilão, rifas ou outros projetos.

O caso das mesadas de leilões nas comunidades é extremamente simbólico e expressa bem a relação de reciprocidade entre os sujeitos. A título de exemplo podemos citar um momento em que os moradores de Monte Alegre realizaram um leilão após uma reunião da associação comunitária, cuja renda seria revertida para manutenção contábil e fiscal da mesma. Para sua realização, cada camponês doou algum dos produtos que seriam leiloados (frango assado, lombo assado, requeijão, galinha e leitão vivos, toalha bordada, vinho, cesta de biscoitos caseiros, pães recheados, doces, rapadura, entre outros); no ato do leilão, após um vai e vem de provocações e risadas, inflacionando propositalmente o preço de cada item, arremataram parte daqueles produtos doados pelos demais comunitários, doando novamente ao grupo, desta vez em dinheiro pago pelo leilão; e por último, distribuíram no ato da algazarra o produto arrematado, comendo e bebendo junto aos companheiros/as, ou seja, realizando o ato da doação pela terceira vez. Não estamos tratando aqui de exibicionismos, ou de demonstração pontual de riqueza material perante o grupo, mas sim de um ato comum a quase todos os pertencentes à comunidade, independentemente de seu poder aquisitivo.

Já no que se refere ao trabalho individual ou familiar, o dito trabalho de roça, normalmente ele tem sido sinônimo de dificuldade, sofrimento e inclusive de invisibilidade do trabalho feminino. Fato é que, na maioria das comunidades rurais, não obstante dos demais espaços da sociedade brasileira, existe uma forte presença da lógica patriarcal. Vamos nos recorrer ao trecho descrito por Brandão (1983, p. 16), sobre a braveza dos caipiras paulistas, que se assemelham aos camponeses do Vale do Jequitinhonha:

A violência e o controle social da violência não destroem os valores de honra e solidariedade que são a condição da identidade e da existência do camponês. Acabam sendo parte da vida e, por isso invadem o cotidiano de trabalho, os dias de festa, as modas de viola, os rituais devotos dos mundos do sertão. Atravessam os domínios da vida de uma gente que afinal precisou aprender lições de ataque e defesa para sobreviver física, social e simbolicamente: *a bravura, o desafio permanente, a honra macha que “se lava com sangue”*, o aparente “pouco valor” à sua vida e à dos outros. Este é o caminho pelo qual, no que faz, fala e canta, a gente caipira de São Paulo misturou a coragem pessoal à mansidão, de tal sorte que no

miolo da imagem que a cultura caipira faz de si própria, a sua pessoa oscila sem custo entre uma hospitalidade humilde, de portas abertas, e repentes de bravura e atos de violência. (Grifo nosso).

É certo que, diante do trabalho árduo de sol a sol, dos tantos abusos, preconceitos, expropriações e ameaças sofridas constantemente, há que se esperar uma postura arredia misturada ao jeito bondoso e negociável do camponês perante, sobretudo, os de fora da comunidade, os forasteiros. Nesta perspectiva, esta pode ser uma estratégia de resistência, por outro lado, porém, estes traços de violência também podem ganhar feições sombrias internamente, sobretudo perante às suas esposas. São diversas as vezes que ouvi longas e admiradas histórias de brigas entre camponeses durante as festas de um tempo passado, onde na maioria das vezes se envolvia a disputa por uma namorada, ou mesmo por uma pretendente que o havia rejeitado.

As moças recebiam tiros no rastro por não aceitarem uma dança com um determinado parceiro e depois dançar com outro homem; por medo, se submetiam às vezes a aceitar ir embora na garupa do cavalo de alguém, mesmo que não se interessasse tanto por ele; se via obrigada a dançar sentindo ao corpo o cano do revólver 38 ou a bainha do punhal cabo de coral, portados por homens que exibiam suas armas compradas com dinheiro do corte de cana em São Paulo; se viam impedidas de paquerar mais de um homem na noite, ao risco de ser afamada como mulher sem valor para casar; se viam obrigadas a seduzir algum homem mais respeitado e bem armado, à medida que se visse ameaçada por algum outro sujeito durante a festa, que inclusive, por muitas ocasiões acabava após tiroteios e violentas brigas; algumas das casadas, se escondiam ou até mesmo dormiam no mato com as crianças após o marido chegar bêbado em casa, para não violentá-las e ameaçá-las de morte. Vale destacar que, este comportamento não se aplica a todos os homens à época, havia exceções, bem como que, são comportamentos atualmente bastante atenuados, inclusive, a briga que era sinal de orgulho, hoje é sinal de vergonha para um homem. Ainda assim, dentro de casa, que é um local mais restrito aos olhos da sociedade, percebe-se formas de violência e desequilíbrio na organização do trabalho e das partilhas camponesas.

Brandão (1983, p. 27) caracteriza de maneira resumida como os destinos das meninas e dos meninos, desde cedo são moldados por meio da tradição. Às primeiras se reserva o direito de viver por maior tempo em casa sob as “custas do pai”, até que se arranje um companheiro que lhe ofereça um novo lar; já aos segundos se reserva a responsabilidade e o destino de formar sua propriedade, o que também acaba lhe conferindo maiores chances de acessar o direito à terra nas partilhas de herança:

As diferenças de aplicação da força de trabalho estabelecem o solo das desigualdades familiares. Mesmo quando uma mulher é uma exímia lavradora — o que não é nada raro — ela nunca é pessoa “de lavoura”, mas “de casa”. Por outro lado, enquanto o menino aprende desde cedo com o pai para ser não só um seu companheiro eficiente de equipe mas um futuro profissional do ramo, as meninas aprendem assuntos do lavrar “pro gasto”, assim como aprendem profissionalmente os assuntos “de mulher”, distribuídos entre a casa e o terreiro. Do mesmo modo como acontece com o menino na roça, à medida que cresce a menina divide mais e mais com a mãe os cuidados de seus domínios.

Entrando cedo “no batente”, o menino cedo aprende com os mais velhos os segredos múltiplos dos trabalhos caipiras. Aprende a transitar de um tipo de fazer a outro trabalhando ao lado do pai e sob a sua supervisão. Não é raro que um filho adolescente ou jovem passe de um lavrador familiar-empregado do pai a um trabalhador associado. Aos poucos os filhos são convocados para resolver com o pai as questões relativas aos homens da casa. Depois, se for uma família “situante”, o pai deixará que os filhos reservem porções de terra para plantar as suas próprias roças.

Embora não tenhamos como centro deste estudo os aspectos das relações sociais de gênero nas comunidades tradicionais do alto Vale do Jequitinhonha, cabe-nos aqui destacar a importância do trabalho feminino para a reprodução social, o abastecimento alimentar e para a economia das famílias camponesas da região. Uma labuta diária que por longos anos foi tratada como “ajuda” vai desde a fonte de água, passa pela roça, pela horta, pelo quintal, pelo terreiro, pela cozinha, pelos demais espaços da casa, pelos filhos, pelo marido, pelas tarefas comunitárias, entre tantos outros espaços. Por isso, carece de uma declaração apropriada, merece ser reconhecida e valorizada, mas também problematizada pela designação prévia de lugares e tarefas aos sujeitos, a partir da referência biológica.

Como forma de apresentar um pouco do trabalho das mulheres camponesas das comunidades da região, pedimos licença para transcrever abaixo um trecho apresentado por Souza (2017, p. 42-44), que descreve com detalhes um dia na vida de sua mãe, Dona Geralda, camponesa da comunidade Grota do Engenho, Veredinha, esposa do Sr. José, que inclusive se diferencia da maioria das descrições mencionadas acima, longe de ser considerado um machista, mas sim um afamado companheiro:

Após madrugar, preparar o café da manhã, mandar algumas crianças para a escola, dar atenção aos menores que ficaram em casa, arrumar a cozinha do café, catar o feijão e colocar para cozinhar, socar o arroz e deixa-lo em condições de ir para a panela, descascar o alho e fazer o tempero, preparar alguma “mistura” (uma verdura, por exemplo, e algum tipo de carne) para completar o feijão com arroz do almoço, colocar tudo para cozinhar num fogão à lenha e arrumar as marmitas: lá ia minha mãe estrada a fora, subindo morro e descendo ladeira, atravessando campos pedregosos e trilhas esburacadas, com chuva ou com sol, lama ou poeira, e mesmo que tivesse, vez ou outra, o apoio do meu pai nesta tarefa do transporte, lá ia ela, levar a comida dos homens do eito.

Voltando do almoço, era preciso arrumar a cozinha e começar a preparar o café da tarde, que também era levado até a roça, caso o serviço não tivesse sendo realizado próximo à casa. Em algumas ocasiões, a tarefa de lavar o vasilhame da cozinha era facilitada por haver água encanada. Em outras, contudo, a água era buscada na

cabeça, em potes de barro ou baldes, tanto a que era usada no consumo doméstico quanto a que ia dessedentar alguns animais domésticos.

A merenda pode ser uma quitanda (biscoito de polvilho, bolo de fubá, pão caseiro de farinha de trigo) que demanda muito trabalho na preparação, cada qual com receita específica. Assar essa quitanda no forno também requer operação cuidadosa, com o gasto de muita lenha que já não se encontra mais tão perto de casa. Mas essa merenda pode ser também um mingau de fubá cozido ao leite (minha mãe sempre preferiu o fubá de moinho de pedra ao fubá industrializado), um arroz doce (arroz cozido no leite e adoçado com açúcar ou rapadura, ao qual pode ser acrescentado amendoim moído, coco ralado, canela e outros condimentos) ou outro produto comestível que não se enquadra no padrão feijão com arroz, porque estes são exclusivos de almoço e jantar.

Servindo o café da tarde, ou merenda, já era hora de preparar a última refeição do dia e esperar que a turma viesse toma-la ao fim do expediente. E quem trabalhou o dia inteiro em ritmo intenso de serviço pesado não se satisfaz com lanche. O jantar era uma nova refeição elaborada nos mesmos padrões do almoço, um consistente feijão com arroz e mais quantos acompanhamentos fossem possíveis. Repetia-se, no mesmo dia, a operação da manhã: catar feijão, socar arroz no pilão, cozinhar tudo no fogão à lenha, servir todas as bocas, lavar pratos e panelas e esperar por um novo dia de intenso trabalho.

Além deste trivial cotidiano, aliviado apenas pelo fato de ter um número menor de camaradas em serviço, ainda era preciso lavar a roupa (no rio, porque máquinas ou tanques em casa não havia), cuidar das crianças (sem televisão para entretê-las é claro, porque sequer havia energia elétrica), buscar lenha (na cabeça, porque os morros não permitiam outros tipos de transporte), tratar dos animais domésticos (porcos e galinhas, porque o cuidado com o gado era responsabilidade dos homens) e, muitas vezes, noite afora, torrar e moer café, debulhar o milho, descascar o feijão, remendar alguma roupa e, na sexta-feira, fazer um requeijão moreno que seria levado à feira do sábado.

Nessas lidas diárias, geralmente contava-se com o trabalho das crianças, um aprendizado desde tenra idade, uma prática cultural tão aceita quanto o próprio ritmo natural da vida. Essa vida que minha mãe não cansa de louvar, porque foi a que lhe permitiu educar muito bem os dez filhos, mas com uma certeza: não é romântico nem idílico esse mundo do trabalho doméstico e da vida da roça.

O trabalho com a casa na roça, entre a comunidade e com a terra “não é como o que se faz na cidade, na fábrica, por exemplo, ou na oficina. Ele não obedece apenas ao vôleio da vontade dos homens, ou aos jogos das relações de mercado de bens e do trabalho, o labor da lavoura lida diretamente com os mistérios da vida que reproduz” (BRANDÃO, 1983, p. 17). Assim, esta perspectiva do controle ou da coesão interna do grupo se afirma sob os aspectos da religiosidade. Os tempos de trabalho intenso e de ócio penitencial, muitas vezes respeitado por todos os membros da comunidade, são bases complementares do êxito ou do fracasso das lavouras e/ou dos investimentos financeiros. Nessa lógica comum,

(...) a ordem social, é antes de mais nada, um ritmo, um tempo. Conformar-se à ordem social é primordialmente respeitar os ritmos, acompanhar a medida, não andar fora do tempo. Pertencer ao grupo, significa ter no mesmo momento do dia e do ano o mesmo comportamento de todos os outros membros do grupo. (Bourdieu, 1979, p. 47, apud COSTA FILHO, 2008, p. 207).

Segundo Queiroz (1973, p. 115), “é principalmente nos períodos de vacância do ano agrícola, na entre-safra, que as penitências florescem (...). Nos períodos de trabalho



agrícola intenso, aquelas que não entram em recesso passam a se realizar em dias marcados". As práticas das festas religiosas, dos dias guardados (feriados locais), dos jejuns, das rezas, dos giros da bandeira, das novenas, das procissões, são estreitamente relacionadas aos ciclos ecológicos e aos ciclos agrícolas da vida. São momentos que interligam os tempos da gratidão, (normalmente se referindo à colheita, ao período chuvoso do ano passado ou à cura de uma enfermidade na família), aos tempos da piedade, que são os pedidos de um futuro repleto de graça.

A religião rústica brasileira tem, pois, um papel antes de mais nada social. Seu segundo atributo é ser utilitária. Com efeito, o culto dos santos, a festa, a novena, as orações têm por objetivo assegurar a boa vontade dos seres sobrenaturais e uma retribuição. A relação religiosa básica entre os homens e o sobrenatural é *do ut des*: dou para receber em troca. De onde a possibilidade tanto do santo se zangar com seus devotos, quanto dos devotos se zangarem com o santo, acarretam nos dois casos represálias de parte a parte. (QUEIROZ, 1973, p. 119)

O calendário de festas religiosas da comunidade de Monte Alegre, se complementa ao calendário das comunidades vizinhas ou da sede do município. Os comunitários contam que antigamente o mês de janeiro se iniciava com as Folias de Reis, mas, atualmente preza-se mais pela Folia de São Sebastião, que acontece próxima ao dia 20. Esta é uma tradição antiga que envolve também a comunidade de Vendinhas e de São Caetano, cujo giro da bandeira dura cerca de 04 dias, mas já chegou a durar 15. Sobre as Folias, Queiroz (1973, p. 111) faz uma bela descrição:

Em certas regiões do país, o peditório está tradicionalmente a cargo de um pequeno grupo, a Folia; compõe-se de um porta estandarte carregando a bandeira do santo, acompanhado por dois ou três músicos (ou mais) e de um animal destinado a transportar os donativos. A Folia vai de sítio em sítio, tocando, cantando e pedindo esmolas; compararam já a bandeira com um pequeno altar que passeia pelos campos. Quando chega a um sítio, o caboclo morador e sua família vão-lhe ao encontro; foguetes espoucam anunciando a chegada e atraindo os vizinhos mais próximos. A bandeira é entronizada na casa; diante dela são recitadas orações e cantadas ladainhas; doentes são trazidos para beijar-lhe as fitas e formular promessas pedindo a graça da cura. O dono da casa dá de comer e de beber aos foliões, entrega-lhes o óbulo (uma galinha gorda, ou um leitãozinho, ou um saco de espigas de milho, etc.), e acompanha-os até deixarem suas terras e penetrarem nas terras do vizinho. Assim, a Folia tem por função provocar a reunião, mas em pequena escala, formada pela família e pelos vizinhos mais chegados.

No dia 13 de maio comemora-se o dia de Nossa Senhora de Fátima, também em Vendinhas; no dia 24 de junho, tem a festa de São João Batista, na comunidade de Macaúbas; no dia 26 de julho tem a festa de Nossa Senhora de Santana, é a vez de Monte Alegre receber as demais vizinhanças; dia 06 de agosto acontece a festa do Senhor Bom Jesus, na comunidade do Galego; dia 15 de agosto é a vez da festa de Nossa Senhora do Patrocínio, ocorrida na sede do município de Veredinha, que por vezes pode ser marcada em data diferente, a depender do planejamento administrativo; dia 27 de setembro comemora-se o dia

de São Vicente de Paula, novamente em Vendinhas; dia 12 de outubro tem a festa de Nossa Senhora Aparecida e pelo fato das comemorações comunitárias não serem avizinhasdas, os moradores de Monte Alegre comemoram esta data em casa, junto dos parentes mais próximos. Ainda assim, garante-se a queima de fogos, rezas e comida farta. Desta mesma maneira comemora-se a Páscoa no primeiro semestre e o Natal em dezembro.

Além das datas festivas, a comunidade preza pelos dias santos, que são guardados pela ampla maioria dos moradores, estes não são dias para se comemorar ou mesmo para trabalhar como normalmente, mas sim para se rezar, jejuar e respeitar. A exemplo temos a Semana Santa, principalmente a Sexta-feira da Paixão; a Quarta-feira de Cinzas; o dia de São Francisco, em 03 de dezembro e o dia de Santa Luzia, em 13 de dezembro. A dona Maria, (camponesa da comunidade de Monte Alegre), conta que “o dia de Santa Luzia é um dia muito fino, todo mundo precisa das vistas né, é uma tradição antiga, reserva o dia de trabaiá, nem pescar pode, faz jejum. Ela é a protetora das nossas vistas. Nossos avós criou os pais assim, vem de tradição de família mesmo”.

Em se tratando da agricultura, o principal plantio que se relaciona diretamente com os dias santos é o do feijão de arranque que por sinal, está presente na refeição diária das famílias durante todo o ano. Segundo os camponeses, são duas as principais balizas, vejamos:

1ª) o feijão da seca deve ser plantado 03 dias antes da Quarta-feira de Cinzas ou somente após a sua passagem, com limite para o plantio até o dia de São José, 19 de março. Esta avaliação se dá porque as “cinzas” da quarta-feira santa não podem cair sobre o feijão. Ele não pode ter germinado ainda, deve estar com a semente dentro da terra, ou então deve-se plantar após a quarta feira, para que ele nasça e cresça vigoroso, corado e de porte mais baixo. Caso contrário, as plantas ficarão com as pernas compridas e finas (estioladas), as folhas encarangadas e, conseqüentemente, não produzirá grãos com qualidade e quantidade ideal.

2ª) o feijão de Sant’Ana deve ser plantado próximo ao dia da referida santa, 26 de julho. O momento ideal para o plantio é entre o final de junho e o início de julho, para que ele alcance as garoas ou neblinas destes meses mais frios. Há alguns anos atrás, acontecia uma leve precipitação chamada por “chuva de Sant’Ana”, que irrigava a plantação em momento oportuno, porém, nos últimos tempos ela já não acontece com regularidade, obrigando os camponeses a recorrer para a salvaguarda da irrigação artificial. Mesmo assim, tendo à disposição maiores aparatos tecnológicos, as datas continuam a ser respeitadas.

Quando se trata das lavouras das águas, estas não têm data precisa, é assim que a chuva cair, por isso as balizas se relacionam, desta vez, com a data da chuva. Assim afirma dona Maria, camponesa da comunidade de Monte Alegre: “Pra nós aqui tem sempre aquela

fé: dia de São Mateus (21 de setembro), se trovejou, em São Miguel (dia 29) chove pra planta. Finados é difícil de dar no seco, sempre tem uma garoazinha, assim como o dia de Nossa Senhora”. Esta fala vai ao encontro do que afirma Costa Filho (2008, p. 208):

Normalmente a mediação entre o ciclo agrícola e o calendário religioso é feita pela expectativa da chuva, elemento que estabelece a mediação entre o plano concreto das relações e o transcendente. A chuva no semi-árido é bênção divina e fertiliza não somente a terra, propiciando uma boa produção, mas também a própria vida social.

Aliado às datas religiosas, considera-se de grande importância para as mais variadas atividades no campo, as fases da lua. Em se tratando da chuva, os camponeses avaliam que no ano em que o tempo das águas se inicia na lua nova, todo o período é farturoso de chuvas. Já no ano em que se inicia na lua minguante, o período chuvoso é também minguado. Para o estabelecimento de um mandiocal, a plantação deve ser próxima ao término da lua minguante, de maneira tal que, ela germine na lua crescente. Para a colheita dos grãos e cereais, o ideal é que seja na lua minguante, o que irá contribuir para evitar o ataque de carunchos. Para a castração de animais, a exemplo dos porcos, utiliza-se o período da lua fraca, ou seja, entre o quarto minguante até os primeiros dias da nova. Já a lua cheia é perigosa para este tipo de cirurgia, que terá maiores chances de inflamar em função da força do astro. Em se tratando de colocar as galinhas para chocar seus ovos, o ideal é que seja no fim da minguante, assim os pintinhos nascerão na lua crescente, 21 dias após.

Segundo Ribeiro (1998, p. 24), “é no tocante aos vegetais que a Lua tem sido mais observada pelo homem ao longo dos séculos (...). Por isso há uma cultura sobre o tema que, na sua real integridade, está guardada quase que somente na memória dos agricultores mais velhos”. No caso do corte do bambu, o período ideal é o da Lua Quarto Minguante, cuja força ou período de influência situa-se 3,5 dias antes e 3,5 dias após sua mudança de fase. Essa referência temporal para a extração do bambu se explica em função de que nesta fase não há o alinhamento entre os três astros, o Sol, a Lua e a Terra, reduzindo a força de atração gravitacional, bem como a movimentação dos fluidos na natureza. Para os vegetais significa menor presença de seiva e de açúcares no seu caule, reduzindo o risco de ataque de fungos e de pragas como, por exemplo, carunchos ou cupins. Esta resistência se acentua ainda mais dependendo da época do ano. A melhor delas é entre os meses de maio a agosto, cujos nomes não possuem a letra “r”. Nesta época, “a planta está em hibernação, ou seja, não está em desenvolvimento, o que torna suas fibras mais maleáveis e de melhor qualidade”. (RIBEIRO, 1998, p. 43).

Cabe-nos, dentro deste tópico, mencionar ainda que a base agroextrativista de Monte Alegre é voltada para o sustento da família. Os seus excedentes são trocados entre

vizinhos, comercializados no povoado mais próximo, que é Vendinhas, ou levados para a feira livre de Capelinha ou Veredinha. As feiras livres da região são espaços tradicionais de encontro, de comercialização, de comunicação e de articulações políticas regionais. Reúnem centenas de famílias agricultoras, vindas de diversas comunidades rurais de cada município.

Cabe destacar que, conforme aponta Martins (2016, p. 159 e 160):

O excedente não é o resto ou a sobra. Não se trata de que o agricultor assegure para si e sua casa a “subsistência<sup>20</sup>” e só depois venda o que sobrou, embora isso possa ocorrer. Trata-se de uma economia de excedentes porque o raciocínio que preside a organização da produção, isto é, o que plantar e sobretudo quando plantar e até onde plantar, está organizado a partir da ideia de que, do que se planta, uma parte deveria destinar-se primeiramente à “subsistência” da família do produtor e um excedente deveria ser produzido para troca ou comércio (...) Mesmo que o camponês venha a ter que comercializar também parte de seus meios de vida, ele sabe que está vendendo aquilo que originalmente fora destinado à “subsistência”. É diferente da situação do assalariado e mesmo do pequeno agricultor capitalista que, no momento da produção, não sabe e não pode distinguir entre o que vai constituir seus meios de vida e o que vai constituir o excedente apropriado pelo capital, num caso, ou destinado à sua própria acumulação, no outro.

A relação de comércio praticada pelos camponeses de Monte Alegre é uma relação para além da economia de mercado, pois o objetivo principal não é o lucro, mas, sobretudo, a manutenção dos meios de vida, bem como dos princípios de solidariedade, confiança e amizade entre as pessoas. Para além disso, a feira é uma referência no abastecimento alimentar da população urbana que, por sua vez, abastece o público rural com diversos outros bens manufaturados e industriais, como ferramentas, utensílios domésticos, roupas, implementos agrícolas, entre outros. Brandão (2007, p. 55) define esta relação como:

Sistemas tradicionais que prescrevem todo um complexo processo de transações de bens e de serviços. Intertrocas econômicas parecendo serem apenas comerciais, na verdade são interpessoais, afetivas, sociais, simbólicas, antes ou ao lado de serem relações que envolvem dinheiro. Pois, bem mais ali do que em esferas mais modernizadas de transações, nem tudo o que se produz é consumo, nem tudo o que troca é mercadoria. Mais do que nós, e com melhores motivos, as pessoas comem comida e símbolos e trocam bens e sentidos de vida.

Apresentamos, na Figura 22, os dados sistematizados pelo CAV<sup>21</sup> referente à dinâmica da produção e renda monetária gerada pela comercialização dos excedentes de uma

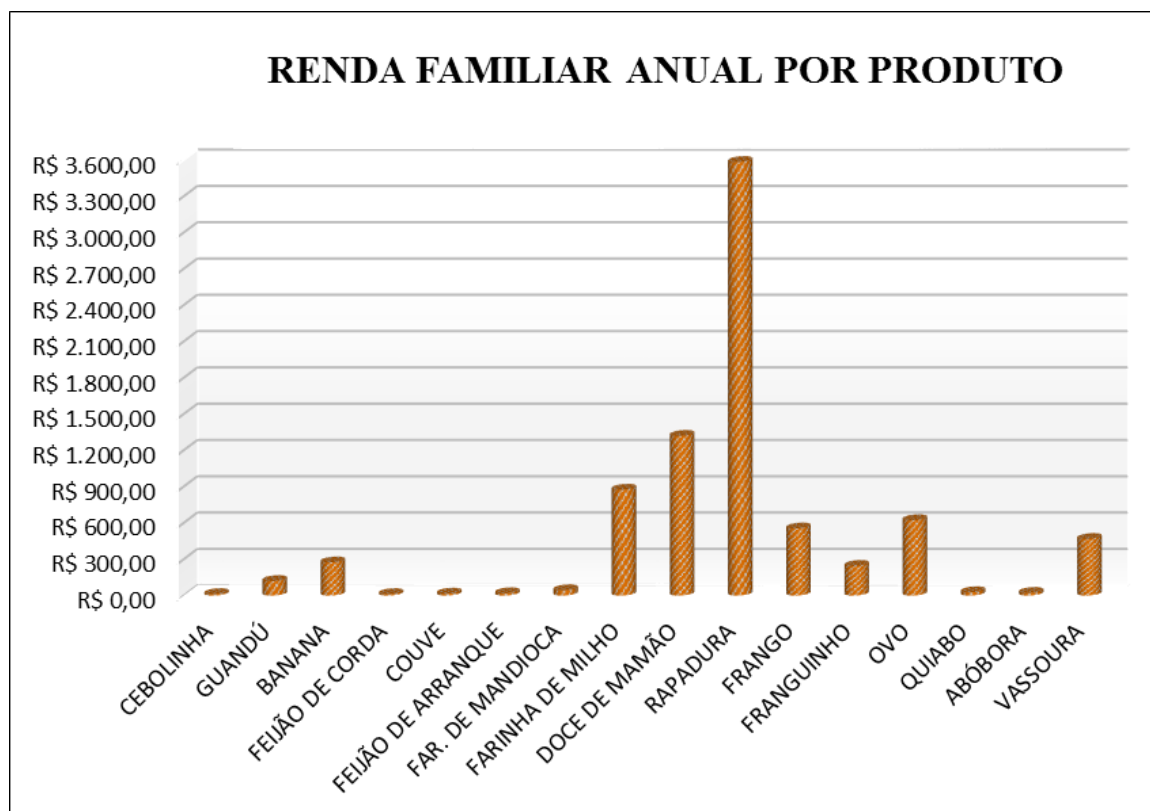
<sup>20</sup> Vale destacar que embora tenhamos mantido o termo “subsistência” na citação de José de Souza Martins (2016), não concordamos com o seu uso de maneira literal, que pode ser interpretada como “estado de pessoas ou coisas que subsistem” (Dicionário Aurélio, 2015, p. 715). Em caso de substituição utilizaríamos o termo “autoconsumo” ou “autosustento”.

<sup>21</sup> O Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica desenvolve desde 2002 um programa de apoio às feiras livres em alguns municípios do Alto Jequitinhonha, são eles: Turmalina, Veredinha, Chapada do Norte, Berilo, Minas Novas e Leme do Prado. Dentro deste programa, o CAV desenvolve desde o ano 2014 uma estratégia de sistematização e monitoramento dos indicadores de resultado dos projetos realizados e dos processos produtivos e de escoamento das famílias ligadas às respectivas Associações Municipais de Feirantes. Suas etapas consistem na seleção de um grupo de famílias em diversas comunidades; na capacitação dos camponeses/as para as anotações diárias ou semanais das despesas, receitas, consumo e doação; na realização frequente da assistência técnica nas propriedades; na coleta das planilhas e tabulação dos dados; na interpretação e sistematização das

família pertencente à comunidade de Monte Alegre, ao longo do ano de 2015. A figura inclui a demonstração dos valores gerados por cada produto, analisemos: Como primeiro destaque, temos o número de 16 variedades comercializadas por uma única família: o que nos indica sobre a soberania alimentar e segurança nutricional deste grupo familiar. Além disso, os produtos processados artesanalmente, como a rapadura, as farinhas e o doce se destacam em quantidade, seguidos pelos produtos de origem animal, como aves e ovos, os de origem artesanal e extrativista, como as vassouras, e pelos frutos do pomar, como a banana. De maneira mais paritária em relação à venda somam-se a cebolinha, o guandú e os demais feijões, a couve, o quiabo e a abóbora.

Destacamos que, no caso em específico, 98% da venda da produção se deu através da feira livre e somente 2% foi por meio de outros canais de comercialização. Certamente houve uma circulação de produtos entre os vizinhos, porém, esta relação se deu em grande parte por meio das trocas ou doações.

**Figura 22: Gráfico da renda monetária familiar anual por produto**

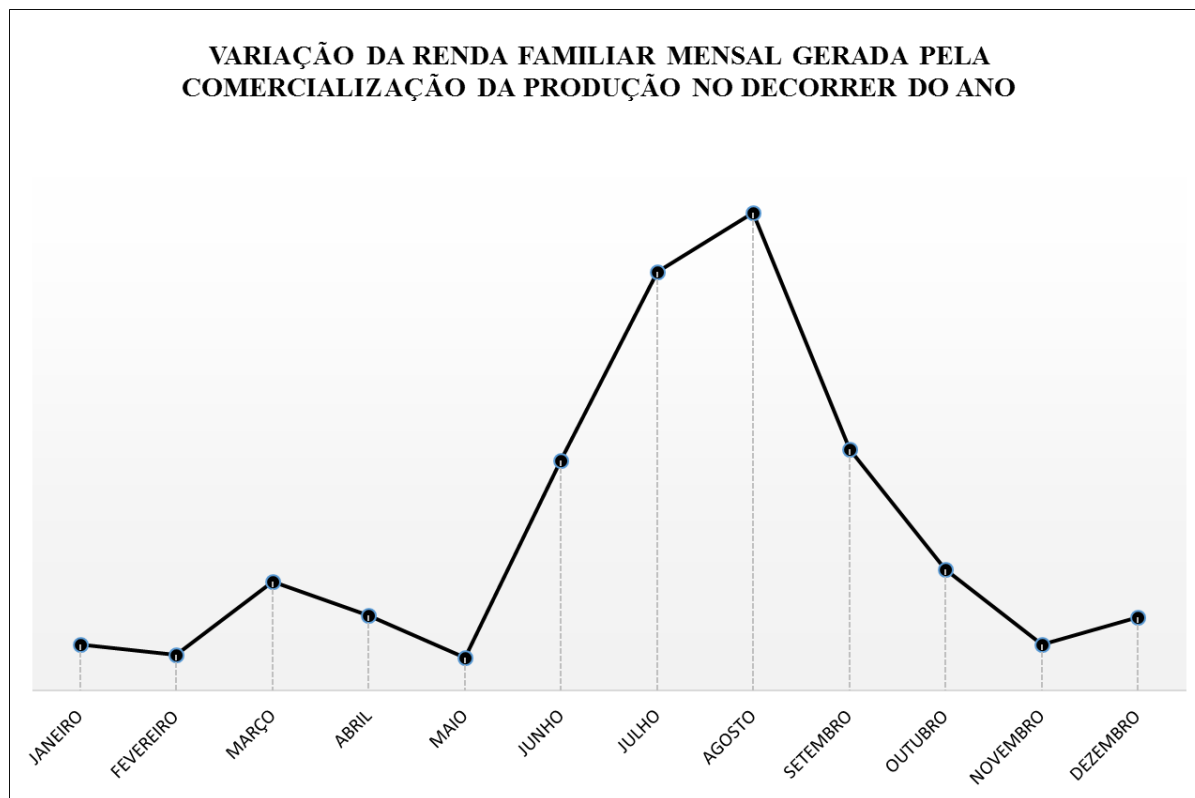


Fonte: arquivos do CAV, 2018.

informações; e na realização de momentos de devolutiva das respectivas planilhas e dos seus resultados junto às famílias após o ciclo de cada ano.

No que se refere às estratégias de ajustes à sazonalidade, às oscilações do mercado, às variações climáticas e temporais, o gráfico da Figura 23 apresenta as informações sobre como a renda mensal da família varia de acordo a época do ano:

**Figura 23: Gráfico da renda familiar mensal gerada pela comercialização do excedente**



Fonte: arquivos do CAV, 2018.

O período que vai do mês de maio a setembro é aquele cuja renda foi mais ampliada. Isto acontece em função dos produtos processados, os quais possuem maior valor agregado e maiores excedentes em relação ao necessário para o consumo familiar. Como dito no início deste tópico, lembramos que este é o tempo da seca, cujas atividades se concentram nas varandas de engenho, nas tendas de farinha, nas hortas do quintal e na própria cozinha da casa. Em se tratando do período entre os meses de janeiro a abril, o fluxo de venda permanece mais tímido, ainda que normalmente se tenha um bom volume de colheita nesta época do ano. Isto se dá principalmente por dois motivos: 1) há uma ampla oferta dos mesmos produtos no início do ano, a exemplo do milho verde, o feijão catador, a abóbora, o guandú catador, o maxixe, o quiabo, dentre outros oriundos da lavoura plantada no tempo das águas. Desta forma, a conjuntura faz com que os preços caiam de tal modo que muitas famílias fazem a opção por não irem às vendas nas feiras livres; 2) estes mesmos produtos fazem parte da principal pauta alimentar das famílias, ou seja, a grande maioria do seu volume será

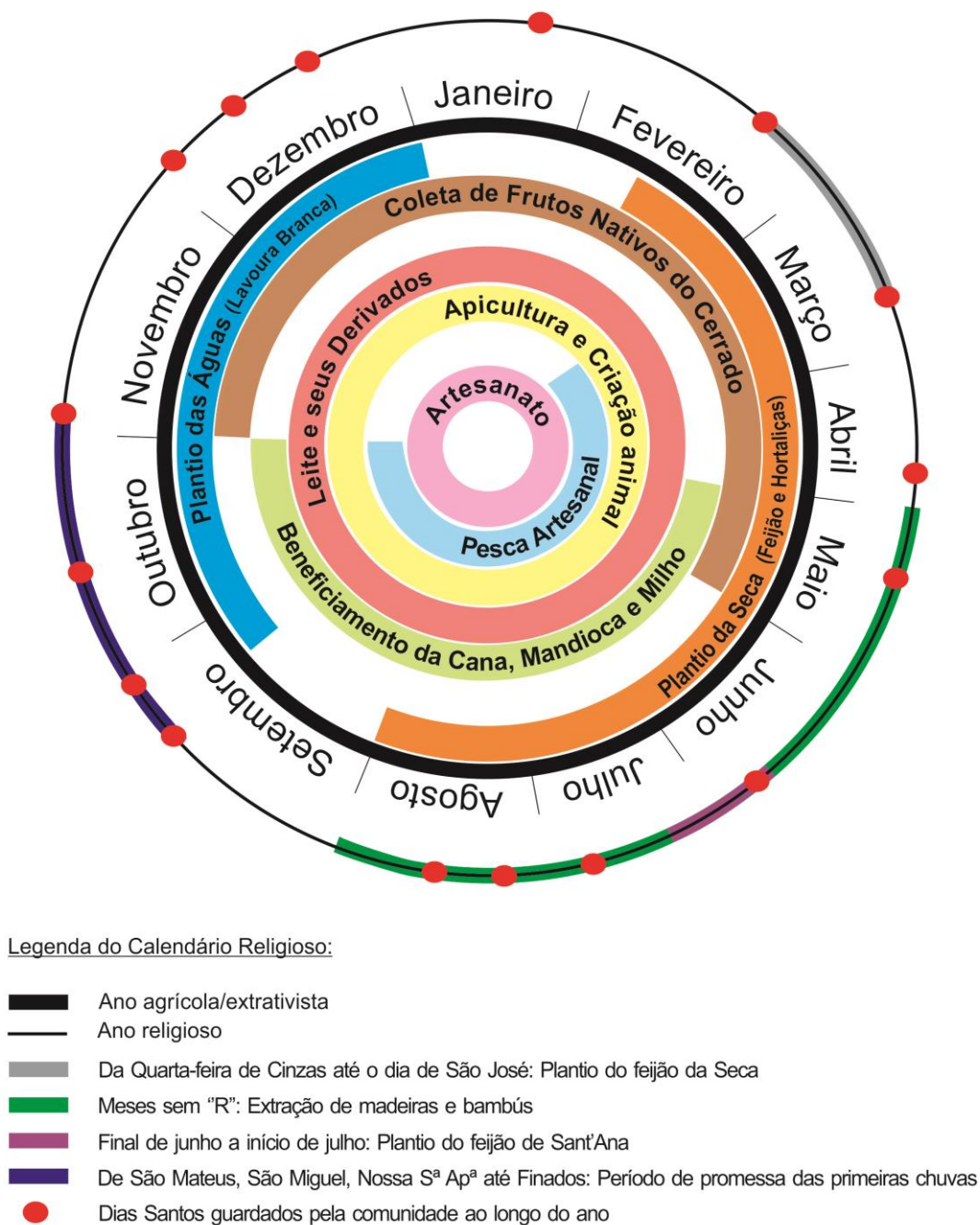


consumida ou estocada para suprir as despesas no restante do ano, incluindo as sementes para a plantação da próxima lavoura. Voltando ao gráfico, por último, em se tratando dos meses de outubro, novembro e dezembro, eles também representam fluxos tímidos de venda. Isto está diretamente associado ao período de maior dedicação à implementação da lavoura das águas, onde as agroindústrias já estão parando, as colheitas estão em baixa ou quase finalizadas e o tempo e energia dos membros da família se concentram no preparo do solo, no plantio e nos tratamentos culturais.

Nesta perspectiva socioeconômica, os feirantes de Monte Alegre, assim como os demais de boa parte da região, na medida em que se organizam e são assessorados por instituições públicas e da sociedade civil, conseguem ampliar e melhorar a sua produção agropecuária, ampliar a sua renda mensal, realizar melhorias na infraestrutura de suas propriedades e moradias, e sobretudo ampliar sua autonomia e autoestima.

Bem, diante de tudo que relatamos neste tópico sobre as relações entre o calendário agroextrativista e o calendário sócio religioso, concordamos com Brandão (2007, p. 56) ao indicar sobre a pertinência e importância destes na lógica comunitária: “costumes antigos e ritos religiosos ainda estão presentes [...] em muito maior escala do que as nossas medidas acadêmicas alcançam. E o passar do tempo ainda subordina o relógio ao sol e o calendário oficial ao das festas populares e às marcações naturais das estações do ano” (BRANDÃO, 2007, p. 56). Embora diante de tamanha complexidade, a Figura 24 apresenta uma síntese didática desta trama da vida comunitária, costurada pela angústia, pela sabedoria popular, pelos processos ecológicos, pelas interferências da sociedade envolvente, pela fé e pelas forças transcendentais.

**Figura 24: Esquema do calendário agroextrativista e religioso da comunidade de Monte Alegre**



Elaborado por: Clebson Souza de Almeida, 2018.  
Fonte: pesquisa de campo, 2017 - 2018.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das pesquisas de campo, 2017-2018, inspirado em ROCHA (2017).

## **CAPÍTULO II - A SIDERURGIA E A MONOCULTURA DO EUCALIPTO NO ALTO JEQUITINHONHA - “O MUNDO DO LADO DE LÁ”**

Neste capítulo apresentaremos elementos históricos da implantação da monocultura do eucalipto na região do Alto Jequitinhonha, com destaque para as atividades relacionadas ao setor da siderurgia. Discute-se aqui sobre o seu processo de chegada e avanço, suas técnicas de produção e a dinâmica da árvore em monocultura, as suas finalidades industriais, os seus arranjos institucionais, o circuito mercadológico dos produtos gerados, a sua entrada dentro de mercado global e as consequências socioambientais geradas a nível regional. Tudo isso compõe o que denominamos por “o mundo do lado de lá”.

### **I. A regionalização do capital**

A bacia hidrográfica do Jequitinhonha, um dos polos de maior riqueza mineral (ouro e diamante) explorada pela coroa portuguesa até meados do século XIX, paradoxalmente, desde a década de 1960, entra nos índices e nos discursos governamentais como uma das regiões mais pobres do país, considerada de maneira pejorativa, porém estratégica para o plano siderúrgico, como um “bolsão de miséria”. A porção alta do vale ganhou centralidade no plano de expansão da silvicultura.

Diversos fatores ambientais da região do Alto Jequitinhonha à época facilitaram a implantação deste empreendimento como, a presença de extensas áreas planas, denominadas chapadas, típicas da região do Cerrado, com solos profundos, mecanizáveis e friáveis, apropriados ao cultivo de espécies com sistema radicular profundo; clima predominante considerado sub-úmido (INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS – IGAM/MG, 2017), com período seco durando entre quatro e cinco meses por ano e precipitações médias de 1000 a 1100 mm; e a presença de diversos cursos d’água como veredas, nascentes, córregos e rios, facilitando a irrigação das lavouras.

Por outro lado, as condições políticas foram ainda mais determinantes. O governo passou a realizar concessões de desconto no imposto de renda na ordem de até 50%, para pessoas físicas ou jurídicas que se propunham a investir na silvicultura. Além disso, era necessário mapear as terras que detinham menor valor de mercado, que estavam em local estratégico do ponto de vista logístico para a indústria e que de preferência, fossem devolutas. Condições essas que o vale do Jequitinhonha dispunha abundantemente. Segundo Perpetua (2016, p. 134):

Tão ou mais importante que todos os recursos territoriais destacados na escolha das regiões para implementação dos empreendimentos tem sido a disposição prévia e intervenção direta do Estado, nos níveis estadual e municipal, na retirada de quaisquer obstáculos, no oferecimento de incentivos fiscais, subsídios e doações, reduzindo despesas regulares e garantindo os fantásticos lucros das empresas, bem como na dotação de infraestrutura necessária e na indução planejada de suas atividades.

Além da intenção do Estado, a microrregião do Alto Jequitinhonha contava com a marcante presença da Igreja Católica, com viés conservador, representada pelo Arcebispo de Diamantina, Dom Geraldo de Proença Sigaud, adepto e por muito tempo membro da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade e ferrenho defensor do Catolicismo Anticomunista, além de ser amigo do ex-presidente Juscelino Kubitschek. (SERVILHA, 2015, p. 140-141).

Dom Sigaud foi um dos pioneiros idealizadores do “reflorestamento<sup>22</sup>” como uma alternativa para a superação da propalada pobreza regional, criando em 1972 a empresa Refloralje – Reflorestadora do Alto Jequitinhonha, que até onde conseguimos apurar de informações, foi a primeira empresa do ramo implantada no Vale do Jequitinhonha. Para o Arcebispo de Diamantina, a criação da Reflorestadora seria a oportunidade para abrir uma ampla frente de trabalho e a forma mais prática para transformar, significativamente, o perfil da região. Vejamos seu depoimento abaixo, registrado no início da década de 70:

O reflorestamento que agora iniciamos no vale do Jequitinhonha, hoje conhecido como vale da Miséria, fará com que num futuro próximo ele seja transformado no vale da Opulência [...]. Uma solução de emergência, para atender às necessidades urgentes de lenha e carvão. É também um recurso prático para poupar o pouco que resta de nossas florestas. Enquanto queimamos eucaliptos, nossas essências nativas descansam [...] no Alto do Jequitinhonha existem 10 mil quilômetros quadrados de chapada contínua de terra de bom cerrado, profunda, mecanizável, rasgada pela estrada Belo Horizonte-Salto da Divisa, perto da Rio-Bahia, na ilharga do centro siderúrgico de Ipatinga, Usiminas e Itabira e servida bem perto ainda pela MG-2, que será asfaltada durante o atual Governo mineiro. [...] Reflorestamento, mamona, soja, frutas, hematitas, berilo, carne, leite, artesanatos são os fatores que irão transformar a esperança em realidade, a miséria em pujança econômica. E o Vale do Jequitinhonha tem magníficas condições para isto. (JORNAL DO BRASIL, 1973, p. 32).

A ênfase na dita miséria da população da região e o menosprezo às dádivas naturais do Cerrado, tratado como lugar desertado ou vazio populacional, permeava tanto o discurso político do regime militar quanto de parte da Igreja Católica. Assim, criaram-se as condições em que “uma aliança entre rótulos e números quer imputar atributos negativos a

<sup>22</sup> Perpetua (2016, p. 87) nos adverte sobre o uso do termo reflorestamento, tendo em vista que: “Por fim, cabe desconstruir a ideia de que ao cultivarem árvores as empresas estão “plantando florestas” e, portanto, contribuindo com a preservação ambiental, um elemento-chave de seu discurso ambientalista (...) Ora, ainda que o aspecto paisagístico dessas áreas possa causar alguma confusão, elas não podem ser consideradas florestas na acepção biológica e ecológica deste termo, uma vez que florestas pressupõem biodiversidade, riqueza de estratificação vertical, interação com seus demais componentes e adaptações aos diferentes meios onde se desenvolvem”.

uma sociedade [...] de modo que a expansão de atividades fundadas no lucro capitalista se torne o remédio *par excellence* para o desenvolvimento”. (MOURA, 1988, p. 5.).

A fala do Arcebispo de Diamantina demonstra claramente quais seriam os principais destinos para a madeira de eucalipto a ser cultivada e extraída no Vale. Ele apresenta a malha rodoviária existente e a ser construída na perspectiva de ligação com dois dos principais polos siderúrgicos: Ipatinga e Itabira.

Tanto o primeiro trecho da fala de Dom Sigaud, sobre a miséria e o eucalipto, quanto o último, que ele fala dos ramos e culturas agrícolas mais importantes para o desenvolvimento da região, demonstram a falta de conhecimento ou de interesse em ajustar os projetos ao contexto da realidade local e, portanto, pensados de cima para baixo. Isso fica mais claro quando comparamos ao depoimento do sujeito do lugar, cuja pauta produtiva mais estratégica à reprodução social é completamente diferente da apresentada pelo Arcebispo:

Se fala do Vale da miséria né, engraçado, depende do que é visto como miséria. Eu lembro do monte de milho aqui, enorme né. O milho era o ouro nosso aqui. Ele servia pra tudo, pra tratar das galinhas, tratar dos porcos. Se transformava ele no alimento pra gente e pros animais, virava carne, virava leite. Era muito milho né. A cana de açúcar, ela sempre falou muito alto. Essas duas culturas eram chamadas os esteios, aliás, eram três: a cana, o milho e a mandioca. Se plantava feijão, arroz, mas esses eram mais pro consumo. Na minha casa tinha caixote de 30 alqueires de farinha. Rapadura nova... a gente moía 60 dias sem parar e colocava (no sótão) 70 a 80 carga de rapadura<sup>23</sup>. Quando tinha um bom mercado vendia pra Bahia, vendia na cidade, se abastecia a cidade né. Então esse era o Vale da miséria que a mídia tanto prega. (Boaventura, liderança da comunidade de Boa Vista, sindicalista e fundador do CAV).

Atualmente no Alto Jequitinhonha existem diversas empresas e pessoas físicas ligadas ao ramo da monocultura do eucalipto, cujas finalidades comerciais e industriais são diversas, como por exemplo: o fornecimento de madeira tratada ou in-natura para a construção civil; o seu uso em instalações rurais; o abastecimento de matéria prima para indústrias de papel e celulose; a sua destinação para a indústria moveleira; o uso das suas folhas para extração de óleos essenciais; a comercialização de mudas e sementes, entre outras. Porém, ainda que sejam importantes esses demais nichos, eles são superados pela expressiva quantidade de plantações destinadas à produção de carvão para a siderurgia.

O projeto de desenvolvimento da siderurgia no Brasil iniciou seu impulso nos anos finais da década de 30, durante a Era Vargas (1930 até 1945), momento simultâneo à Segunda Guerra Mundial. Tendo como catalizador o capital internacional, a cidade de Itabira, Minas Gerais, tornou-se o centro das atenções para a exploração do minério de ferro, pois

<sup>23</sup> Um alqueire de farinha equivale a 80 litros e um litro pesa aproximadamente 700 g, ou seja, 30 alqueires de farinha equivale a aproximadamente 1680 kg. Uma carga de rapadura equivale a 40 unidades e uma unidade pesa aproximadamente 02 kg, ou seja, 70 cargas de rapadura equivalem a aproximadamente 5600 kg de rapadura.

detinha uma das maiores jazidas mundiais em exploração à época. Esta política pretendia reduzir a dependência brasileira às importações de produtos estratégicos ao desenvolvimento nacional, mas ressalta-se que, grande parte do minério de ferro seria comprometido ao abastecimento da Inglaterra e Estados Unidos da América tendo em vista que estes países estavam em plena guerra e, por isso, empenhados no avanço bélico. O Estado brasileiro era o principal provedor responsável pela infraestrutura necessária para a consolidação da indústria no país, ainda que fossem necessários acordos internacionais.

Algumas décadas futuras, o Regime Militar (1964-1985) tinha o crescimento econômico como principal estratégia ao desenvolvimento e para tal, fez opção pelo incentivo ao alto padrão de consumo, favorecendo indústrias produtoras de bens duráveis e suas fornecedoras de matéria prima, com destaque para a siderurgia (CALIXTO, 2006).

Na fabricação do aço, o carvão mineral ou vegetal é indispensável, pois é utilizado na produção do ferro gusa, tanto como combustível, elevando a temperatura necessária à fusão do minério de ferro, quanto na redução, em que o carbono do carvão é o agente químico que se associa ao oxigênio, deixando o ferro livre para ser fundido. Com uma expansão industrial brasileira acelerada durante os anos 1960 a 1980, o setor viu-se em situação vulnerável, pois embora tivesse boas jazidas de carvão mineral, devido às crises de petróleo ocorridas nos anos de 1974 e 1976, a utilização do carvão vegetal passou a ser priorizada por ser “a única via tecnológica comprovada e economicamente viável, independente de fontes energéticas importadas” (CALIXTO *apud* COUTINHO, 1985, p. 218).

Ainda que fosse uma alternativa energética “renovável”, a grande maioria do carvão vegetal utilizado no Brasil era de origem de mata nativa, que também tinha diversas limitações ambientais e econômicas. A partir de então, o Plano Siderúrgico Nacional disponibiliza investimentos estatais para potencializar o setor da silvicultura, sobretudo de eucalipto. Segundo Calixto (2006, p. 28) alguns dos principais argumentos para tal eram: 1) as reservas de matas nativas não seriam suficientes para atender à demanda; 2) o carvão de eucalipto se mostrava de melhor rendimento que o nativo e 3) as espécies exóticas se regeneravam até três vezes mais rápido que o Cerrado.

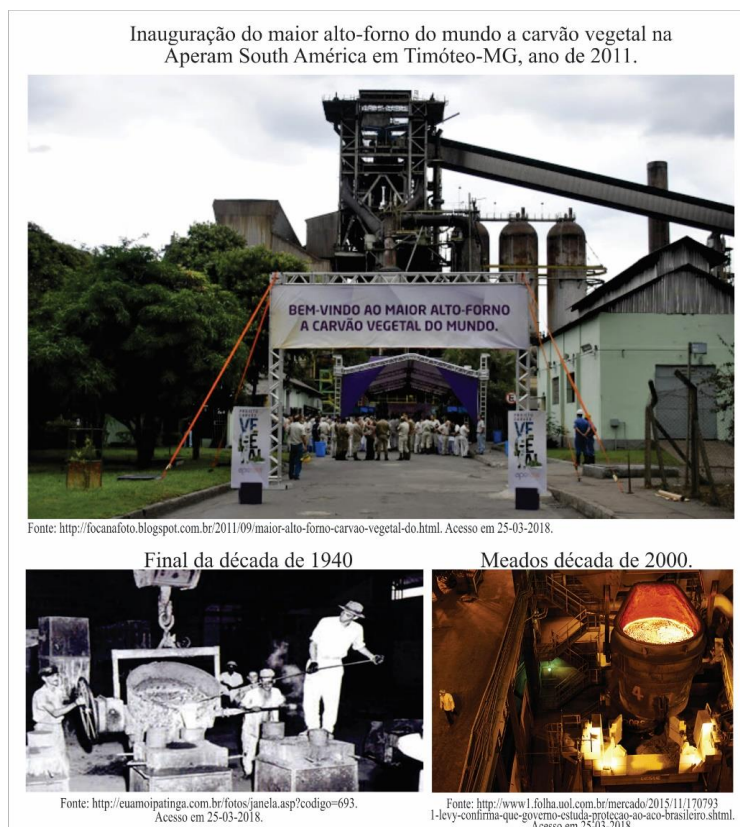
Embora o plano governamental entendesse o uso do carvão vegetal como uma medida provisória, até o retorno do uso do carvão mineral (coque), algumas empresas do ramo como a Aços Especiais Itabira S/A - ACESITA e a Siderúrgica Belgo Mineira, aproveitaram a oportunidade para ampliar suas plantações silvícolas, tendo em vista que acreditavam nesta proposta como promissora e já tinham experiência no ramo há mais de vinte anos (CALIXTO, 2006, p. 28).



A consolidação deste modelo na região do Alto Jequitinhonha se deu através da Cia. Aços Especiais Itabira S/A – ACESITA, empresa que havia sido fundada em 1944 pelos engenheiros Amintas Jacques de Moraes, Athos Lemos Rache e o expressivo Percival Farquhar, sendo este último de nacionalidade Norte Americana, considerado à época um dos maiores investidores privados no Brasil. Dentre as empresas de Farquhar destaca-se na história nacional, a *Brazil Railway Company*, empreendimento ferroviário que provocou a Guerra do Contestado entre 1912 e 1916, na divisa entre Santa Catarina e Paraná, expulsando cerca de 40 mil pessoas das suas terras e morte de aproximadamente 20 mil civis e militares.

Em 1951, durante a segunda presidência de Getúlio Vargas (1951 – 1954) a empresa privada ACESITA, foi transferida para o controle estatal, com gestão majoritária realizada pelo Banco do Brasil. Alguns anos após, em 1974, no período da ditadura militar, inaugurou-se a fundação de sua subsidiária, a Florestal Acesita, cujo nome foi alterado para Acesita Energética S/A na década seguinte, para fins de produção, processamento e comercialização de biomassa florestal e carvão vegetal, que abasteceria os auto-fornos da usina de aços localizada no município de Timóteo, região mineira conhecida como Vale do Aço (Figura 25).

**Figura 25: Evolução tecnológica na produção de ligas metálicas com o uso do carvão vegetal**



Fonte: <http://focanafoto.blogspot.com.br/2011/09/maior-alto-forno-carvao-vegetal-do.html>;  
<http://euamoipatinga.com.br/fotos/janela.asp?codigo=693>. Acesso em 25-03-2018.

Montagem elaborada pelo autor, 2018.

Para disponibilizar áreas que seriam destinadas ao plantio de eucalipto, em 1976, via aprovação do Senado Federal, foi realizada a alienação de mais de 140 mil hectares de terras no Vale do Jequitinhonha para a Acesita Energética S/A.

Após longos anos, o governo brasileiro realizou altos investimento de recursos públicos nos diversos setores produtivos da empresa, totalizando cerca de US\$397,8 milhões de dólares entre a década de 50 e 90. Ainda assim, o presidente Fernando Collor de Melo instituiu o Programa Nacional de Desestatização (Decreto nº 99.463, de 16 de agosto de 1990, que regulamentou a Lei nº 8.031, de 12 de abril do mesmo ano), provocando em outubro de 1992, já no novo governo de Itamar Franco, a alienação da Cia. Aços Especiais Itabira – ACESITA e as suas subsidiárias Acesita Energética S/A e Forjas Acesita S/A, sendo levadas a leilão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, privatizada sob a compra das ações por mais de 50 investidores.

O novo grupo controlador foi liderado pela Previ (Caixa Previdenciária dos Funcionários do Banco do Brasil), que comprou 15% das ações do capital votante, acompanhado pelo SISTEL (Fundo Telebrás de Segurança Social), com 9,2% e pelo Banco Safra, com 8,7%. O preço mínimo avaliado por 100% das ações do capital total da ACESITA em 1992 foi de US\$ 476,6 milhões de dólares, sendo que foram vendidas 74% destas, por um valor de US\$352,7 milhões. Os outros 26% se mantiveram sob o domínio de acionistas prévios, dentre eles a ASSOCIA, cooperativa formada pelos funcionários da própria empresa.

Uma das justificativas para a privatização se assentou na notícia de que a empresa já estava há cerca de 50 anos operando em prejuízo. Porém, é peculiar e intrigante o fato de que em 1993, um ano após a sua privatização, a empresa tenha aferido cerca de US\$18 milhões de dólares de lucro. Segundo Braga (1996, p. 308), a empresa estava imersa "no sono induzido pela anestesia estatal com breves intervalos de lucidez", referindo-se à avaliação dos seus administradores em entrevista cedida à Revista Exame no ano de 1994.

Em se tratando do valor arrecadado pelo governo brasileiro com a venda da ACESITA, a título de comparação, em 1998, seis anos após a privatização, a siderúrgica francesa Usinor, viria a pagar cerca de US\$720,0 milhões de dólares por 33% das ações, passando a deter o seu controle. Este momento marca a intensificação da sua venda para o capital privado internacional.

Em 2001, após sua fusão com a ARBED da Bélgica/Luxemburgo e a *Aceralia Corporación Siderúrgica*, da Espanha, cria-se o grupo multinacional Arcelor, segunda maior empresa do setor siderúrgico do mundo. (INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2004). Em 2007 é realizada nova fusão, desta vez entre a Arcelor e a número um do setor, a anglo-

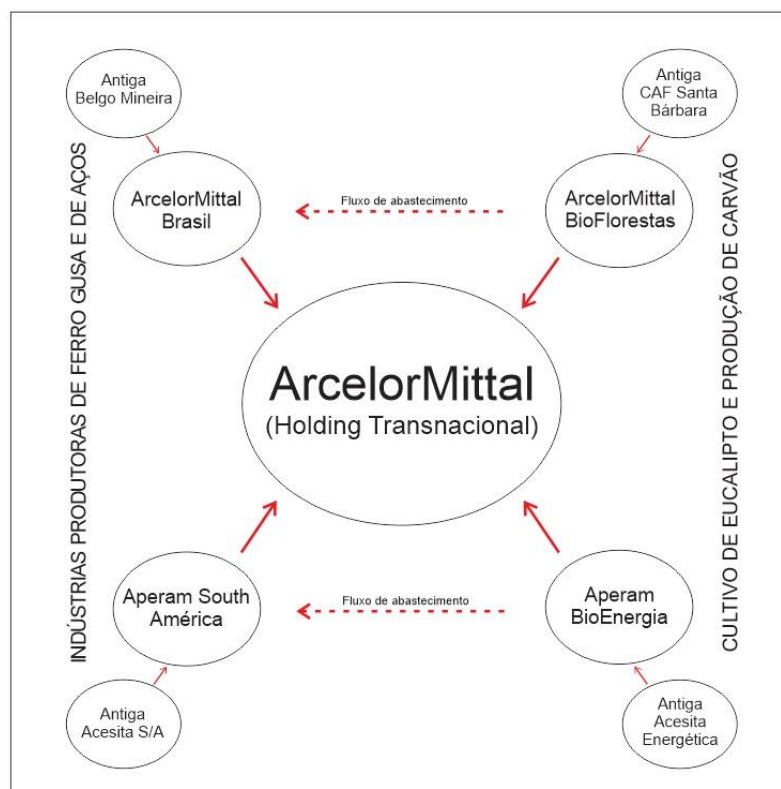
indiana *Mittal Steel*, formando a gigante ArcelorMittal, cujas cotas se disponibilizam nas bolsas de valores de diversas capitais mundiais e suas instalações distribuídas em 27 países de 04 continentes.

Esta é uma característica do processo de expansão das fronteiras territoriais no modo de produção capitalista, ampliando o controle das cadeias produtivas, de processamento e de distribuição. Uma oligopolização mundial dos complexos agroindustriais, com finalidade de garantir controle e maximização do lucro.

Quatro anos mais tarde, em função de decisões estratégicas, as empresas do grupo foram reorganizadas entre a empresa ArcelorMittal Brasil, responsável pelo controle da antiga *Belgo Mineira* e a *Aperam South América*, responsável pelo controle da indústria da antiga ACESITA, em Timóteo.

Por sua vez, no Vale do Jequitinhonha, as empresas do segmento de produção de eucalipto e carvão foram organizadas da seguinte forma: a) *ArcelorMittal BioFlorestas*, com domínio de mais de 41 mil hectares nas áreas da antiga CAF Santa Bárbara, com plantações em Carbonita, Diamantina e Senador Modestino Gonçalves; e b) *Aperam BioEnergia*, com domínio de mais de 126 mil hectares nas áreas da antiga Acesita Energética, com plantações e carvoarias em Capelinha, Itamarandiba, Minas Novas, Turmalina e Veredinha.

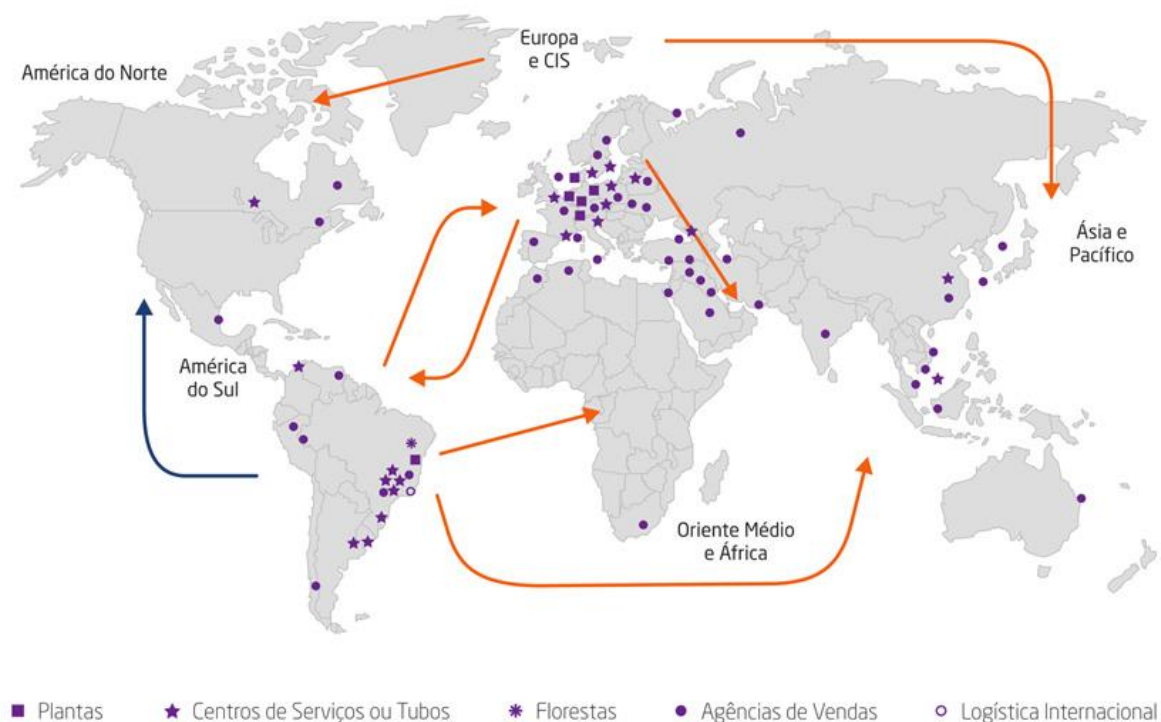
**Figura 26: Esquema de organização empresarial da ArcelorMittal, relacionados ao Vale do Jequitinhonha.**



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Em se tratando da microrregião geográfica de Capelinha, foco deste estudo, a Aperam BioEnergia realiza atualmente uma colheita anual de 2,2 milhões de metros cúbicos (m³) de madeira, o que gera 450 mil toneladas de carvão vegetal/ano. Toda produção é destinada à *Aperam South América*, produtora de aços especiais inox e elétricos, cuja planta industrial está sediada em Timóteo, que por sua vez, segundo dados publicados pela própria empresa, possui uma capacidade para produzir 2,5 milhões de toneladas de aços planos inoxidáveis. São 30 escritórios de vendas em todo o mundo. A indústria é concentrada em seis plantas principais, localizadas no Brasil, Bélgica e França. Destaca-se que, como demonstra a figura 27 abaixo, as áreas de monocultura de eucalipto, ou “florestas” como denominado pela empresa, estão localizadas apenas no Vale do Jequitinhonha.

**Figura 27: Fluxo de negócios da Aperam nos diversos continentes.**



Fonte: Aperam South América, 2017.

Segundo o Instituto Brasileiro de Árvores (2014, p. 21), os plantios de eucalipto representaram 72% da área total do cultivo de árvores no país, ocupando, portanto, 5,47 milhões de hectares. Desta área, Minas Gerais assume a liderança, possuindo 25,5%, com mais de 1,4 milhões de hectares, seguido por São Paulo e Mato Grosso do Sul. A produção de eucalipto para fins comerciais espalha-se por todas as regiões do estado e está presente em cerca de 500 municípios mineiros (59%) (MINAS GERAIS, 2014, p. 10).

Do total de metros cúbicos de eucalipto produzido no Brasil em 2013, cerca de 17% foi destinado à produção de carvão, ficando atrás do setor de papel e celulose com 41%,

e de lenha industrial com 30,2%. Porém, dentre os segmentos da economia mineira, os maiores plantadores de eucalipto são as indústrias siderúrgicas independentes e integradas (guseiras que utilizam carvão vegetal), seguidos pelos produtores de celulose. Atualmente cerca de 125 indústrias utilizam carvão vegetal no processo de produção de ferro-gusa, ferro-ligas e aço. O Estado de Minas Gerais concentra 80% dessas (IBÁ, 2014, p. 21).

Segundo a Fundação João Pinheiro, em pesquisa publicada no ano de 2017 (vol. I, p. 32), no Alto Jequitinhonha, são 226.680 hectares de eucalipto e no Médio e Baixo, 41.520 hectares, somando então em todo o Vale, mais de 268.000 hectares cultivados em monocultura.

## **II. O monocultivo de eucalipto para fins industriais**

No cultivo do eucalipto em monocultura para fins industriais, o espaçamento médio utilizado é de 3,0 x 2,0 metros, sendo assim, cada hectare comporta aproximadamente 1.666 plantas. Considerando a área de 226.680 hectares ocupados por eucalipto no Alto Jequitinhonha, temos então cerca de 377,6 milhões de plantas.

O plantio do eucalipto na região normalmente é precedido de um intenso controle químico de pragas. Destacadamente as formigas saúvas (*Atta spp.*) e quenquéns (*Acromyrmex spp.*) são as principais vítimas. Logo após a retirada da vegetação nativa, que geralmente conta com o auxílio de um pesado correntão ligado a dois tratores de esteiras que o arrasta pela mata nativa, arrancando as árvores presentes na área, entra-se com as operações de preparo do solo, correção e adubação, cujas tarefas são mecanizadas. Já o plantio propriamente dito é parcialmente manual, por apresentar maior eficiência.

Logo após o plantio, na irrigação é onde se concentra uma das maiores preocupações. Normalmente todas as mudas necessitam de água nos primeiros dias, a fim de evitar perdas por déficit hídrico e favorecer seu estabelecimento e crescimento. Em alguns casos, aproveita-se o curto período chuvoso, entre novembro e março, porém, em plantios cuja finalidade é a produção de carvão vegetal, geralmente não é possível obedecer este ciclo natural, pois a dinâmica de colheita e conseqüentemente de novo plantio, obedecerá ao cronograma demandado pela indústria siderúrgica, que funciona sob a regulação da demanda do mercado, que é, de modo especial neste setor, completamente diferente e alheia aos ciclos da natureza.

Deste modo, as empresas utilizam diversas fontes hídricas superficiais disponíveis, desde açudes construídos com o barramento das veredas, nas chapadas, até os

rios mais próximos às plantações. A água é transportada em caminhões pipas e distribuída nas linhas de plantio. Esta situação tem sido alvo de diversos conflitos entre empresa e as famílias camponesas, pois tensiona claramente o interesse de uso da água para a “mercadoria não comestível” ou para vida humana e animal.

A partir do momento que a cultura se estabelece e as próprias plantas conseguem assimilar a água de que necessita para seu desenvolvimento, iniciam-se os demais tratamentos culturais, que variam conforme a finalidade da madeira. Os principais são:

a) adubação de manutenção – realizada até o terceiro ano com a aplicação de Potássio (K), Cálcio (Ca) e Magnésio (Mg), em formulações químicas sintéticas e quantidades conforme análise do solo;

b) controle de “pragas” e doenças – realizado principalmente através da aplicação de diversos agrotóxicos e recentemente, para alguns casos, por meio do controle biológico. Segundo a Embrapa (2014, p. 87) as principais “pragas” que atacam o eucalipto são as formigas (*Atta spp.* e *Acromyrmex spp.*), besouros desfolhadores (*Costalimaita ferrugínea*) e as lagartas desfolhadoras (dentre elas a *Automeris spp.*). Mas, nos últimos tempos, este leque tem ampliado em função da adaptação e a introdução de novas espécies. Dentre estas podemos citar as coleobrocas, os psilídeos, as cigarrinhas, os trips, os pulgões, a microvespa do citriodora (*Epichrysocharis burwelii*) e o forasteiro australiano, percevejo bronzeado – (*Thaumastocoris peregrinus*). Dentre as doenças destacam-se o oídio, o cancro da casca do tronco e a ferrugem;

c) controle de ervas espontâneas – ocorre com o objetivo de evitar a competição de nutrientes, água e energia entre o eucalipto e as demais plantas. Dentre os métodos utiliza-se o controle preventivo, com a erradicação mecanizada ou por herbicidas pré-emergentes antes do plantio; e o controle pós-plantio, com capina e roçada mecanizada, bem como o uso de herbicidas pós-emergentes, que inibem funções metabólicas dos vegetais indesejados. Segundo a Embrapa (2014, p. 81), no Brasil são registrados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, 45 produtos formulados, para esses tipos de controle em áreas de eucalipto;

d) desrama ou desgalha das árvores – consiste na poda dos galhos até determinada altura do tronco, a fim de melhorar a qualidade da madeira e conferir maior produtividade de biomassa no tronco principal;

e) colheita - finalmente, com a finalidade da produção de carvão, as árvores são colhidas aos sete anos de idade, cujo ciclo será repetido pela brotação por mais seis anos, quando se realiza a erradicação da touceira e se inicia novo plantio nas entrelinhas.



Nas empresas de grande porte a colheita é altamente mecanizada, passando pelas seguintes etapas: 1) derrubada, com uma máquina denominada *Fellerbuncher*; 2) o desgalhamento das árvores e seu arraste até as margens dos carregadores ou estradas próximas. Este procedimento geralmente é realizado com uma máquina denominada *Skidder*; 3) traçamento da tora conforme o tamanho ideal para o abastecimento dos fornos e o carregamento dos caminhões. Procedimentos realizados com uma máquina denominada Garra Traçadora; e 4) transporte da madeira até as unidades de produção de carvão.

**Figura 28 - Etapas entre a colheita do eucalipto até o aço.**



Fonte: Poyry, IBÁ, 2014.

### III. Consequências socioambientais de um projeto verticalizado

Um grande número de estudos científicos que tem como tema o monocultivo de eucalipto trata de alguma maneira os seus possíveis efeitos socioambientais provocados. Em se tratando do vale do Jequitinhonha, Norte de Minas e de demais regiões cujo clima é semiárido ou similar, este debate se torna ainda mais latente e se apresenta mais do que um assunto curioso, mas uma demanda gritante, apresentada incansavelmente pela população “atingida”.

Em se tratando da atuação das empresas monocultoras de eucalipto na região das chapadas do alto Jequitinhonha, são diversas as atividades desenvolvidas que não se conformam às exigências da legislação ambiental. Atualmente essa árvore exótica ocupa praticamente todas as áreas planas, as chapadas consideradas caixas d’água naturais, desencadeando sérios impactos ecológicos, sociais, culturais e econômicos. Do ponto de vista ecológico, implicou na violenta e drástica mudança no ecossistema, uma erosão genética cujas consequências ainda precisam ser melhor estudadas. Além disso, pode-se destacar os processos de erosão do solo, de contaminação do ar (conforme demonstra a figura 29), da



supressão das áreas de preservação permanente e o secamento de centenas de nascentes e córregos nos últimos 40 anos.

**Figura 29: Fotografia aérea da emissão de CO<sub>2</sub> pela carvoaria da Aperam BioEnergia em Turmalina, Minas Gerais.**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017. Créditos: Ré-Mi-Fó Produções, Paulo Plá e Caio Ferraz, 2017.

Toda esta ação deteriorante busca se esconder por detrás de pesquisas financiadas, do *marketing* e das certificações florestais. Podemos destacar as mais variadas campanhas publicitárias relacionadas à prevenção de incêndio, à educação ambiental, à conservação dos recursos hídricos, dentre outras (Figura 30). Há empresas que utilizam até mesmo do *slogan* “aço verde” para caracterizar o seu produto final dentro de uma ideia de preservação ambiental. Esta é muito mais uma proposta de convencimento do mercado internacional do que necessariamente uma proposta ambientalmente sustentável. O *marketing* é uma janela fictícia da realidade, cuja visão é limitada ao ilusionismo das maquiagens.

**Figura 30: Fotografia de uma placa publicitária afixada às margens da rodovia MG 308, Turmalina-MG**



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Em se tratando das certificações florestais, o principal órgão intermediador no Brasil é o FSC (*Forest Stewardship Council*), considerado como um dos sistemas de certificação florestal de maior reconhecimento no mercado internacional. Ele não emite diretamente certificados, mas credita certificadoras, que por sua vez negociam com as empresas do ramo florestal, realizam os procedimentos para emissão do certificado que garante à empresa contratante a concessão do uso do selo FSC em seus produtos. Vejamos que este é um processo de negociação, cuja análise sobre os procedimentos ambientais é realizada por uma empresa contratada pela interessada no selo. Esta tática compõe parte do que Perpétua (2016, p. 136-138) denomina por *módus operandi* deste setor, o qual apresenta muitas contradições sobre sua confiabilidade e seu real propósito:

Cabe destacar o peso considerável de elementos jurídico-formais, como a legislação ambiental brasileira e as certificações internacionais, sobretudo os selos de sustentabilidade socioambiental e de segurança no trabalho (ISO 14001, NBR-Cerflor, FSC, OHSAS 18001, principalmente), na conformação e adequação das estratégias territoriais das empresas, com rebatimentos evidentes também na elaboração de seus enunciados discursivos. Sobre o primeiro ponto, importa notar que não são poucas as ocasiões em que, ao cumprirem determinações legais ordinárias e expressas (como a adequação dos projetos às características sócio históricas, antropológico-culturais e ambientais das regiões afetadas ou o pagamento de compensação ambiental) as empresas agem e dão publicidade às suas ações como se tudo se passasse no plano das suas boas e voluntárias intenções (...) Overbeek, Kröger e Gerber (2012) não deixam sombra de dúvida quanto à verdadeira intenção por trás da estratégia da certificação, vaticinando que, ao invés de prezar verdadeiramente pela sustentabilidade, “a certificação foi transformada em um mecanismo que permite que as empresas façam ‘maquiagem verde’ sobre práticas

insustentáveis” (p. 88). E todo esse esforço publicitário e formalista tem sido largamente recompensado, pois como disse Hanna Arendt (1998), “o pensamento político baseia-se, em essência, na capacidade de formação de opinião” (p. 30).

Para dar mais subsídio à avaliação, abaixo apresentamos um quadro sobre a composição atual dos conselhos diretor e fiscal do FSC Brasil, que como pode ser visto, possui um número maior de representantes ligados aos setores comercial, industrial ou florestal privado do que representantes de organizações socioambientais.

**Quadro 1: Composição dos Conselhos Diretor e Fiscal do FSC Brasil 2018.**

<b>QUADRO DOS CONSELHOS DIRETOR E FISCAL DO FSC BRASIL – 2018</b>		
<b>COMPOSIÇÃO</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO POR TIPO DE REPRESENTAÇÃO</b>	
CONSELHO DIRETOR (CD)	Representantes ligados ao setor comercial, industrial ou florestal privado	Representantes de organizações socioambientais
CÂMARA AMBIENTAL		
• IDESAM - Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas		X
• APREMAVI - Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida		X
• Membro individual (Indefinido)	Não identificado	
CÂMARA ECONÔMICA		
• CMPCRS Celulose Riograndense	X	
• Veracel	X	
• AMATA	X	
CÂMARA SOCIAL		
• SINTICOMP - Sindicato dos Trab. nas Ind. da Construção e do Mobiliário do Prata	X	
• Sindicato dos Trab. nas Ind. da Extração da Madeira e da Lenha de Santa Bárbara	X	
• COOMFLONA – Cooperativa Mista da Flona Tapajós		X
CONSELHO FISCAL (CF)		
• Martins Agropecuária S.A.	X	
• Manguezal Meu Quintal		X
• Sindicato dos Trab. nas Ind. da Construção e do Mobiliário de G. Valadares	X	
Suplentes		
• Duratex	X	
• OIB - Organização dos Índios Kaiapós do Baú		X

Fonte: FSC Brasil.

Disponível em: <https://br.fsc.org/pt-br/fsc-brasil/governana/conselheiros-do-fsc-brasil> Acesso dia 21/08/2108.

Os riscos à saúde humana e animal se amplia quando se trata do elevado e indiscriminado uso de agrotóxicos nas plantações de eucalipto. Como vimos anteriormente,

são diversos tipos de doenças e pragas que podem afetá-lo, sobretudo quando é uma plantação sem consorciamento com outras plantas reguladoras.

Desde a chegada das empresas, o principal tipo de veneno utilizado é o que objetiva o combate às formigas, composto por *sulfluramida*. Isso se deu de maneira completamente descontrolada, sobretudo no início da implantação das áreas de eucalipto, conforme descreve um ex prestador de serviço para as empresas na década de 70: “A gente pegava as caixas de *Myrex* (formicida) e saía jogando, tinha que cobrir todo o solo, se pegava um eito numa vertente e ia até na outra vertente, aí voltava e pegava outro eito, os bichos ficavam envenenados né!” (Boaventura, liderança da comunidade de Boa Vista, sindicalista e fundador do CAV).

Em tempos atuais, além dos formicidas, ocorrem aplicações de agrotóxicos para o combate de demais insetos como os psilídeos e os percevejos bronzeados (*Thaumastocoris peregrinus*), a exemplo do ano de 2012 quando ocorreu uma grande pulverização aérea de *Orthene* (princípio ativo *acefato*), cujo uso em lavouras de eucalipto não é liberado no Brasil. São diversos os depoimentos de apicultores que perderam centenas de enxames de abelhas, tanto *apis melíferas* quanto nativas.

Há que destacar também a aplicação constante de herbicidas no controle de ervas espontâneas dentro das plantações de eucalipto, principalmente o *Glifosato*. Já para a erradicação das touceiras de eucalipto pós segunda colheita, utiliza-se o *Tordon*. Herbicida pertencente ao grupo químico *2-4-D*, registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, cuja classificação toxicológica I (extremamente tóxico), com potencial de periculosidade ambiental de nível III. Ou seja, de altíssimo risco à saúde humana, animal e do meio ambiente.

**Figura 31: Fotografia aérea da rebrota de eucalipto dessecada com a aplicação de agrotóxicos**



Fonte: Pesquisa de Campo. Créditos: Alan Oliveira dos Santos, 2018.

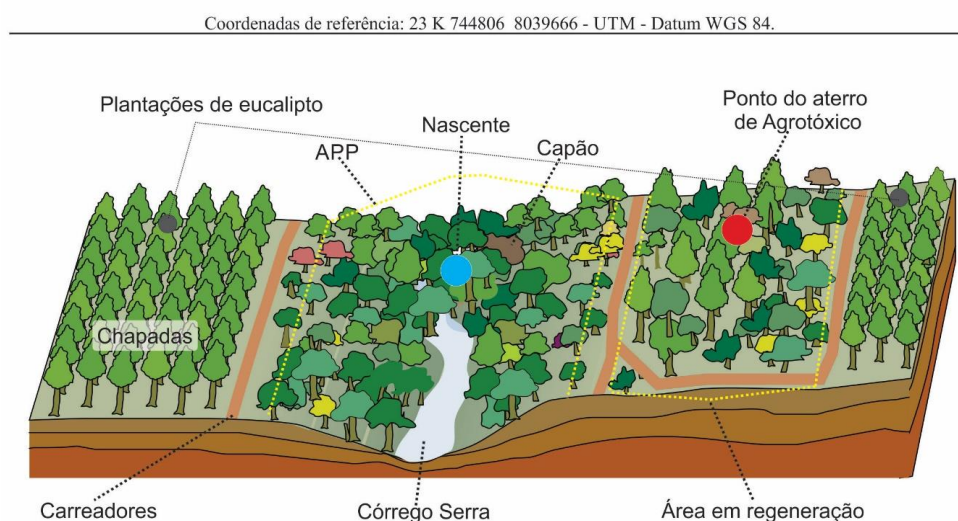


Para demonstrar o nível de irresponsabilidade das empresas monocultoras quanto ao uso de agrotóxicos, tomemos como referência o caso da comunidade rural de Setúbal, município de Itamarandiba, descoberto no ano de 2017 e atualmente em processo junto ao Ministério Público Estadual de Minas Gerais. Trata-se do aterramento estimado em toneladas de um produto à base de *Aldrin*, localizado na cabeceira de uma nascente, ha 420 metros do curso d'água que abastece a comunidade. O depoimento abaixo ilustra como se deu esta operação:

Aquilo ali eu conheci desde o início. Começou com um viveiro. Na época eles trouxe uns caminhões de adubo né, saco plástico igual de adubo... e amontou. Era pra jogar na área toda, deve que era pra acabar com os cupim né. E pegou daí que o 'Meio Ambiente' [PM Ambiental] foi e proibiu. Aí eles foi e furou um buraco com a máquina e enterrou. Empurrou com a máquina lá pra dentro, sabe. A gente não tinha entendimento nenhum né, pensava que aquilo não valia de nada não (...) Era um monte bem grande, eram muitos caminhões. Eu tenho certeza que se cavar ali tem é muito. A gente vivia no meio daquilo lá sem saber o que era. Nós buscava ele lá pra poder matar formiga, pegava era com a mão, puro. E eles tinha informação, eles não protegeu nós porque não quis. Tanta gente que morreu aqui com problema, novo. Isso aí tudo é dano causado dessas coisas né.<sup>24</sup>

O pequeno córrego Serra desagua no rio Itamarandiba e abastece milhares de famílias à jusante, incluindo moradores de diversos povoados e até mesmo a sede urbana de Veredinha. Um dos mais perigosos venenos já utilizados na agropecuária, restringido no Brasil desde a portaria do Ministério da Agricultura nº 329, de 2 de setembro de 1985, pode estar indo diariamente para a torneira dos consumidores. A figura 32 abaixo apresenta um esquema que ilustra o posicionamento do aterro de agrotóxico.

**Figura 32 - Esquema ilustrativo da área contaminada por agrotóxico organoclorado (Aldrin) na Comunidade rural do Setúbal, Itamarandiba – MG – 2017.**



Fonte: Pesquisa de campo, 2018. Créditos: ArcelorMittal Bioenergia LTDA, 2010. Adaptado pelo autor.

<sup>24</sup> Mantivemos o anonimato do informante por precaução, tendo em vista que o fato relatado ainda se encontra em processo de investigação judicial junto ao Ministério Público Estadual de Minas Gerais.

No que se refere ao desrespeito às áreas de preservação permanente (APPs), podemos destacar dois principais problemas na região. O primeiro se trata da plantação de eucalipto e a construção de carreadores dentro da APP de borda das chapadas. Isto desrespeita a Lei nº 12.727, de 2012 (Novo Código Florestal Brasileiro), que prevê em seu artigo segundo, no Oitavo Parágrafo: “Consideram-se de preservação permanente, pelo efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas: nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais. ”

Essa situação de não conformidade com a legislação ambiental é uma característica comum em grande parte das chapadas cultivadas com eucalipto no município de Veredinha, e para melhor avaliar melhor a situação a campo, tomamos como referência um local escolhido na comunidade de Monte Alegre, próximo à cabeceira de uma nascente tributária do córrego Malaquias. Após a realização de pelo menos três visitas, inclusive duas delas acompanhado da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Veredinha e do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais, os resultados das medições e observações *in-lócu* indicam que em função da plantação mal localizada, somada à presença de um carreador de aproximadamente 6 metros de largura por toda a extensão da borda, atualmente a APP está preservada em menos de 30% do que estabelece a lei. Esta borda faz parte diretamente da área de recarga para abastecimento hídrico da calha à jusante e esta situação tem ocasionado a erosão do solo, o assoreamento dos córregos e, sobretudo, a redução da vazão da água da nascente que fica à jusante. Esta mesma nascente abasteceu até o ano de 2014, cerca de 12 famílias, mas atualmente abastece apenas 05, chegando a secar durante os meses de julho a outubro. A figura 33 demonstra claramente o avanço da plantação sobre a APP:

**Figura 33: Fotografia aérea da borda da chapada analisada**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018. Créditos: Alan Oliveira dos Santos, 2018.

O segundo problema referente à APP é o desrespeito à mata ciliar das Veredas. O mesmo Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.727, de 2012) prevê 100 metros de preservação permanente no entorno das referidas áreas, porém, o que se percebe é um longo histórico de degradação através da abertura de estradas, construção de barramentos e o plantio do eucalipto numa distância muito inferior ao estabelecido. Até mesmo no leito de algumas veredas é possível encontrar plantas que se estabeleceram após a dispersão das sementes daquelas que foram cultivadas mais próximas. Este processo histórico e as suas consequências são relatadas pelos camponeses, vejamos:

Eu nasci e criei aqui. Isso aqui nós vivia era apanhando flor de Sempre-viva naquelas áreas das veredas, sabe. Era só vereda. Cê pisava assim, tinha que andar era em cima dos capins, pra não afundar. Se ocê pisasse fora dos capins, ocê afundava. Nós vivia apanhando Sempre-viva e vendendo, aí quando foi uma época, nós saiu uma turma daqui pra ficar na chapada, lá na frente. Isso era só trilha né. Nós foi a pé com as trouchas na cacunda pra ficar uma semana para apanhar Sempre-vivas pra vender. Aí quando nós chegou lá, deparou com esse pessoal (da firma). Aí topou com aquelas máquinas de esteira. Nós nem conhecia máquina de esteira porque vivia aqui era igual bicho do mato sabe (risos). Aí nós chegou lá, eu me aproximei deles, junto do compadre Santo, que já morreu né. Aí eles falaram assim: "será que nós encontra gente pra trabalhar fazendo viveiro aqui?" (Nós respondemos): acha demais. Aí eles abriu uma estrada até no alto ali né, vieram com um caminhão Chevrolet D-60 na época e nós empirucava em riba. Eu era pequenininho mas ia pra lá, ajudar fazer mudas. Aí (com o passar do tempo) eles foi quebrando as chapadas e aterrando as veredas, sabe. Aquilo ali a gente achava até bonito, porque (antes) nós tinha que arrodar os capões pra poder passar com os animais. E as máquinas foram entrando e aterrando aquelas veredas. Nós achando bão, mas aquilo tava acabando era com nós né. Hoje ocê anda aí na época da seca e não acha água nem pra um



passarinho beber. Aquilo ali (as veredas) era só água moço, ocê pisava assim, (o chão) tremia. Lambari ocê tinha que pisar no capim, deitar ele pra pegar, dentro d'água. Tinha peixe, e muito! Aí eles aterrou (as veredas) e foi acabando. Hoje não acha mais Sempre-viva, nem pra mostrar pra uma criança o que é. Hoje as águas que eles (as empresas de eucalipto) represam, quando é na seca eles carregam ela toda e joga no campo ou no carvão. Nós fica sem nada. Eles pegam até os lambaris com os tais caminhão-pipa e jogam fora na área (de eucalipto). Eu falo que eu já vi. (Onofro, comunidade Mandingueiro, Itamarandiba-MG).

O depoimento deste morador reflete uma história e uma realidade comum à maioria das comunidades tradicionais da região. À medida que se avançou a atividade econômica das empresas de eucalipto, se reduziu a disponibilidade de água e consequentemente dos diversos outros recursos essenciais para a reprodução social das famílias camponesas, dentre eles os peixes e as sempre-vivas.

O pescado é um aspecto curioso que demonstra a riqueza da biodiversidade que se existia nas áreas das veredas. Por mais difícil que se possa imaginar a presença de peixes nos entremeios da vastidão das chapadas do Cerrado, historicamente, esta foi uma das fontes de alimentação, geração de renda, sociabilidade e alegria para os camponeses, conforme nos conta o Sr. Joaquim, camponês da comunidade de Monte Alegre:

Naquelas veredas lá era um farturão, tinha peixe demais. Aquele povo dos Marcelo ali mesmo vivia era só de pesca lá. Nós mesmo, ia e trazia aquela panada de peixe. Era bão demais. As árvores eram todas nativas assim ó. Cê olhava só via pato, era até bonito cê chegar lá. Só via anzol e gente arrudiando por toda banda pescando. O povo entrava pra lagoa assim, ficava apontando só da cintura pra cima. Era divertido demais [...] aquele tanto de gente pescava, chegava lá tava cheio de gente pescando e todo mundo pegava. Tinha tilápia, lambari e tinha alguma traíra também.

Outra questão importante para se observar é o tema da coleta das flores sempre-vivas. As pesquisas realizadas até então sobre o assunto, dão conta que a coleta das flores sempre-vivas “é feita nos campos (campo limpo, entremeado aos campos rupestres)” (FÁVERO e MONTEIRO, 2014, P. 9), sendo que no alto Vale do Jequitinhonha, esta condição geomorfológica se destaca na porção meridional da Serra do Espinhaço, “que vai da região conhecida como Cipó (ao norte da capital mineira) até o Município de Olhos D'Água (ao norte de Diamantina)” (MONTEIRO, 2011, P.134). Ainda segundo Monteiro (2011, p. 135), a Serra do Espinhaço é considerada uma região “detentora de alto grau de endemismo vegetal, e é onde se encontram 80% das espécies de flores sempre-vivas no país”.

Pelo que levantamos através de depoimentos e de visitas a campo, as evidências indicam que na região deste estudo existiam diversas espécies de sempre-vivas, que se desenvolviam justamente nas bordas e no leito das veredas, como nos conta Dona Rita, artesã, moradora da comunidade de Campo Alegre, Turmalina e apanhadora de sempre-vivas das veredas:

Tinha muita sempre-viva. Ali na [Vereda da] Dona, a gente olhava assim era branquinho na beirada da água. Era do tipo de um capim, saía os feixes de uma florzinha tão bem-feitinha, parece que é uma flor de papel e quando seca ela não cai, nem murcha, ela dura. Aí a gente fazia os móizin, os buquezin e vendia pro povo de fora, junto com o artesanato [de argila]. Nós juntava né, ia uma turma, tudo caminhando. Ia aqui na [vereda da] Dona, numa vereda do Saco que ficava lá perto de Veredinha. Aí nós panhava lá o dia intirin sabe. Tinha vez que cê oiava assim no brejo e tava branquin. Nós panhou muitos anos sabe, todo ano panhava. Tinha vez que nós tava panhando e tinha uns cachinhos sem abrir, esses aí nós num panhava não, panhava só aquela que tava esfareladinha, branquinha, deixava a outra lá pra depois amadurecer. A gente ia puxando, ajuntando e amontoando, no prazo de poucos minutos a gente fazia muitos feixin deste tamanho. Tinha dia que nós ficava lá desde de manhã até uma hora dessas [16:15 h], coletando sempre-vivas. Era pesado, as escadeiras doíam, mas era muito divertido. Oh nego, deve já ter uns 25 anos ou 30, porque desde que as vereda começou a secar, nós num panhou mais não, elas num deu mais. Antes nós entrava e trabaiava o dia intirin com lama e a água aqui [à altura do joelho], tudo atolando sabe, elas dava dentro dos atoleiro, aí tudo que secou, acabou, ninguém viu ela mais. Oh nego, é muito triste. (Grifo nosso).

Como pode ser percebido, tanto o depoimento do Sr. Onofre, da comunidade do Mandingueiro em Itamarandiba, quanto o da Dona Rita, de Campo Alegre em Turmalina, o que houve foi a supressão total das flores sempre-vivas após a implantação da monocultura do eucalipto e o ressecamento das veredas. Um crime socioambiental tamanho que ainda precisa ser compreendido de maneira aprofundada, quem sabe em outros trabalhos científicos futuros.

Destacamos que nas veredas visitadas durante este estudo não conseguimos encontrar sequer uma planta remanescente das sempre-vivas, sendo assim, na falta de amostras físicas para averiguação *in-situ*, lançamos mão da memória das apanhadoras e artesãs da região para realizarmos ao menos alguma identificação das variedades existentes, por meio da comparação e do reconhecimento via aparência com as diversas sempre-vivas da região de Diamantina<sup>25</sup>. Desta maneira, concluímos que as mais comuns eram os *botões brancos* e as *margaridinhas*, que são da família *Eriocaulaceae* (A e B na Figura 34), e a *espeta nariz*, que é da família *Cyperaceae* (C na Figura 34).

<sup>25</sup> Para este trabalho agradeço ao professor Claudenir Fávero (UFVJM) que selecionou as espécies de sempre-vivas em Diamantina, me fez sua doação e contribuiu para a classificação daquelas identificadas pelas artesãs e apanhadoras.

**Figura 34: Fotografia da Dona Rita, artesã da comunidade de Campo Alegre avaliando as Sempre-vivas para fazer o reconhecimento e identificação**



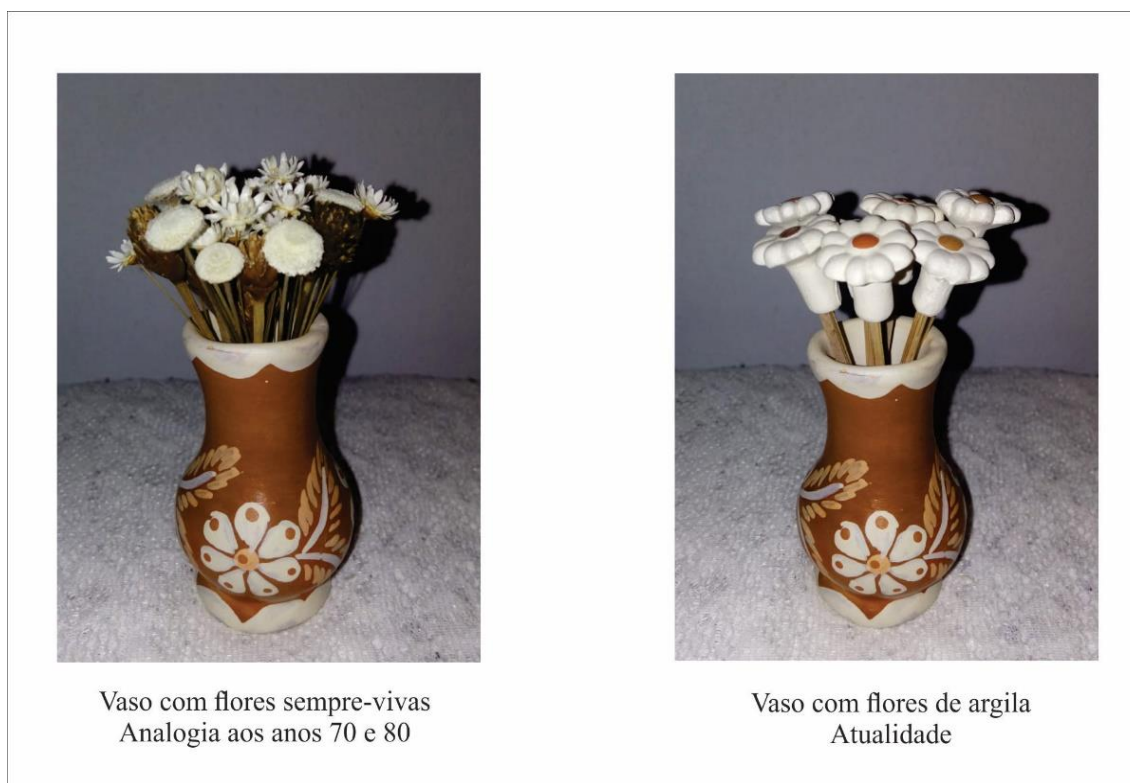
Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

As sempre-vivas eram utilizadas para a ornamentação das casas, mas sobretudo para a comercialização junto com o artesanato em argila, sendo assim, a sua perda provocou sérios prejuízos ecológicos, econômicos e culturais. Um desarranjo ao modo de vida tradicional. O depoimento abaixo deixa claro sobre como as sempre-vivas compunham a renda familiar e como elas se inseriam e influenciavam a maneira de se praticar o artesanato, o qual foi alterado após o seu desaparecimento. A única forma de manter a flor “sempre viva” ao menos na memória é recriando-a nas suas peças de argila.

Fazia bastante diferença, a gente não tinha renda nenhuma, era só o artesanato mesmo e a Sempre-viva ajudava, era uma renda a mais. Tinha um preço bom, deve que era do tipo de uns R\$10,00 agora, os moizin que nós vendia, valia mais que dez reais na Era de hoje. Oh nego, deve que dava pra juntar uns R\$250,00 por dia, tinha dia que nós panhava até 70 pacotin. Tinha um moço que comprava e nós vendia pra CODEVALE<sup>26</sup> também. Nós fazia os moizin piquinin e enchia os pote, tipo as flores que tá aí sabe. Ia amarrando os moizin e ia colocando no pote, nós usava como enfeite também né, enfeitava a casa. Mas ficava a coisa mais linda! *Enquanto tinha as Sempre-vivas nós punha era só Sempre-viva nos potes, aí depois que acabou é que deu de fazer as flor de barro.* (Rita. Artesã há 49 anos e apanhadora de Sempre Vivas, Campo Alegre, Turmalina – MG).

<sup>26</sup> Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha.

**Figura 35: Montagem ilustrativa do artesanato antes e depois da extinção das flores Sempre-vivas.**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

**Figura 36 – Fotografia de uma vereda seca com a presença de eucalipto em seu leito**



Fonte: Arquivos do CAV, 2018.

#### IV. Uma questão de terra ou de território?

As empresas não tiveram muita resistência pra poder entrar. Que teve os coronéis que tava seduzindo o povo e a gente sentia assim: “eu não sou o dono”. Essa terra era de todos, se a terra é de todos né... quando perdeu, claro que perdeu todo mundo. Ele não teve o embate porque assim, não era terra do Zé, do João, do Pedro, era terra da região, todas as comunidades usufruíam. Eu fico vendo assim, depois que passa um tempo, parece que é história bíblica né. *Todo mundo usava, todo mundo colhia, usufruía e ninguém destruía*. O pessoal falava assim: “ô, tá chegando, mas eu também não tenho um documento em meu nome”. Mas ele usava. Naquela época da política dos coronéis, os lá de Belo Horizonte e Brasília dava as coordenadas aqui e nós fomos ficando às margens. (Boaventura, liderança da comunidade de Boa Vista, sindicalista e fundador do CAV).

A questão agrária no Alto Jequitinhonha durante a segunda metade do século XX já foi estudada por sociólogos, economistas, historiadores, antropólogos, agrônomos e geógrafos.<sup>27</sup> Cabe-nos, porém, tecer algumas considerações sobre as tramas políticas, jurídicas e econômicas que se passaram pela urdidura socioespacial da região, com o advento da entrada das empresas produtoras de eucalipto, conduzidas pela mão do Estado. Em muitos momentos poderíamos facilmente, utilizar o ditado “é legal, mas é imoral”, tendo em vista que grande parte das estratégias foram e ainda são baseadas na lei, mas sob o subterfúgio de burlá-la dentro de si mesma, utilizando da sua “cegueira proposital”.

A expropriação das famílias pertencentes às comunidades tradicionais do Alto Jequitinhonha, com a tomada de seus territórios de vida “não ocorreu, em sua quase totalidade, por intermédio da violência aberta, mas, ao contrário, da violência escondida ou legal, ou seja, da violência monopolizada pelo Estado, com a promulgação de leis”. (SILVA, 1999, p. 27). Este processo pode ser entendido no bojo da acumulação primitiva de capital (MARX, 2013), uma vez que resultou, ora total ora parcial, na separação do trabalhador de seus meios de produção: a terra ou a sua liberdade de trabalhar nela. Sem condições legais para a “sujeição do trabalhador, criaram as condições que garantissem, ao menos, a sujeição do trabalho” (MARTINS, 1981, p. 59).

Conceito que, aliás, ganha melhor definição se além de considerarmos a expropriação que força a entrada do trabalhador no mercado de trabalho, considerarmos, também, que esse **momento de expropriação dos meios de vida se prolonga na superexploração da força de trabalho**. Ou seja, quando o trabalhador compromete a sua própria sobrevivência, ou de sua família, quando é expropriado da possibilidade de viver, trabalhando mais do que a jornada normal de trabalho, acima do trabalho excedente extorquido sob a máscara do salário e da contratualidade da relação entre patrão e empregado (...). É, no fundo, procedimento que faz parte do mesmo quadro confiscatório em que o trabalhador se vê privado dos meios de produção que ainda possui, como terra e ferramentas, pois a superexploração introduz em sua vida dificuldades (como doenças e endividamentos, ou mesmo sua morte) que lentamente o incorporarão e/ou sua família ao chamado exército

<sup>27</sup> Podemos citar dentre eles: Moura (1978 e 1988); Graziano e Graziano Neto (1983); Ribeiro (1996); Silva (1999); Galizoni (2002); Calixto (2006); Souza (2010) e Servilha (2015).



industrial de reserva, a força de trabalho à disposição do capital. (MARTINS, 2016, p. 82. Grifo nosso)

O espaço sociocultural do Alto Jequitinhonha historicamente se configurou por “terras usadas em comum, desde tempos antigos, pequenos lavradores das grotas, que aí criavam seus animais, colhiam seus frutos, sepultavam seus mortos. [Porém] a terra do fraco foi convertida [pelo capital] na razão do forte”. (MARTINS, 1981, *apud*, MOURA, 1988).

A Lei de Terras, instituída no Brasil desde 1850, se firmou nesta assertiva. Proibiu a ocupação das terras que até então eram livres, e por isso apossadas, possibilitando o seu repasse para o domínio privado apenas mediante a compra ao Estado (MARTINS, 1973, p. 47-80). Esta foi a primeira e mais clara investida brasileira para a apropriação da terra sob a forma capitalista, transformando algo sob a qual prevalecia o valor de uso, em um mero recurso cujo valor passou a ser de troca mediada pelo dinheiro.

A autora Maria Aparecida de Moraes Silva, em seu livro “Errantes do Fim do Século” (1999), apresenta de maneira bastante lúcida, todo este artilo ocorrido no Vale do Jequitinhonha e parte do que apresento aqui é fruto de suas reflexões sobre a legitimação e retificação das áreas ditas devolutas.

Dentre os critérios que a chamada Lei de Terras de 1850 estabelece em seu artigo 3º, tomaremos aqui como análise aquele que considera terras devolutas: “[...] as que **não se acharem ocupadas por posses**, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas pela lei” (LIMA R., 1954 *apud* SILVA, 1999, grifo nosso). Isso significa que, embora fosse necessário efetuar a legitimidade da posse perante a lei, estava garantido ao possessor o direito à terra ocupada até a data da referida promulgação, ou seja, algo similar ao que atualmente se denomina por direito de usucapião.

Alguns anos mais tarde, o artigo 64 da Constituição da República de 1891, confere atribuição das terras devolutas aos Estados. Em se tratando do Estado de Minas Gerais, no ano de 1892 se institui a Lei 27 que “esboçou a ideia de uma preferência de compra ao ocupante de terras com cultura e morada habitual. Esses poderiam comprar as terras a vista pelo preço mínimo legal, entretanto a preferência de compra para o possessor só iria se consolidar com o Decreto Nº 8.201 de 31 de janeiro de 1928” (MORAES, 2012, p. 06). Já em 1949 é instituída a Lei nº 550, que dispõe em seu artigo 1º sobre as terras passadas ao seu domínio, assim considera-se devolutas as que: “[...] **estiverem ocupadas por posseiros** ou por concessionários incursos em comisso por não as terem legitimado ou revalidado ou pago o preço e mais despesas da concessão, dentro dos prazos e na forma estabelecida pela legislação anterior” (LIMA, 1954 *apud* SILVA, 1999. Grifos nossos).

Quando comparamos as duas leis, percebemos uma sutil e relevante alteração. Neste segundo caso, a partir do ano de 1949, o Estado de Minas Gerais retira do posseiro o direito à terra ocupada que não tenha sido legitimada pela lei em período anterior, ou seja, não se admite mais “usucapião” em terra devoluta, conforme se previa na Constituição Federal.

Com o objetivo de legitimar a propriedade e em discriminar as terras públicas dominiais e devolutas, no ano de 1966, o referido estado cria a Fundação Rural Minas, (Art. 7º da Lei 4.278) que, em contraposição à lei de 1949, abre uma pequena janela temporal, sob diversas condições, para a transformação da posse em propriedade por legitimação. Assim declara a Lei 6.177, de 1973:

Artigo 1º: Fica a RuralMinas autorizada a providenciar a legitimação de terras devolutas, havidas de boa-fé, a qualquer título, há mais de 5 anos, quando requerida pelos interessados.

Artigo 2º: O pedido de legitimação de que trata esta lei far-se-á mediante requerimento instruído com documentação, referente à ocupação da terra.

Parágrafo único – A apresentação do requerimento [...] somente poderá ser feita dentro do **prazo de um ano** a partir da vigência desta lei.

Artigo 3º: O **requerente pagará** o preço da legitimação das terras, por hectare [...] correndo, ainda, às suas expensas, as despesas de medição, planta memorial e a taxa de expedição do título definitivo. (SILVA, 1999, p. 36. Grifos nossos).

Este trecho traduz claramente como a lei se revestiu dos princípios de benevolência, igualdade e universalidade, dificultando a sua contestação, enquanto guardava na essência o seu poder de injustiça e desigualdade.

Primeiro porque, o prazo de um ano para realizar todos os procedimentos solicitados, era irrisório, tendo em vista a amplitude geográfica do estado de Minas Gerais, cujas condições de comunicação à época eram precárias, e por isso, certamente grande parte dos posseiros interessados no assunto, nem mesmo tiveram conhecimento da referida lei. Ainda mais morando nas grotas mais distantes das cidades; segundo, porque muitos posseiros não eram providos de condição financeira suficiente para arcar com as despesas impostas pela lei, que dependia da contratação de profissionais específicos para a medição, elaboração da planta memorial, além do pagamento da taxa de expedição do título. Sem contar os honorários de um advogado, pois se tratava de um processo jurídico; e terceiro, porque “a principal forma de se adquirir terra nessa região é através de herança, própria ou do cônjuge [...] a terra é principalmente um patrimônio formado pela família” (GALIZONI, 2007, p. 16). Ou seja, a terra estava “no bolo” e isso dificultava demasiadamente a sua partilha entre todos os herdeiros no prazo estabelecido, de modo que cada um realizasse a legitimação de sua área particular.

Muitos daqueles que já possuíam o título cartorial da terra, em seu documento constava uma área muitas vezes menor do que aquelas que faziam uso. Esta situação pode ser



explicada por dois possíveis motivos: 1) para evitar custos financeiros do processo de regularização e de pagamento do imposto territorial sobre terrenos rurais, sendo este estipulado conforme o valor venal, portanto, quanto maior o imóvel, mais caro seria o pagamento; e 2) porque esta parcela da terra não documentada era justamente a área de uso em comum e por isso, não passível de apropriação individual, conforme as regras de legitimação consuetudinárias.

Segundo Galizoni (2007, p. 54), na região do Alto Jequitinhonha “é o trabalho que legitima o domínio sobre a terra [...]. É neste sentido que as terras vazias de trabalho – os ‘campos’ [ou chapadas] – revelam regimes de apropriação distintos das terras de trabalho – as ‘culturas’ - localizadas nas grotas. Nesta perspectiva da documentação formal, Little (2004, p. 265) destaca que para o caso dos Povos e Comunidades Tradicionais,

[...] o fato de que seus territórios ficaram fora do regime formal de propriedade da Colônia, do Império e, até recentemente, da República, não deslegitima suas reivindicações, simplesmente as situa em uma razão histórica e não instrumental, ao mesmo tempo em que mostra sua força histórica e sua persistência cultural. A expressão dessa territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área.

Na contramão desta perspectiva, foi em função do arranjo estratégico “legal” que uma ampla maioria das áreas de chapada e até mesmo das grotas do Alto Jequitinhonha, foi considerada pela Ruralminas como “terra devoluta”, incentivando a troca do “*vazio* do uso tradicional da terra pela *ocupação* intensiva” do capital (RIBEIRO, 2013, p. 159). Mas estas são “terras devolutas banhadas pelo direito costumeiro dos lavradores livres que as habitam [...] ali não haviam terras vazias de homens – porque devolutas -, mas terras preches de organização social (MOURA *apud* SILVA, s.d. p.5).

Uma vez que a terra estava nas mãos do Estado, coube a este decidir sobre seu destino. Foi aí que, na intenção do governo militar à época de disponibilizar grande parte destas áreas às empresas de eucalipto, se optou por criar os Distritos Florestais, sendo um deles no Vale do Jequitinhonha. “Os distritos são áreas ecológica e economicamente estabelecidas para a produção florestal, com fins nobres, principalmente o industrial. Têm como base áreas devolutas do Estado inteiramente desocupadas e inaproveitadas” (RURALMINAS s.d., p. 4 *apud* SILVA, 1999, p. 38). Ainda segundo Silva (1999), foram criados cinco distritos florestais em Minas Gerais, sendo eles o do Triângulo Mineiro, Vale do Jequitinhonha, Centro-Oeste, Vale do São Francisco e Vale do Rio Doce. Juntos somavam mais de 4 milhões de hectares, dos quais trinta empresas ligadas ao setor de “reflorestamento” foram beneficiadas.

Este procedimento, que na realidade era uma prática legítima de expropriação, se daria via arrendamento ou via alienação, para a qual se previa no “artigo 164, parágrafo único da Constituição Federal de 1969 que, o limite máximo de venda das terras devolutas era de 3.000 ha. Acima desta área, deveria haver permissão do Senado” (SILVA, 1999, p. 51). Segundo Little (2004, p. 259):

A noção de terras públicas é associada diretamente ao controle da terra por parte do Estado. Nessa concepção, a terra pertence, ao menos formalmente, a todos os cidadãos do país. Porém, é o aparelho de Estado que determina os usos dessas terras, supostamente em benefício da população em seu conjunto. Na realidade, esses usos tendem a beneficiar alguns grupos de cidadãos e, ao mesmo tempo, prejudicar outros. Consequentemente, o usufruto particular das terras públicas converte-se na luta pelo controle do aparelho do Estado ou, no mínimo, pelo direcionamento de suas ações em benefício de um ou outro grupo específico de cidadãos.

O alarde pelo interesse de investimento das empresas “reflorestadoras”, que aguardavam a aprovação do Senado pela liberação das terras devolutas; somado ao baixíssimo preço por hectare, chegando a ser vendido por até Cr\$1,57, conforme registro R-1-890, L5 de 1980; e a flexibilização nos processos de retificação das áreas legitimadas ou em legitimação, provocaram uma corrida pelas terras do Vale. As quais seriam colocadas em revenda, por valores centenas de vezes maiores, pelos próximos anos para as empresas privadas e do próprio Estado, ligadas à siderurgia e ao setor de papel e celulose.

Foram atraídos compradores de diversas partes do país, sobretudo de São Paulo. Dentre eles podem se citar Afrânio Ferreira, José Aristodemos Pinotti, José Francisco Nascimento, José Miguel Pinotti (de Campinas), Nelson de Jesus Parada (de São José dos Campos), Jobal Amaral (de Araraquara), Decio Florida (de Piracicaba). Entre os maiores, havia o grupo Maluf, representado na região por Alexandre Chafic Maluf, primo de Paulo Salim Maluf, o já então ex-prefeito da capital paulista e futuro governador do estado de São Paulo. Vale destacar que, por vezes, estes compradores de fora se associavam a representantes locais, para intermediar a compra das terras, garantindo preços ainda mais baixos e a facilidade na negociação (JORNAL O ESTADO DE S. PAULO, 1977, P. 29.)

Vale aqui um breve destaque. A presença dos mercadores de terra, vindos de outras localidades, marca o início das mudanças entre a antiga e a nova fazenda. Com a primeira, as relações sociais eram baseadas na “reciprocidade” - ainda que de forma desbalanceada – e o domínio sobre a terra e sobre os homens que viviam nela se dava em parte por um regime costumeiro. Já com a segunda, as relações se estabeleceram mediadas basicamente pelo dinheiro, pois com os *de fora* não se tinham relações como de compadrio e de favores. Também, a estes novos fazendeiros, interessava simplesmente a transação

comercial da terra com vistas no lucro, após a legitimação ampliada e venda para as empresas de eucalipto. Segundo Martins (2016 p. 26),

Diversamente ou, ao menos, com muito maior intensidade do que aconteceu em outras sociedades capitalistas, entre nós o capital depende acentuadamente da mediação da renda da terra para assegurar a sua reprodução ampliada. Por meio dela, recria mecanismos de acumulação primitiva, confisca terra e territórios, justamente por esse meio atingir violentamente as populações indígenas e, também, camponesas. É que em grande parte essa reprodução depende da mobilização de meios violentos e especulativos para crescer em escala e, portanto, para que o capital possa reproduzir-se acima da taxa média de rentabilidade, com vantagens em relação a outros investimentos cuja localização geográfica lhes permita reter parcelas maiores da mais valia realizada.

Moura (1988) nos convida para refletir sobre a importância da fazenda neste processo de expropriação e exploração camponesa, caracteriza o período entre os anos 70 e 80. Com o passar dos anos, especificamente no Alto Jequitinhonha, a presença poderosa do fazendeiro, foi se sucumbindo à lógica empresarial, ou pelo menos se camuflando entre os espaços escolhidos e negociados à época, cujo interesse para o plantio do eucalipto era menor.

Se antes a fazenda e o fazendeiro eram o que predominavam no plano material e simbólico, em oposição clara aos camponeses, atualmente o que se impõe é a ideia de “área da empresa”, sendo que o dono, que seria o “fazendeiro”, se tornou uma abstração. Isso porque são grandes corporações, representadas na região por engenheiros, administradores, advogados e agrônomos tecnicistas, também de outras localidades, cujos padrões estão ligados a um mercado nas bolsas de valores, ou seja, “nunca se sabe quem é”. Para o Padre José Lávaia, esta situação já estava clara desde o ano de 1978, época em que o pároco de Minas Novas concedeu a entrevista abaixo ao Jornal Geraes:

“Eu sempre fui contra as companhias, porque se estamos falando em reforma agrária, estamos falando de pequenas indústrias, pequenas propriedades. Na verdade, o minifúndio, a pequena propriedade nunca chegou a ser ofendida como nos dias de hoje, onde se criam os maiores latifúndios, com a vantagem que é uma companhia muitas vezes anônima, isto é, muito mais dificilmente perseguível, do que um indivíduo”.

O que já não era fácil ficou ainda pior. Se antes, os processos de negociação, diálogo ou mesmo de enfrentamento se davam diretamente na porteira da fazenda, atualmente a rota se direcionou ao fórum da comarca local. Isso provoca mudanças importantes nas regras da arena. Individualiza-se a disputa trazendo “percalços à tradução judiciária de relações sociais inominados em códigos e estatutos” (MOURA, 1988, p. 6). Muda-se completamente a linguagem e os trâmites, em conformidade com os princípios do direito positivo da sociedade envolvente. Para o camponês, “os números, além de pouco conhecidos, ligam-se com dificuldade a seu saber socializado pela descrição, pela comparação e pela

parábola” (Idem, p. 6-7). Os relatos abaixo demonstram parte das jogadas persuasivas empreendidas durante este processo:

A imagem que ela passava (a empresa Acesita) era a seguinte: sua terra não presta, você vai para a cidade, você vai ter um salário (aquilo era um dinheirão, uma miragem). Você vai ter sua casa, seu emprego, seu filho vai ter escola perto. [...] **Intermediários chegavam** com a seguinte conversa: o preço é esse. Se você vender bem, se não vender, você vai perder. Porque o **governo está vindo**, o governo vai plantar eucalipto nisso tudo [...]. **Põe a polícia, arranca você.** (Sr. João, *apud* Silva, 1996, p.57).

A gente percebe que foi tudo muito planejado né, pra tirar tudo da gente e trazer outros hábitos. Foi trocada a banha do porco pelo óleo de soja do agronegócio né, a rapadura foi trocada pelo açúcar com enxofre e cal que vem das grandes usinas e as terras que a gente usava de uma forma comunitária foram tiradas para plantar o eucalipto [...]. Nós era praticamente indígena né, até nessa data que eu disse (década de 60 a 70), a gente vivia ali no nosso costume e eu até brinco que nós foi roubado duas vezes, porque tirou a chapada e tirou o jeito da gente sobreviver. No serviço grosso nós fomos importantes né. Nós conhecia as grotas, nós conhecia os perigos, nós fomos contratados. Como ‘não conhecia dinheiro né’, aquilo foi uma mina que apareceu pra nós. Quais foram os primeiros empregos? Combater formiga no meio do cerrado, sem calçado, sem nenhuma proteção [...] Ai tá! A gente começou a perceber o tanto que nós fomos iludidos, inclusive pelas autoridades do município [...] **nós fomos traídos pelos homens de confiança**, de referência da região. **Esses mesmos personagens, montaram os chamados armazéns**, que o pessoal deixou de produzir, começou a comprar também. **As melhores terras da região foram pra mão dessas figuras.** (Boaventura, liderança da comunidade de Boa Vista, sindicalista e fundador do CAV

Aqui torna-se explícito o acordo entre as lideranças, em sua maioria fazendeiros locais, com os mercadores de terras e empresas adventícias, reforçando a tese de Moura (1988, p. 4) que declara como “a fazenda precisa da aliança com as empresas reflorestadoras para sobreviver. Caso contrário, ela também estará ameaçada pelo grande poder econômico daquela”. Por outro lado, é importante destacar que, mesmo aquelas que não se aliaram ou não resistiram a este poderio, ainda assim saíram em situações muito mais vantajosas do que os camponeses. Um exemplo disto é o que se apresenta no trecho abaixo, retirado de uma reportagem do Jornal O Estado de São Paulo (1977, p. 29):

Nunca se viu o agregado Antônio tão assustado: 14 tratores estavam perfilados no alto do morro, prontos para invadir a fazenda Acari-Buraco, e ele foi correndo avisar Valdemar Souza Santos [...] dono daqueles 40 alqueires ameaçados. ‘Fui lá sozinho’ - lembra ele - ‘levando duas espingardas’. [...] ‘Disseram que tudo aquilo era terra devoluta, que eu tinha de provar a posse, ou iam jogar os tratores em cima.’ Eles no caso era a Florestal Acesita S.A, uma subsidiária siderúrgica. Sem outra saída, Valdemar reuniu seus documentos [...] e entrou na justiça para provar que eram dele as terras [...]. Em agosto seguinte, ele ganhou uma liminar de posse e um oficial de justiça ordenou que a Acesita retirasse as cercas e o eucalipto que já havia plantado. [...] Depois disso, um diretor de terras da Acesita foi à sua casa propor um acordo. ‘Ele mandou pedir o que quisesse, que a companhia pagava. E pagou mesmo o que pedi: 30 mil cruzeiros.’.

Ainda sobre os depoimentos, chama-nos atenção a abertura de armazéns na cidade por “esses mesmos personagens”, conferindo a continuidade das relações de favor do fazendeiro para com o camponês, do grande para com o pequeno. Como geralmente os

recursos financeiros eram escassos, os camponeses expropriados (muitos agora moradores da cidade na condição de trabalhadores rurais) vão à procura da compra a prazo, ou fiado, como se diz popularmente. O fato do fazendeiro/mercador vender a esta condição para um camponês, sobretudo em momentos de maior penúria e precisão, lhe garantia a sua gratidão e, portanto, sua servidão e complacência.

Concomitantemente, tais feitores se apropriavam das terras de que interessava à fazenda e vendiam as demais que serviriam à empresa de eucalipto. Desta forma, “empurrar essas relações sociais para o território do favor e do contrato de trabalho, equivale à descaracterização da terra como reivindicação jurídica e política”. (MOURA, 1988, p. 16). São novas regras para um contexto novo do jogo, mas quem geralmente ganha é quem tem o domínio das peças do tabuleiro. “As formas de que se reveste o assédio do formador de fazenda ao posseiro expressam a negação de suas regras de apropriação da terra e da liberdade de seu trabalho”. (Idem, p. 24).

“Para a fazenda [e para as empresas de eucalipto], a terra vazia de homens residentes ou confinados vale mais, porque deixa de conter nela própria os contestadores do direito absoluto de *usus*, *fructus* e *abusos* que o grande proprietário quer fazer prevalecer”. (MOURA, 1988, p. 16). De forma complementar, a estratégia que garante “a abundância de terras para o capital está associada à não abundância para aqueles que devem constituir o mercado de trabalho”. (MARTINS, 1981, p. 59 *apud* SILVA, 1999).

Neste rumo, afirma Paulo de Tarso Liberalesse, representante da empresa Florestas Rio Doce, subsidiária da Cia. Vale do Rio Doce: “Nós pagamos para não discutir. Estamos **limpando a área agora** para legitimar as terras mais tarde [...] **com o salário de um mês qualquer um de nós pode virar latifundiário aqui**”. (JORNAL O ESTADO DE S. PAULO, 1977, p. 29).

Esta afirmação de Liberalesse se sustenta no fato de que, grande parte desses terrenos, após a compra, passavam pelo processo de retificação de área, aumentando exponencialmente seu tamanho. Podemos tomar como exemplo os documentos levantados por Silva (1999, p. 49):

Uma gleba, denominada Bucaina Grota do Macuco-Pouso do Franco com **10,96 ha**, foi vendida à Cia. Agro Florestal Paulista, que por sua vez, vendeu à Cia. Suzano de Papel e Celulose (R-2-749, L.5). Este imóvel foi legitimado pela RuralMinas, com a área de **1.620,70 ha**.

Uma gleba com a área de **4,84 ha** de terras em comum com outros (R-2-890), legitimada pela RuralMinas, em **3.684,80 ha**, foi vendida por Cr\$ 5.808,00, em 30.12.80, pela Cia. Agro Florestal Paulista à Cia. Suzano de Papel e Celulose (R-1-890, L.5). (Grifos nossos).

Podemos aferir por meio desta citação que o tamanho da primeira propriedade referida ampliou quase 150 vezes e o tamanho da segunda ampliou absurdamente 761 vezes. Este procedimento, por incrível que pareça, passou com a aquiescência do Estado, porém claramente em favor da hegemonia de uma determinada classe social, a burguesia, representada pela oligarquia agrária. Enquanto se cerceava o direito de usucapião aos posseiros que há anos viviam nos seus territórios tradicionais, se procediam através da retificação, legitimações absurdas, cujo tamanho avançava exponencialmente para o entorno, sobre áreas também ditas devolutas, portanto, da mesma forma não passíveis ao direito de usucapião. Esta é uma boa amostra do uso de “dois pesos, duas medidas”.

Portanto, a ação expropriadora que retirou dos camponeses as terras tradicionalmente ocupadas do Alto Jequitinhonha, foi composta por aparatos políticos, financeiros e jurídicos orquestrados para uma “grilagem legalizada”, contando com um grupo formado por fazendeiros, compradores apostadores na especulação imobiliária, políticos, juízes, oficiais de registro de imóveis e, posteriormente, as empresas de domínio estatal e privado. Porém, “a modernização chegava aos sitiantes com a face única da Ruralminas, partilhada numa trindade: a onipotência produtiva da técnica, a onisciência do mercado, a onipresença do Estado autoritário e regulador” (RIBEIRO, 2013, p. 160). Os mais variados tipos de violência empreendidos contra os camponeses foram desprezados (por que não dizer apoiados) por quem, na teoria, mais deveria protegê-los. Assim afirma o depoimento de Gilberto Goulart Pessoa, diretor geral da CODEVALE, em 1978, conforme reportagem publicada pelo Jornal Geraes, em julho do referido ano:

“Você pega a lei que criou a Ruralminas, vai verificar que é procedência exclusiva dela a administração das terras devolutas. Inclusive há um outro aspecto a ser considerado. A Ruralminas é quem titula as terras. No entender da Ruralminas a companhia reflorestadora comprou a terra do posseiro. Não afastou-o mediante violência, negociou-se. Pode ter usado violência econômica, mas não violência física. “Violência psicológica?” Sim, pode ter pressionado, mas ninguém foi expulso a força da área que ocupava. Pode ter sido embrulhado, lesado, mas enfim, negociou. Então a Ruralminas aceita que a empresa reflorestadora proponha a legitimação destas terras e neste processo de legitimação a Ruralminas arrecada”.

Mas, para além dos interesses do Estado, haviam muitos outros agentes que procuravam se beneficiar com o contexto. Podemos tomar como exemplo o caso de Carlos Daleano Moreira, que em 1977 era, ao mesmo tempo, oficial de registro de imóveis de Itamarandiba, assistente da diretoria da empresa Florestal Acesita S.A e uma espécie de porta voz do então prefeito de Itamarandiba. O próprio oficial declara publicamente em reportagem à época que, a renda do seu cartório “triplicou várias vezes depois da vinda da Acesita”. Nesta mesma ocasião, confirma o advogado da referida empresa, Geraldo Lins: “Aqui houve casos

de retificação absurdos, como áreas que passavam de 9 para 15 mil hectares. Os processos corriam em 24 horas em Capelinha e Minas Novas”. (JORNAL O ESTADO DE S. PAULO, 1977, p. 29.)

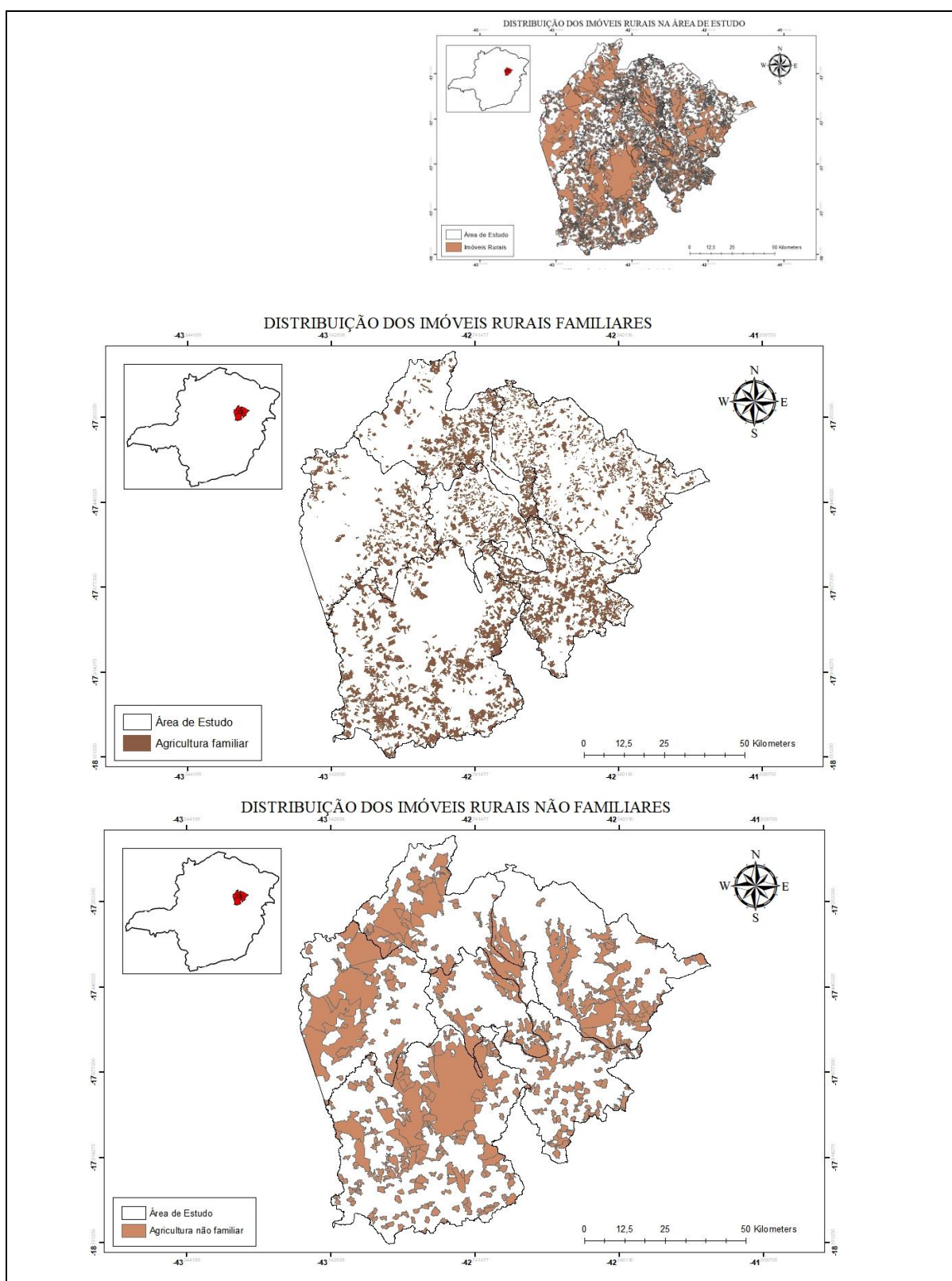
Este contexto histórico culmina na atual acentuada concentração da propriedade da terra na região, com enormes imóveis nas chapadas sob o domínio de poucos e diminutos imóveis nas grotas sob a divisão de muitos. Os mapas da Figura 37 associados aos dados da tabela 2, ambos organizados a partir das informações do SICAR/2108 (Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural)<sup>28</sup> nos dão alguns números sobre os municípios ligados às análises desta pesquisa:

---

<sup>28</sup> A organização dos dados nas tabelas e a elaboração dos mapas temáticos da distribuição dos imóveis rurais e das nascentes na região contaram com a parceria do Marcos Antônio Maltez, estudante de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS. Foi baseado no trabalho intitulado “Recursos naturais e agricultura: um estudo nas chapadas e grotas do alto Jequitinhonha-MG a partir dos dados do Cadastro Ambiental Rural 2017” MALTEZ, M. A. P. F. *et al.* Segundo os mesmos “O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro eletrônico e obrigatório para todos os imóveis rurais do Brasil, criado pela Lei nº 12.651/2012 no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente – SINIMA” (Idem, 2018, p. 2). Segundo o site até 31/07/2018, haviam 4.553.224 de imóveis rurais cadastrados no Brasil, representando 87,9% do total, sendo que Minas Gerais lidera a lista. (<http://www.florestal.gov.br/modulo-de-relatorios>).



**Figura 37: Mapa da distribuição dos imóveis rurais por categoria na região da pesquisa conforme o SICAR – agosto de 2018**



Fonte: Mapas elaborados por Marcos Antônio Maltez.  
Base de dados: SICAR 2018/IBGE 2018 DATUM: SIRGAS 2000.

**Tabela 2: Números da distribuição dos imóveis rurais por categoria e município conforme o SICAR – agosto de 2018**

Municípios		Total Imóveis	Total área (ha)	
Capelinha	Familiar	1640	53080	
	N Familiar	48	29200	
Minas Novas	Familiar	1940	50360	
	N Familiar	39	63840	
Veredinha	Familiar	662	19160	
	N Familiar	13	19200	
Turmalina	Familiar	1178	49880	
	N Familiar	33	44600	
Itamarandiba	Familiar	1868	65520	
	N Familiar	152	118640	
Carbonita	Familiar	713	39600	
	N Familiar	38	60560	
RESUMO				
Tipo de imóveis	Quantidade de imóveis	% de imóveis rurais	Área (ha)	% de ocupação da área
Familiars	8001	96%	277.600	45%
Não familiares	323	4%	336.040	55%
Total	8324	100%	613.640	100%

Fonte: Elaborado por Marcos Antônio Maltez – SICAR 2018.

Embora os mapas não apresentem informações de relevo, destaca-se que as grandes propriedades se localizam principalmente nas áreas planas das chapadas, onde se predomina a monocultura do eucalipto. Elas mesmo representando apenas 4% do número total de imóveis rurais, domina 55% da área total, ou seja, uma proporção de 1 para 13,7. Por outro lado, as propriedades familiares se “encurralaram” nas grotas, às margens das grandes fazendas e mesmo representando o número expressivo de 96% dos imóveis rurais, elas têm à sua disposição apenas 45% da área total, numa proporção de 1 para 0,47.

Em se tratando das áreas utilizadas pelas empresas eucaliptoras na região, a grande maioria se mantém, até o atual momento, devoluta. Algumas propriedades estão cedidas por contrato de arrendamento pelo Estado de Minas Gerais, como as ocupadas pela

Cia. Suzano Bahia Sul Papel e Celulose, atualmente sob uso da TTG Brasil Investimentos Florestais Ltda.; e as ocupadas pela Cia Agrícola Florestal Santa Bárbara – CAF, cujo domínio atual é da ArcelorMittal BioFlorestas. Outras se encontram em situação de impasse jurídico para a regularização fundiária.

O caso da Aperam Bioenergia (subsidiária do grupo ArcelorMittal) é bastante emblemático, sendo que dos aproximadamente 126 mil hectares sob seu uso, segundo dados da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário – SEDA, cerca de 57,7 mil hectares de terra ainda são devolutas. O ato de autorização da alienação de 143.200 ha de terras públicas à Acesita pelo Congresso Nacional, conforme Resolução n. 01, publicada no Diário Oficial e no Diário do Congresso Nacional (Seção II), no dia 2 de abril de 1976, se realizou quando a empresa ainda era pessoa jurídica de domínio nacional e inclusive sob a gestão estatal. Como não se procedeu a legitimação total da referida área em período breve após sua aprovação, com a privatização da ACESITA juntamente da Acesita Energética na década de 90 e consequentemente a sua passagem para as mãos de grupos investidores estrangeiros nos anos 2000, esta aprovação perde sua validade perante aos ditames da Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, pois se trata de uma área suficientemente grande para a titulação a estrangeiros sem uma nova avaliação do Congresso Nacional que, desta vez, deverá dispor de nova decisão, a partir de parâmetros diferenciados daqueles utilizados na primeira.

Tal situação judicial se subscreeve no PARECER n. 00133/2016/CGA/PFE-INCRA-SEDE/P.GF/AGU, da Advocacia Geral da União - Procuradoria Federal Especializada Junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, datado de 18 de agosto de 2016:

24. A Promessa de Compra e Venda da requerente com o Estado de Minas Gerais foi firmada em 1976 e registrada no Livro n. 3 - Registro Auxiliar - de imóveis [...].

32. Por fim, as autorizações emitidas pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e pelo Senado Federal na década de 70, foram exclusivamente para autorizar o Poder Executivo a alienar à empresa Companhia de Aços Especiais Itabira - ACESITA - *ao que tudo indica, na época da alienação era pessoa jurídica brasileira*-, terras devolutas, conforme art. 171, parágrafo único, da EC n. 1/69. A autorização nada mencionou a respeito das restrições estabelecidas no art. 153, §34, da mesma Carta, disciplinas em nível infraconstitucional pela Lei n. 5. 709/71.

33. Dessa forma, *a necessidade de submissão da requerente aos ditames da Lei n. 5.709/71 e demais instrumentos legais* que disciplinam a aquisição de terras por estrangeiros, *não deixou de existir* com o proferimento da sentença homologatória, devendo a requerente cumprir as exigências legais para a aquisição ora pretendida.

Nota-se que este caso é atualmente um dos mais contundentes e graves. São milhares de hectares de terra devoluta, tomada, através do Estado, da mão dos camponeses que a utilizavam costumeiramente e por isso, eram os verdadeiros donos. Agora esta mesma terra, adubada pela injustiça, está sob a exploração intensiva e capitalista de uma empresa

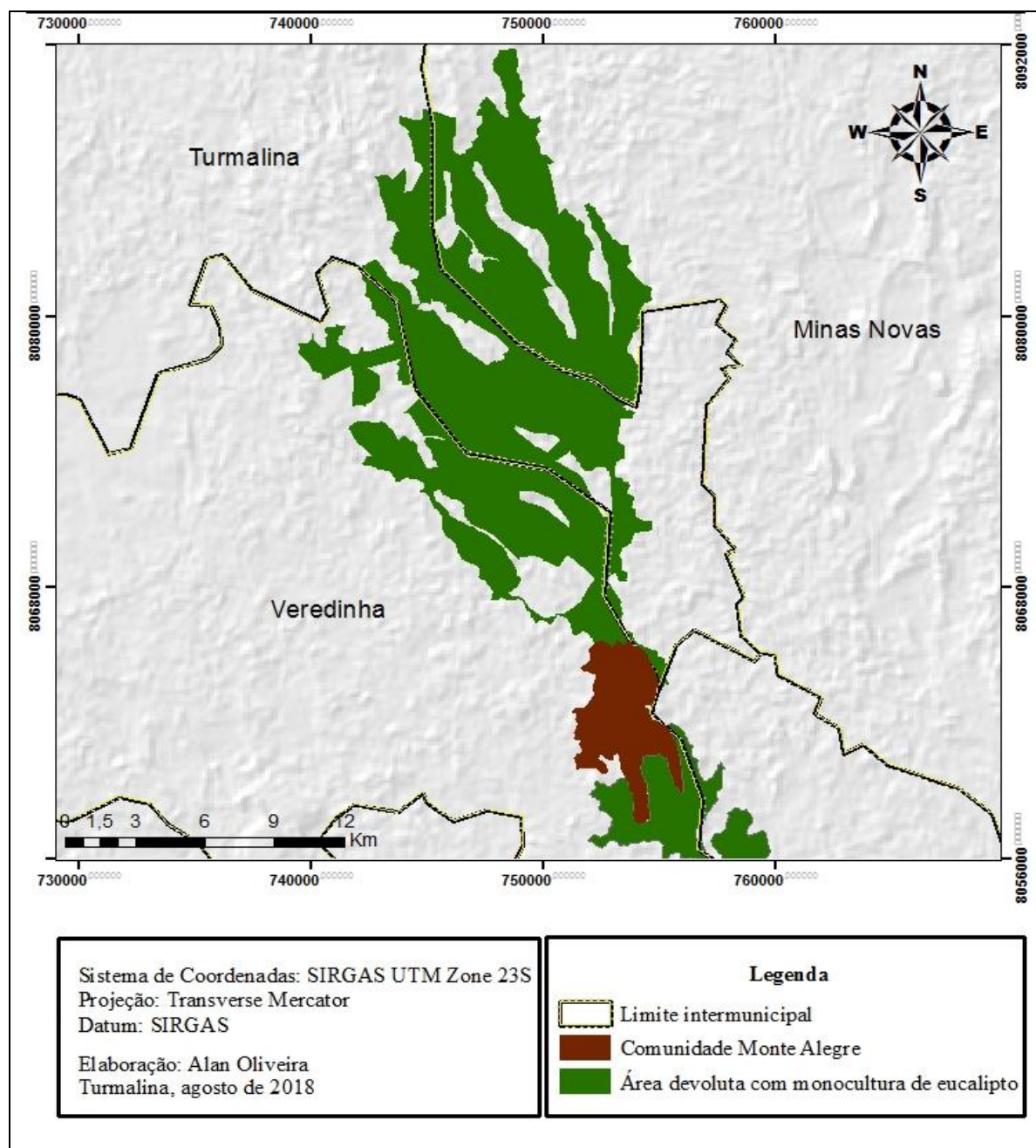
transnacional, com participação majoritariamente estrangeira. Se não bastassem as questões relativas à segurança e soberania nacional envolvidas, há ainda a questão da degradação sociocultural e ambiental.

O mapa da Figura 38 destaca uma parte desta respectiva área devoluta, que se constitui como o território tradicional da comunidade de Monte Alegre e de tantas outras comunidades tradicionais da região. A área destacada na cor verde é parte da terra devoluta que está sob o controle da empresa *Aperam Bioenergia*, cujo uso se dá pela monocultura de eucalipto e atividades afins. A área na cor marrom é um croqui que representa os atuais limites da comunidade de Monte Alegre e que só está deste tamanho diminuto porque existe uma sobreposição do território tradicional, que foi usurpado das famílias à base das mais diversas estratégias já debatidas neste tópico.

Esta sobreposição, embora não tenha sido ilustrada na figura abaixo, foi identificada em trabalho de campo a partir da comparação com os dados apresentados em um mapa da comunidade, elaborado pelos próprios camponeses. Neste foram representados locais de uso comum que se estendiam até algumas veredas que entremeiam a chapada, onde atualmente está completamente tomado por eucalipto.

Vale uma recomendação neste aspecto: para a demarcação territorial de uma comunidade tradicional impactada pela monocultura de eucalipto, tal qual é o caso de Monte Alegre, é preciso ter uma atenção especial para a memória social do grupo étnico, visto que, o processo de implantação deste modelo de produção capitalista, normalmente é tão devastador que apaga, arranca, destrói quase todas as marcas físicas tradicionais expressas no ambiente, impossibilitando o apego exclusivo a elas para fins de identificação dos limites. Caso contrário, o trabalho poderá ser negligente. É importante ter em vista que são duas lógicas contrapostas: para a empresa monocultora esta é apenas uma questão de terra, já para a comunidade tradicional, é uma questão de território.

**Figura 38: Mapa de parte da área devoluta utilizada pela Aperam BioEnergia, circundando a área de posse atualmente utilizada pela comunidade de Monte Alegre.**



Elaborado por: Alan Oliveira dos Santos e Clebson Souza de Almeida.  
 Fonte: Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais – SEDA.



### CAPÍTULO III - O ENCONTRO DOS DOIS MUNDOS: A OPRESSÃO DA NOVA ERA

Em um formoso dia en chuvurado, no entremeio de uma abertura do tempo, após desviar as enxurradas que invadiram o terreiro da casa trazendo pedregulhos, realinhar as capas de coqueiro da bica d'água a pedido de sua mãe e buscar o bernal que esquecera no roçado ao fugir da molhação, o jovem Antônio e seu irmão mais novo, iniciam uma subida pela grotá até as chapadas. Sua missão era coletar frutos do cerrado e arrebanhar as últimas novilhas que ainda não haviam voltado da larga.

Entre corridas e sorrisos, os irmãos contavam nos dedos os minutos para chegar ao pé de sua fruta preferida, a Manga Beiju! O lindo pé de Manga Beiju se localizava em meio a uma matinha frondosa, avizinhada por três pequizeiros, cinco pés de araticum e uns doze pés de cajuzinho. Pouco mais adiante moravam uns trinta pés de bacupari e de gabirola, que por sua vez eram protegidos por uma comunidade de mangabeiras.

Ao se aproximar, costumeiramente, podia se ouvir por vezes, uma algazarra de periquitos que faziam seus ninhos em cupinzeiros alojados nas galhas das árvores sinuosas. Mas, naquele dia, Antônio não ouvira nenhum canto sequer. O som que se percebia era de um zuado forte e tenebroso. A terra estremecia aos seus pés à medida que se aproximava da chapada. As marcas da chuva que caíra há pouco tempo, eram mais profundas do que de costume, rasgando o chão sentido à nascente do córrego que passava ao fundo de sua casa.

Enfim, Antônio venceu a ladeira mais apique<sup>29</sup>, no cume do carrasco, ergueu sua visão e repentinamente sentiu seu coração acelerar. Já não reconhecia mais o lugar que se encontrava. Pensou estar perdido, mas o carreiro era apenas um, não tinha encruzilhada nenhuma no caminho. Seu irmão mais novo, abraçou às suas pernas, como quem queria ter onde se apoiar perante o medo e o vazio que alcançava seus olhos e sua imaginação.

Mas, que bicho tão grande, tão forte e de garras tão afiadas teria sido capaz de derrubar todas as árvores de maneira incrivelmente rápida e cruel? Como era possível, de uma estação à outra, a floresta inteira tombar, como se estivessem seguindo as suas folhas que caíam durante o inverno?

Antônio não sabia mais se orientar, já não encontrava mais a trilha entre os anjequins por onde passava seu gado, os seus rastros foram apagados por marcas de correntes. Em meio à nostalgia, se lembrou do seu amado pé de Manga Beiju que deveria estar carregado de frutas maduras e saborosas. Então pôs se a correr no rumo de onde acreditava encontrá-lo. Ao chegar, mais uma vez a decepção entremeou seu peito. Mesmo sendo um moço conhecido por sua força e dureza, a garganta se amarrou como um nó de carreiro. Não se via nem sinal daquele fiel companheiro que matava sua fome durante as viagens campeando o gado para seu pai na largueza do chapadão. Ao longe, podia se perceber o movimento e ouvir o rangido de grandes e desconhecidos monstros. Provavelmente era um deles o responsável por arrancar o “seu” pé de Manga Beiju pela raiz e o arrastá-lo para longe, numa dolorosa morte.

Naquela tarde, que se tornara sombria, Antônio e seu irmão, retornaram para casa sem gado, sem frutas e sem alegria. Desceram a ladeira com um órgão a menos em seus corpos, obrigados a viver de outra maneira dali em diante, com a marca da lembrança de um tempo e um lugar que já não é mais seu!

(Escrito pelo autor sob a interlocução do Sr. Antônio da comunidade do Gentio, Turmalina – MG).

Muito provavelmente ocorreu um estranhamento, e até certo ponto um incômodo, por parte do leitor na ocasião da passagem do primeiro capítulo para o segundo. O abismo retratado pela escrita se assemelha à passagem abrupta entre o mundo tradicional vivido, interpretado, construído pelos sujeitos das comunidades da região e o mundo capitalista, ambicioso, objetivado pelo lucro, que foi empurrado goela abaixo pelo Estado Ditatorial em

<sup>29</sup> Apique: inclinada.



atendimento aos interesses particulares capitalistas, atingindo diretamente aos interesses coletivos. (PERPETUA, 2016, p. 118). Esta história que apresentamos, sob a forma de um conto na epígrafe deste capítulo, revela os níveis de violência desta passagem, cujas feridas jamais se fecharão e as suas sequelas pouco a pouco vão se transformando em rebeldia, ainda que silenciada, em paciência e brandura para compreender os trejeitos da vida e em sabedoria para revelar o sabor da manga beiju em outros frutos. Trataremos esta abordagem na perspectiva da “fronteira” proposta por José de Souza Martins (2016, p. 11), que:

[...] de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteiras de culturas e visões de mundo, fronteiras de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora.

Deste modo, a relação estabelecida entre as empresas monocultoras de eucalipto com as comunidades tradicionais da região, foi marcada pelo rompimento do tempo da reciprocidade, da confiança, pela cisão de todas as bases de regulação pautadas na solidariedade. Os acordos costumeiros, considerados até então mais importantes do que propriamente as regras escritas, sucumbiram ao papel e ao poder. Segundo Martins (2016, p. 13):

Na fronteira, o camponês ainda vive relações econômicas, concepções de mundo e de vida centradas na família e na comunidade rural, que persistem adaptadas e atualizadas desde tempos pré-capitalistas. Ele, que ainda está mergulhado na realidade de relações sociais que sobrevivem do período colonial, se descobre confrontando com formas tecnologicamente avançadas de atividade econômica, do mundo do satélite, do computador, da alta tecnologia. E subjugado por formas de poder e de justiça que pautam por códigos e interesses completamente distanciados de sua realidade aparentemente simples, que mesclam diabolicamente o poder pessoal do latifundiário e as formas puramente rituais de justiça institucional.

Elementos como os já indicados por Moura (1988) novamente são utilizados para justificar a exploração e expropriação dos camponeses: como a baixa escolaridade; as condições de sobretrabalho e baixa remuneração operada nas fazendas; o limitado domínio da linguagem judiciária e de clareza dos direitos perante a legislação oficial; a minguada disponibilidade de dinheiro para bancar advogados; a ausência de documentos cartoriais ou a legitimação da posse integral, incluindo as áreas de uso comum; a persuasão dos compradores com a notícia de que o Governo tomaria as terras; a detenção dos mapas por parte das empresas; a individualização da disputa entre reclamante e reclamado e a coação através de novas regras para as relações de trabalho e uso da terra excluindo “a expulsão imediata”, garantiram o cenário perfeito para a expropriação dos camponeses, que pulverizados se viam

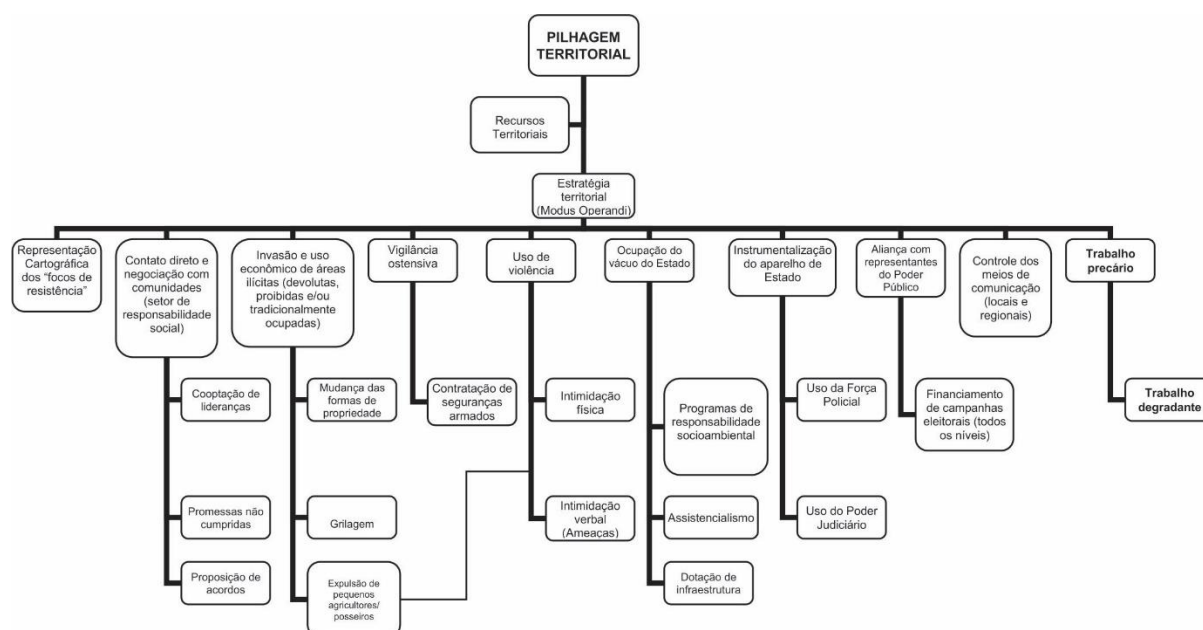
mais vulneráveis e menos organizados a nível regional para propor grandes mobilizações de enfrentamento direto contra a perda das chapadas.

Todo este arranjo se coaduna com o que Perpetua (2016) conceitua por pilhagem territorial, ou seja, uma gama de táticas desenvolvidas pelas empresas monocultoras de eucalipto (do setor do capital-arbóreo-celulósico do Brasil, no caso de sua análise) que compõem a sua estratégia, ou o seu *modus-operandi*:

No vocabulário comum, pilhagem significa roubo, saque, apropriação indevida propiciada pelo uso da força de alguém ou de um grupo ou povo sobre outra pessoa, grupo ou povo (...) E a pilhagem não se dá apenas do lado do abastecimento energético e material, como também no do rejeito, de maneira que os territórios pilhados são, simultaneamente, fontes de recursos naturais e grandes depósitos de material inutilizável, tais como os rejeitos e estéreis (...) que atingem nascentes, áreas de recarga e de cultivo, áreas de proteção ambiental, terras tradicionalmente ocupadas. (PERPETUA, 2016, p. 123-125)

A figura 39, elaborada por Perpétua (2016) a partir de sua relação e da descrição dos sujeitos pesquisados, apresenta de maneira didática o complexo arranjo estratégico utilizado pelas empresas de eucalipto nas diversas partes do Brasil e que inclusive, se assemelha bastante ao nosso caso em estudo, cujos efeitos negativos serão detalhados no decorrer deste capítulo. Partiremos da análise dos processos de expropriação territorial das comunidades tradicionais, seguindo para os impactos socioambientais gerados, com destaque para a água e em seguida trataremos das alterações provocadas ao modo de vida tradicional.

**Figura 39: Esquema de representação da Pilhagem Territorial segundo Perpetua (2016).**



Fonte: elaborado por Guilherme Marini Perpetua, 2016.

## I. As cercas na chapada

Os antigos contavam que “no final das Eras, ia ter uma agulha estendendo uma linha pro mundo a fora, toda cheia de espinho e que era pra atrapaiair os pobres passar. É o arame né. (Vicente, quilombola nascido na comunidade de Monte Alegre e atual morador da comunidade Quilombola de Vendinhas).

Em se tratando da microrregião observada por nós neste estudo, é possível afirmar, sem nenhuma sombra de dúvidas, que a questão da água é a principal preocupação para a sustentabilidade dos modos de vida das comunidades camponesas. Mas, esta questão da disponibilidade hídrica não pode ser condicionada apenas aos fatores climáticos, mas sim relacionada aos mais diversos fenômenos da atividade humana desenvolvida na região. Chambers (1987, p. 6.) nos chama a atenção para o assunto do acesso à terra, por exemplo, o qual não perderemos de vista, vejamos:

Acesso à terra e aos recursos naturais assegurados, juntamente com condições de vida adequados são pré-requisitos para uma conservação apropriada dos recursos naturais. Ainda mais, a segurança de modos de vida sustentáveis são uma pré-condição para uma população estável a longo prazo, pois torna-se racional a limitação do tamanho da família.

Ao analisar a situação das comunidades em questão, fica evidente a importância da compreensão sobre as estratégias de convivência com determinados problemas socialmente construídos, e para tal, é necessário refletir sobre as formas de apropriação e gestão da terra e da água realizadas por sujeitos locais orientados por acordos internos e externos às comunidades. Isso porque, “problemas associados aos recursos hídricos na agricultura não podem ser apartados da complexidade agrária brasileira e nem das questões ambientais de outros setores da sociedade” (GALIZONI, 2013, p. 19), como no caso do setor industrial de ligas metálicas, papel e celulose.

Para tratar destes assuntos optamos por alguns estudos de caso, selecionados por localidade ou por temática, incluindo os já apresentados em capítulos anteriores. Temos consciência de que não os apresentaremos da maneira tão detalhada como se merece, destacando um a um, por outro lado, como eles não são casos isolados, mas sim peças de um mesmo tabuleiro, esperamos que ao olhar para as partes nosso estudo contribua para novas reflexões sobre o todo a respeito dos assuntos socioambientais na região.

Como apresentamos no primeiro capítulo deste trabalho, os modos de vida das comunidades tradicionais têm uma relação intrínseca com a disponibilidade e gestão das terras tradicionalmente ocupadas. As formas de controle de uso das áreas se dão por regras consuetudinárias e não propriamente pelo uso da cerca ou de demais estratégias da sociedade envolvente. Vejamos um exemplo descrito por Galizoni (2013, p. 33):

Nas chapadas, existem áreas preferenciais para coleta de uma família, mas outras podem usufruir sem pedir consentimento, respeitando preceitos costumeiros que regulam a coleta dos recursos da natureza. Esses preceitos estão condensados em códigos comunitários de condutas que não são escritos, mas são vividos e recriados nas práticas das famílias. Esses códigos deliberam sobre recursos, principalmente pelo atributo de o recurso ser renovável e do tempo necessário para tanto. Por exemplo, madeiras de cerne que demoram em se recompor possuem normas rigorosas de consumo e retirada: “É que às vezes a pessoa pode estar zelando de um pau de árvore para uma coisa determinada”, explicou um lavrador.

Na região, o assunto da expropriação do território não é exclusivo de uma comunidade, mas sim relacionado ao conjunto de localidades que foram invadidas pelas empresas de monocultura do eucalipto, provocando um encurralamento e uma maior pressão das atividades extrativistas e produtivas nas grotas. Em se tratando do fechamento das áreas de uso privado ou familiar antes da chegada das empresas, os diversos depoimentos locais dão conta de relatar como era o modelo de controle e uso, vejamos:

Esse trem aqui não existia cerca não. Isso aqui numa época soltava gado aqui e podia ir em Capelinha, em Turmalina, não existia cerca não. Soltava esse trem aqui e sumia, elas pariam lá pros mato lá, quando a gente achava já tava com o bezerro grande. Criava lá pra esses mundão a fora. **Tinha as cercas de pau, mas é quando fazia uma roça que tinha que fazer uma cerca de pau.** (Francisco, 60 anos, morador de Monte Alegre).

Por outro lado, com a chegada das empresas de eucalipto, esse cenário foi obrigado a mudar drasticamente. Os depoimentos são bastante esclarecedores neste sentido:

Eles compravam as terras do lado, iam cercando o sujeito. Plantava eucalipto e cercavam a área. Eles queriam terra plana. Passavam com o trator nas terras do sujeito que não queria vender, e aí iam destruindo tudo. Foi o jeito de forçar a venda. (Vicente Nica, *apud* SILVA, 1996:57).

Na chapada não tinha cerca. Eu cheguei de São Paulo, comprei arame novo pra cercar o terreno, mas a Acesita não respeitou. Quando eu estava furando os buracos para colocar os postes para pôr o arame, ‘Ela’ chegou com as correntes, colocou o trator com as correntes, quebrou tudo e ficou tudo por isso mesmo (...) A divisa das terras era marcada com o trabalho. A marca era também com pedaços de pau-de-cedro, angico que não apodrecia. Muita gente marcava com lata. Fincava uma lata. (Sr. João, 35 anos, negro *apud* SILVA, 1999, p. 54)

A Acesita chegou e tomou minha terra com documento e tudo. Arrancaram os postes, arame, sumiu tudo na chapada. Quem não tinha terminado de cercar, eles tomaram tudo e invadiram... Eu tinha um documento velho de uns 80 anos atrás, de época de meu avô. Eu não tinha acabado a cerca, ‘Eles diziam’: não vamos entrar no terreno se você tiver acabado de cercar. Mas se você estivesse trabalhando, aí eles arrancavam a cerca. Eles aí cercaram a cabeceira... aí, veio outro chefe do escritório e me mostrou o mapa e falou: Esta cabeceira já está no mapa e foi cercada de arame. Eu fui lá e arranquei a cerca deles e coloquei meus arames e fiz um plantio na produção dele. O mapa era tudo de terreno de grotas. Eu disse: Pelo mapa, o senhor não vai tirar as minhas terras. Ele disse que ia arrancar as minhas cercas. Mas não arrancou. Levou a carvoaria para outro canto... antes, a gente tinha distância... hoje tudo vive preso, até o gado. (Sr. José, 42 anos, branco *apud* SILVA, 1999, p. 55)

Podemos considerar, portanto, que a introdução ou ao menos a aceleração da “cultura do cercamento” das áreas com arame farpado nas comunidades tradicionais da região se deu principalmente a partir das táticas de controle impostas pelas empresas monocultoras.

Em muitos casos as empresas fazem um acordo com os camponeses para uma “parceria” na construção da cerca das divisas. Elas entram com a madeira, o arame e os grampos, que por sinal são todos de sua própria linha de produção, e os camponeses entram com a mão de obra para cercar. Isso reduz sobremaneira os custos para as corporações capitalistas, sob o pretexto de benefício comum, uma vez que, caso o gado saia da grota e adentre as áreas de eucalipto que se ligam às rodovias, existirá o risco de causar acidentes de trânsito e a consequente criminalização do proprietário do animal. Esta ameaça criminal se assemelha ao processo instituído na Inglaterra a partir de 1723, denominado por Lei Negra. A partir desta, os “crimes praticados pelos camponeses ao desrespeitarem as normas jurídicas relativas à proibição [...] da coleta de frutos, raízes, madeiras [...] não eram crimes contra a pessoa, porém contra a propriedade privada da terra” (THOMPSON, 1987 *apud* SILVA, 1999, p. 29).

Além do aspecto sociocultural apresentado acima, os depoimentos nos revelam outros indicativos: I) que durante este processo de implantação das empresas, a cerca tinha mais poder do que até mesmo o título da propriedade; II) que a cerca era a única marca física por vezes “respeitada” pelas empresas para delimitar as divisas, ainda que sob determinadas condições, como a do tempo de sua implantação; III) que perante esta situação de risco, uma forma de resistência utilizada pelos camponeses foi exatamente apelar pelo cercamento de suas terras, ainda que isso fosse a seu contragosto ou que contrariasse os pressupostos locais; IV) a migração (para o corte de cana ou a “panha” da laranja em São Paulo, para a colheita de café no Sul de Minas e para o corte de madeira no “sertão” do Noroeste mineiro), foi utilizada pelos camponeses como uma saída para juntar algum dinheiro que contribuísse para a manutenção da família no seu lugar de vida, ainda que isso significasse gastar boa parte deste recurso com a aquisição de materiais para cercar seu pedaço de chão; V) o mapa cartográfico elaborado pelas empresas era e ainda é, uma forte ferramenta de repressão que busca legitimar a prática de expropriação territorial dos camponeses; VI) o poder dos mapas se restringiu até certo ponto às terras de uso comum das chapadas uma vez que, para as terras de grota a resistência dos camponeses foi mais direta e por isso muito mais efetiva.

Neste último item, vale lembrar, porém, que as grotas não eram alvo de interesse direto das empresas uma vez que as áreas não permitiam a implantação da monocultura do eucalipto, devido à sua topografia declivosa, dentre outros fatores agrícolas. Sendo assim, este critério era utilizado a seu favor, como se fosse uma concessão de responsabilidade social ou parte de um projeto socioeconômico para a região.

“Bom, as companhias se preocupam com o plantio do eucalipto, visando a sua industrialização, seja sob a forma de carvão, celulose, madeira, etc. Os projetos que eu conheço, todos eles preveem o desenvolvimento de atividades agropecuárias. Em qualquer projeto da Acesita, Vale do Rio Doce, da Suzano, da Cia Agro Florestal Santa Bárbara ligada a Belgo Mineira, da Mannesmann Agro Florestal, vocês vão verificar que eles preveem a preservação das chamadas grotas, que são justamente as áreas cultivadas pelos posseiros. O posseiro tem ali na grotinha uma casinha, uma roça de milho, umas cabeças de gado, uns porcos e se consideram donos das chapadas. Ele cultiva a grotinha, onde há água. A chapada ele não cultiva, deixa no máximo, poucas cabeças de gado soltas. Então vem a companhia reflorestadora, entra em contato com esse posseiro e se dispõe a comprar dele a chapada, preservando aquela área que ele efetivamente cultiva. É o que está dito no projeto”. (Depoimento de Gilberto Goulart Pessoa, diretor geral da CODEVALE. Fonte: Jornal Geraes, julho de 1978)

Em se tratando do cercamento, este não se dá apenas pela via da cerca de arame propriamente dita e sim pelas diversas formas de repressão, violência e de dispersão utilizadas. Um aspecto que merece ser lembrado é a própria forma de monocultivo do eucalipto, com plantas de porte alto, perfiladas lado a lado por muitos quilômetros contínuos, divididas por estreitas estradas denominadas carreadores, os quais o próprio nome já indica um “apertamento”. Esta situação chega a provocar por vezes uma sensação de impotência perante a grande “cortina verde”<sup>30</sup>. Para se ter ideia desta situação, há comunidades que assimilaram este sentimento ao nome do lugar, a exemplo da comunidade rural do “Emparedado”, no município de Minas Novas, remetendo justamente ao fato dela estar fechada de todos os lados por “paredes de eucalipto”.

Uma outra questão importante sobre este assunto das cercas físico-simbólicas é o fato da mudança drástica da paisagem em um período curto de tempo, tal qual a relatada na epígrafe de abertura deste capítulo. As imagens de satélite da Figura 40, quando comparadas, nos dão ideia da rapidez com que se destruiu os marcos de orientação dos camponeses sobre o seu território das chapadas. Embora haja limitações em relação à qualidade das imagens (tendo em vista uma diferença temporal de 15 anos entre elas, o que certamente possibilitou modificações na tecnologia espacial), o que mais nos salta aos olhos é a numerosa presença de novas estradas introduzidas no espaço da chapada. Anteriormente à implantação da monocultura do eucalipto certamente existiam muitas trilhas estreitas no interior da mata que serviam de acesso entre as comunidades, porém o que está visível na escala da imagem de 1973 (esquerda) é apenas uma estrada que liga Capelinha a Turmalina (atualmente a rodovia MG 308), com um ramal que liga a Minas Novas (atual BR 367) e timidamente uma estrada que dá acesso à Veredinha. Já na segunda imagem, quinze anos após o início da implantação

<sup>30</sup> Parafraseando o prof. Claudenir Fávero que utilizou esta metáfora certo dia num trabalho de campo.

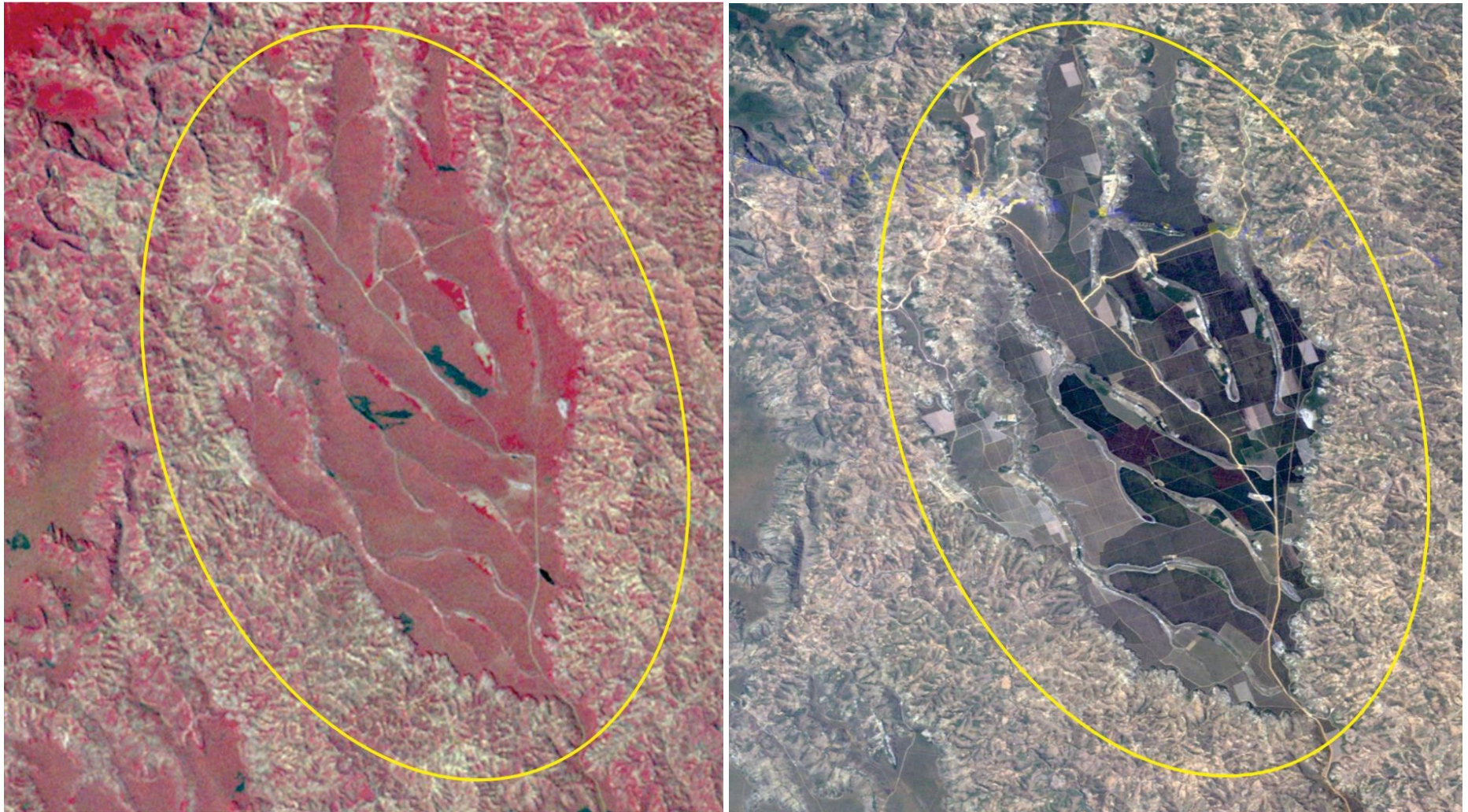
da monocultura do eucalipto na região podemos contabilizar mais de 60 estradas diferentes neste pequeno espaço destacado.

Isso significa que as estradas construídas e utilizadas por longos anos pelos camponeses, cujas referências eram as mais variadas marcas socioculturais distribuídas pelo caminho, foram varridas do mapa num curto período de quinze anos, isso sem contar os carreiros de animais silvestres. Estes caminhos tradicionais foram destruídos pelas grades dos tratores que revolveram o solo para o plantio e foram substituídas pelos carregadores que dividem os talhões da monocultura. A atual configuração da malha viária rural nesta região é um completo desnorteio, que confunde até mesmo os moradores mais experientes. Uma vez que isto se soma à dinâmica de corte e replantio das árvores a cada ciclo de aproximadamente sete anos, a dificuldade se amplia ainda mais. O depoimento de Vicente Nica, um dos maiores líderes camponeses da história do Vale do Jequitinhonha, apresenta em entrevista concedida ao Jornal Geraes em julho de 1978, algumas destas consequências:

“Apenas a Companhia Acesita aqui na região de Zé Silva, lugar denominado Fanado, está tirando as estradas do povo, estradas que tem mais de 100 anos de conhecida no lugar [...] e os coitados não pode possuir um carro, carrega suas carguinhas no lombo do burro. Agora o coitado pra vim na cidade fazer sua feira, tem que dá voltas de léguas. Eu mesmo conversando com eles, disse pra eles, que bem que eles fazia era romper estas estradas, que não deveriam ser tão tímidos, submeter a um jugo, que nem nossos pais nunca viu”.



**Figura 40: Imagens de satélite ano de 1973 (esq.) e 1988 (dir.) com destaque para a área em estudo**



Fonte: Landsat 1, 2018. Adaptado pelo autor e por Alan Oliveira dos Santos, 2018.

Para além das estradas, há que se considerar o impacto sobre as mais variadas formas de interação dos camponeses para com os seus territórios, conforme nos demonstra Silva (1999, p. 45) em seu relato sobre esta mesma região:

O modo de vida secular assentado nas relações homem-natureza, no direito costumeiro da posse pessoal e da terra comum e na existência de uma história da natureza sucumbiram, em menos de duas décadas, diante das grandes máquinas de terraplanagem, das motosserras, das destruições dos marcos naturais que separavam as posses (...). Neste processo avassalador, nem mesmo os mortos foram poupados. Muitos cemitérios desapareceram sob o nivelamento do solo feito pelas máquinas.

Há que se considerar também que as diversas plantas medicinais e frutíferas do Cerrado que até então estavam em liberdade e resguardadas sob a gestão coletiva dos camponeses, foram literalmente arrancadas pela raiz, como descreve o depoimento:

Veio o correntão, derrubando o que tinha. Duas máquinas pesadas com corrente grossa né, derrubando toda a floresta. Quando terminava de derrubar, as mesmas máquinas vinham enlerando, assim que acabava de fazer a lera, punha fogo. Tinha dia que uma pessoa pegava 40 a 50 passarinhos atordoados no meio da fumaça né. Tatu, cotia, outros bichos. O que não morria no correntão, morria na hora da queimada. Então se você for passar um filme, é uma coisa pra gente chorar [...]. É o que os olhos viam né, a gente não tem noção do estrago. Não tinha nenhuma pesquisa das plantas medicinais que tinha neste espaço, as frutíferas... vou citar aqui três, que é a mãe do Cerrado: a mangaba, a jaca e o pequi. Se você for ver foram centenas de hectares dessa vegetação. (Boaventura, liderança da comunidade de Boa Vista, sindicalista e fundador do CAV).

Além deste processo de destruição em massa, boa parte daquelas que ainda restaram, atualmente se encontram em “cativeiro”, sob o domínio dos fazendeiros, conforme destacado o depoimento abaixo:

Em roda da casa do fazendeiro lá é cheio de pé de pequizeiro né, mas já tem o arame dele, haja se eu tiver com fome e for preciso pegar um pequi dentro da fazenda dele, o chumbo come na hora. É assim. A chapada era cheia de pequizeiro né, igual eu tô falando. Nós saía de madrugada e chegava de noite, panhando pequi pra levar pra feira. Pra sobreviver. (Vicente, quilombola nascido na comunidade de Monte Alegre e atual morador da comunidade Quilombola de Vendinhas).

No estado de Minas Gerais existem desde o início dos anos 90 algumas leis e decretos que visam a proteção de diversas plantas do Cerrado, sendo que o pequizeiro (*Caryocar brasiliense*) é um dos mais visados pela legislação, dentre elas: a Lei nº 13.965, de 27 de julho de 2001, o Decreto nº 47278 de 25/10/2017, a Lei nº 20.308, de 27-07-2012, e a Lei nº 10.883, de 2 de outubro de 1992 que declara o pequizeiro como uma planta de preservação permanente, de interesse comum e imune de corte. Diante das importantes restrições impostas, as empresas por vezes não fazem a sua extração imediata, por outro lado, as mantém aprisionadas no entre meio da monocultura que, conseqüentemente, restringe seu desenvolvimento e sua frutificação, devido à ação do sombreamento e da alelopatia causada pelo eucalipto. No nosso entendimento a lei precisa ser revista, criando por exemplo um raio



de pelo menos 10 metros de distância entre os pequizeiros e o eucalipto no caso de seu cultivo em monocultura para fins comerciais ou industriais. Precisa ser regulamentada também a forma de extração do eucalipto que se encontra próximo à referida árvore nativa pois, pudemos verificar em campo, durante o trabalho de pesquisa, casos de completa destruição do pequizeiro após uma colheita mecanizada. A figura 41 apresenta situação de um pequizeiro, nos remete à ideia de um ser que foi confinado por longos anos sob um ambiente sombrio e que quando estava prestes a receber um breve fôlego de liberdade e energia, foi completamente mutilado por alguém que tem o objetivo claro de promover a sua morte o mais rápido possível, garantindo assim mais espaço e menos restrição à sujeição de novas plantas a serviço do poder do capital.

**Figura 41: Fotografia de pequizeiros danificados após a colheita do eucalipto**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

Observações: Coordenadas do local da imagem: 23 K 728164E 8099795S – UTM – Datum WGS 84

Bem, diante de tantas cercas impostas ao território tradicional no alto Jequitinhonha, coube às famílias camponesas se recolher e arrebanhar seu gado para o pequeno espaço das grotas, o que gerou sérias consequências em função da ampliação da pressão sobre os recursos disponíveis, principalmente a água e o solo. Um lugar que já comportava pessoas, um grande número de pequenos animais, as casas, diversas estradas, as capelas, alguns cemitérios, os quintais, as varandas de engenho, os paióis, os currais, alguns chiqueiros e as roças estabelecidas, se viu obrigado também a receber ao longo de todo o ano a maior presença de animais silvestres foragidos das correntes que destruíam seu habitat na

chapada e a presença de um grande número de bovinos que anteriormente estavam espalhados pelas soltas de uso comum como descreve o Sr. Adão, camponês da comunidade José Silva, Turmalina:

Papai mesmo tinha noventa cabeças de criação. Nós morava lá no fundo, quando as primeira criação tava chegando lá em casa, as outra tava descendo ali na chapada. Vivia tudo solta aí, não precisava nós preocupar com fechação, comia era solta aí.

Como era de se esperar, os espaços destinados ao gado foram as áreas das roças que estavam em descanso e em parte do ano até mesmo as que estavam sendo utilizadas para lavoura; as áreas preservadas com vegetação nativa, cuja declividade era acentuada; e as áreas de preservação permanente incluindo a mata ciliar dos córregos, rios e nascentes. Esta conjuntura provocou em poucos anos a degradação das fontes de água e a compactação do solo pelo pisoteio do gado. Este fato atualmente faz saltar aos olhos de quase todo observador atento, a “terra nua”, os simbólicos *peladores* que são encostas compactadas e com pouquíssima cobertura vegetal, impactando até mesmo o imaginário dos camponeses locais. Para estes, ver a chuva escorrer morro abaixo, abrir canais no chão e avermelhar o leito do ribeirão que estava seco, numa enchente passageira, faz o peito se inundar de nostalgia, à luz das lembranças de um passado tão recente que já não existe mais.

**Figura 42: Fotografia de um *pelador* em propriedade familiar de Veredinha – MG**



Fonte: arquivos do autor, 2013.

Segundo Martins (2016, p. 80) “as forças produtivas se desenvolvem mais depressa do que as relações sociais; no capitalismo, a produção é social, mas a apropriação dos resultados da produção é privada”. Ou dito de outra maneira: os custos dos impactos gerados por suas atividades produtivas são externalizados à sociedade, enquanto os lucros são internalizados à empresa e a seus investidores<sup>31</sup>. Este cenário, que compõe a atual realidade da região estudada, representa a irresponsabilidade e o desinteresse das empresas monocultoras para com as questões socioculturais, que, na maioria das vezes, são empurradas para a responsabilidade das famílias camponesas que sofrem com os seus efeitos.

## II. A gestão das “sobras”

Á água hoje tá semelhante um tatu, pra ver ela cê tem que cavar. Buscar ela dentro da terra. Olha aí esses poços artesanais, o que virou esses poços? [A Copanor] furou um tanto de poço no Monte Alegre e não virou nada. Furava o poço e quando vazava aquela água todo mundo falava: ‘ô deu água que vai manter a Vendinhas toda agora’. Daí uns dias, pra onde que foi a água? Acabou a água. ((Vicente, quilombola nascido na comunidade de Monte Alegre e atual morador da comunidade Quilombola de Vendinhas).)

Neste (des)encontro dos dois mundos, o capitalista com o tradicional, dentre as tantas demandas socioambientais acirradas, a mais latente e desafiadora delas é a disputa pela água. Este que é um dos recursos mais preciosos para a manutenção da vida, se vê ameaçado (por que não dizer agredido) pelas mais diversas atividades de interesses econômicos e puramente lucrativos. Uma dádiva de Deus, que jamais poderia ser negada, apropriada indevidamente ou estancada, foi transformada em mercadoria, em penúria e humilhação, em produto de estratégia política. “Para além de um componente físico-natural, a escassez de recursos é um fenômeno social e politicamente construído, resultado de escolhas culturais e de disputas políticas entre grupos humanos” (ZHOURI, 2013, p.12). Em se tratando da gestão comunitária da água na região do alto Jequitinhonha, Galizoni (2013, p. 168) aponta quatro fundamentos:

a) concepção da água como dádiva da natureza e patrimônio comum; b) regida por uma ética de conduta de uso e gestão compartilhada; c) normatização a partir de discriminação de acesso, formas de uso, intensidade de consumo e manejo; d) gradientes de domínio em circuitos crescentes: domínio da família, da comunidade, de mais de uma comunidade, público; esses também são o limite para a regulação e a emergência de conflitos. Os pressupostos que regulam o uso das águas indicam que o acesso é mediado por relações morais entre as famílias e entre elas e a natureza fornecedora de bens que não devem ser apropriados privativamente, tampouco convertidos em mercadoria (...) O poderio econômico (e político) da

<sup>31</sup> Este trecho foi baseado na fala de um agente do Ministério Público Estadual de Minas Gerais durante uma audiência pública realizada na comarca de Turmalina no dia 28 de abril de 2017, cujo tema central era a questão da contaminação do ar pela fumaça gerada na carbonização da madeira de eucalipto pela empresa Aparam Bionergia.

empresa, fazenda ou indivíduo que prende, estoca ou usa água sem critério quebra relações de reciprocidade entre famílias e entre famílias e a natureza.

As diversas pesquisas já realizadas na região sobre esta temática apontam que a atuação das empresas de monocultura de eucalipto tem gerado um desequilíbrio socioambiental tamanho que o balanço hídrico nas micro bacias hidrográficas dos rios Fanado, Itamarandiba e Araçuaí mostram um pleno déficit de abastecimento. A pesquisa de Pereira Lima (2013, p. 119-121), por exemplo, tomando como dados de referência a área de plantio na microrregião de Capelinha no ano de 1996, apontou que uma área de 158 mil hectares de eucalipto plantados à época, gerava uma diferença de consumo de aproximadamente 381 milhões de metros cúbicos de água por ano, havendo, portanto, um rebaixamento do lençol freático e um enorme prejuízo na recarga dos aquíferos. Prejuízos estes que já haviam sido indicados por Vandana Shiva e J. Bandyopadhyay (1991, p.65-70) em estudos realizados na Índia:

[...] se o plantio de certas espécies arbóreas num certo ecossistema contribuirá para a conservação dos recursos hídricos ou para sua destruição, isso dependerá, basicamente, de quanta água está disponível para o sistema e de quanta água é exigida pela árvore. Em ecossistemas alimentados pela chuva, a precipitação pluvial é a única fonte de água que, se adequadamente administrada reabastece a umidade do solo e os mananciais subterrâneos e de superfície [...] quando a precipitação é da ordem de 1.000 mm ou menos, os plantios de eucalipto geram déficits, tanto na umidade do solo quanto no lençol freático.

Como já apresentado no capítulo II, a região se caracteriza por um clima sub-úmido a semiárido, com chuvas mal distribuídas no decorrer do ano e também do espaço. Esta condição faz com que a vegetação nativa apresente características próprias, adaptadas e ajustadas às condições climáticas locais. Dentre o seu leque de táticas de resiliência está a sua ação caducifólia, ou seja, a queda das folhas em determinadas estações do ano, reduzindo o seu metabolismo para economizar água no período seco. Por outro lado, uma vez que o eucalipto é uma planta exótica, plantada em alinhamento e espaçamento fixos, sujeita a um manejo específico, distribuída em talhões ajustados à colheita mecanizada e à maior produtividade de m<sup>3</sup> de madeira por m<sup>2</sup> de área, com finalidades industriais que se renovam a cada sete anos, ele não consegue (e nem se vê ameaçado para tal) assimilar tais condições climáticas ao ponto de se adaptar. Sendo assim, as folhas em seu dossel se mantêm firmes e verdes durante todo o ano, independente das condições pluviométricas, o que indica o uso da água do lençol freático para garantir seu metabolismo e sua fotossíntese.

Tomando como referência uma pesquisa realizada por Pereira Lima (2013), cujos dados foram adaptados da região de Grão Mogol para a microrregião de Capelinha, a partir da pesquisa de Lima W.P *et al* (1990), os comparativos do consumo de água da vegetação de Cerrado com o Eucalipto se apresentam na tabela a seguir, vejamos:

**Tabela 3: Comparativo do balanço hídrico no solo entre vegetação nativa do Cerrado e plantações de *Eucalyptus spp.***

<b>BALANÇO HÍDRICO NO SOLO</b>		
<b>Componentes do balanço hídrico do solo (mm)</b>	<b>Vegetação Nativa do Cerrado</b>	<b>Eucalipto</b>
Precipitação média anual	1060	1060
Interceptação	Insignificante	127,2 (12%)
Precipitação efetiva	Aprox. 1060 (quase 100%)	932,8 (88%)
Total de perda no perfil	537,4 (50,7%)	738,7 (69,6%)
Ascensão Capilar	4,2 (0,4%)	117,7 (11,1%)
Drenagem	525,8 (49,6%)	308,5 (29,1%)
Redução do reabastecimento da água subterrânea em área de Eucalipto comparada à Vegetação nativa do Cerrado	217,3 mm por m <sup>2</sup> /ano	

Fonte: LIMA, Vico Mendes Pereira (2013, p. 117-118). Adaptado de LIMA, W. P. *et al* (1990).

Diante destes dados, se tomarmos como parâmetro atual toda a área de plantio de eucalipto no Vale do Jequitinhonha, estimada em 268 mil hectares (Fundação João Pinheiro, 2017, vol. I, p. 32), existe um prejuízo na recarga dos aquíferos na ordem de aproximadamente 582.364.000.000 (quinhentos e oitenta e dois bilhões e trezentos e sessenta e quatro milhões) de litros de água a cada ano. Tendo em vista que os dados demográficos da região equivalem a 770 mil habitantes (IBGE, 2010) e considerando que segundo a Organização das Nações Unidas, o volume “ótimo” por pessoa/dia para atender as necessidades de consumo e higiene é de 110 litros de água (SABESP, 2018), podemos concluir que o déficit hídrico gerado pela monocultura de eucalipto em **apenas um ano, daria para abastecer toda a população rural e urbana do Vale do Jequitinhonha durante um período de aproximadamente 19 anos**. Para melhor ilustrar aos leitores, este volume garantiria o abastecimento da população de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, por um período de quase 06 anos e de Brasília, a capital do país, por cerca de 4,8 anos. Em apenas 01 ano o maciço de eucalipto consome mais água potável que os maiores



aglomerados urbanos do país. Portanto, a expropriação do território está expressa também na captura dessa riqueza natural, apropriada sem ser remunerada.

Vale destacar que o volume calculado está considerando a diferença entre o eucalipto e a vegetação nativa, e não o volume total de seu consumo que seria numa ordem ainda maior. Segundo Perpetua (2016, p. 110) “um hectare de eucalipto plantado para finalidade industrial tem, em média, 1.100 árvores. Se cada uma delas consumir 20 litros de água/dia, média amplamente aceita e até majorada pela literatura sobre o tema, o consumo total por hectare será de 22 mil litros/dia”. Ou seja, **o consumo total em 268 mil hectares de eucalipto plantados no Vale do Jequitinhonha alcançará a ordem de 2,1 trilhões de litros de água anualmente.**

Diante de uma pressão capitalista sobre os recursos hídricos neste nível, a escassez é algo inerente e inevitável. Os seus motivos estão muito para além de questões climáticas, são questões políticas. A situação de abastecimento da população rural do município de Veredinha é representativa nesta análise. Segundo os dados que levantamos junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente<sup>32</sup>, somente no ano de 2017 foram distribuídos **960 caminhões pipas com água para comunidades rurais**, cada um com um volume de 8.500 litros de água, ou seja 8,1 milhões de litros distribuídos nas diversas comunidades no decorrer de todo o ano. O custo mensal deste abastecimento variou entre R\$16.400,00 (durante nove meses) e R\$24.600,00 (durante três meses), totalizando no ano um valor de R\$221.400,00 aos cofres públicos do município. Os gestores destacam que até o momento é indispensável esta assistência, tendo em vista que quando é necessário a compra da água de maneira particular, cada família paga em torno de R\$250,00 por uma viagem de caminhão pipa. Ainda assim, grande parte das famílias relutam em solicitar o abastecimento público junto à prefeitura, deixando somente para o momento de maior precisão. Freire (2001, p.79) explica alguns dos motivos desta postura:

Apesar de acreditarem que a política local vem mudando nos últimos anos, temem ficar "cativos" dos políticos por dependerem da água, uma vez que o controle sobre a distribuição desta pode ser uma fonte de poder numa região onde esse recurso é limitado. Outro fator que parece ser bastante perturbador é o de terem que ir quinzenalmente ou semanalmente fazer o pedido de água no setor de transporte da Prefeitura [...] uma atitude bastante constrangedora.

---

<sup>32</sup> Os dados foram apurados junto à referida secretaria, bem como junto à Secretaria Municipal de Transporte de Veredinha e o documento que comprova a resposta do órgão consta na pasta de e-mails do pesquisador.

Esta demanda é uma realidade relativamente nova na região do alto Jequitinhonha, sobretudo a partir de meados da década de 1990, isso porque, embora antigamente houvessem dificuldades para o bombeamento ou encanamento da água até as moradias, mesmo em anos de secas não havia a necessidade do caminhão pipa pois, as comunidades eram mantidas pelas veredas e as diversas fontes que brotavam nas grotas. A mudança drástica neste contexto pode ser exemplificada através dos dados publicados pelo Poder Legislativo Municipal de Turmalina no ano de 2017 (p. 18-23): Em 48 comunidades rurais pesquisadas, das 412 fontes de água analisadas, apenas 44 nascentes ainda continuam vivas, ou seja, houve um **secamento extremamente alarmante de 89% das fontes de água** do referido município. Estes dados quando comparados ao volume de água consumidos pela monocultura do eucalipto, conforme apresentado anteriormente, demonstram o tamanho da contradição em que se encontra a finalidade da água, entre a vida e a mercadoria.

Chambers e Conway (1991, *apud* SCHMITT, 2009, p.197) apontam que “um modo de vida pode ser considerado sustentável quando mantém ou melhora os recursos locais e globais dos quais depende, trazendo benefícios também a outros modos de vida [...] tornando-se capaz de prover as próximas gerações”. Assim, o controle e fortalecimento dessa base de recursos configuram-se, para os camponeses, como “um processo de luta por autonomia que não se restringe ao espaço da unidade produtiva, envolvendo relações que se estendem, inclusive, para além dos limites de sua comunidade” (SCHMITT, 2009, p. 196-197).

Neste sentido, muitas são as indagações: Quanto tempo mais será possível a reprodução social nas comunidades tradicionais impactadas com este colapso hídrico? Qual é a perspectiva de uma família jovem permanecer no campo sem acesso à água potável abundante o suficiente para o consumo e uso humano, para o consumo animal e para a produção agrícola? Em que medida as novas gerações se submeterão à vida no campo sob a dependência de políticas públicas emergenciais e as condições socioeconômicas limitadas em detrimento dos efeitos ambientais gerados para o enriquecimento de empresas transnacionais?

Tomando Monte Alegre como referência, os números não indicam uma boa perspectiva: das 15 famílias que moram atualmente na comunidade, apenas um casal tem idade média abaixo de 40 anos, cinco famílias são chefiadas por pessoas entre 50 e 60 anos de idade e 09 são chefiadas por pessoas idosas, já aposentadas. Apenas duas novas casas foram construídas na comunidade nos últimos dez anos e mesmo assim, não há moradores fixos, ao passo que neste mesmo período nove moradias foram fechadas por motivos de mudança ou de falecimento do/da chefe de família, sem que nenhum herdeiro tenha se estabelecido no local.

Diversos são os motivos para tamanho êxodo rural da juventude, dentre os quais apontamos alguns: I) a falta de perspectivas produtivas que dê conta de atender economicamente as demandas materiais da atualidade; II) o acesso à educação a partir do ensino médio depende muito de uma base na cidade, o que faz com que grande parte das famílias camponesas adquiram uma moradia no meio urbano para abrigar os filhos durante os estudos; III) a disponibilidade de empregos vinculados à área de formação técnica ou superior da maioria dos jovens é extremamente limitada no meio rural; IV) com as baixas no número de moradores na comunidade, os momentos socioculturais, como as festas, ou de lazer como os jogos de futebol, são reduzidos a algumas datas do ano, o que torna a cidade um ambiente de sociabilidade muito mais desejado pelos jovens; V) a limitação dos recursos financeiros, mas, sobretudo dos recursos naturais, principalmente a água, impedindo a implementação de novos projetos produtivos. Como dizem “não adianta ter terra, se não tiver água para irrigar”.

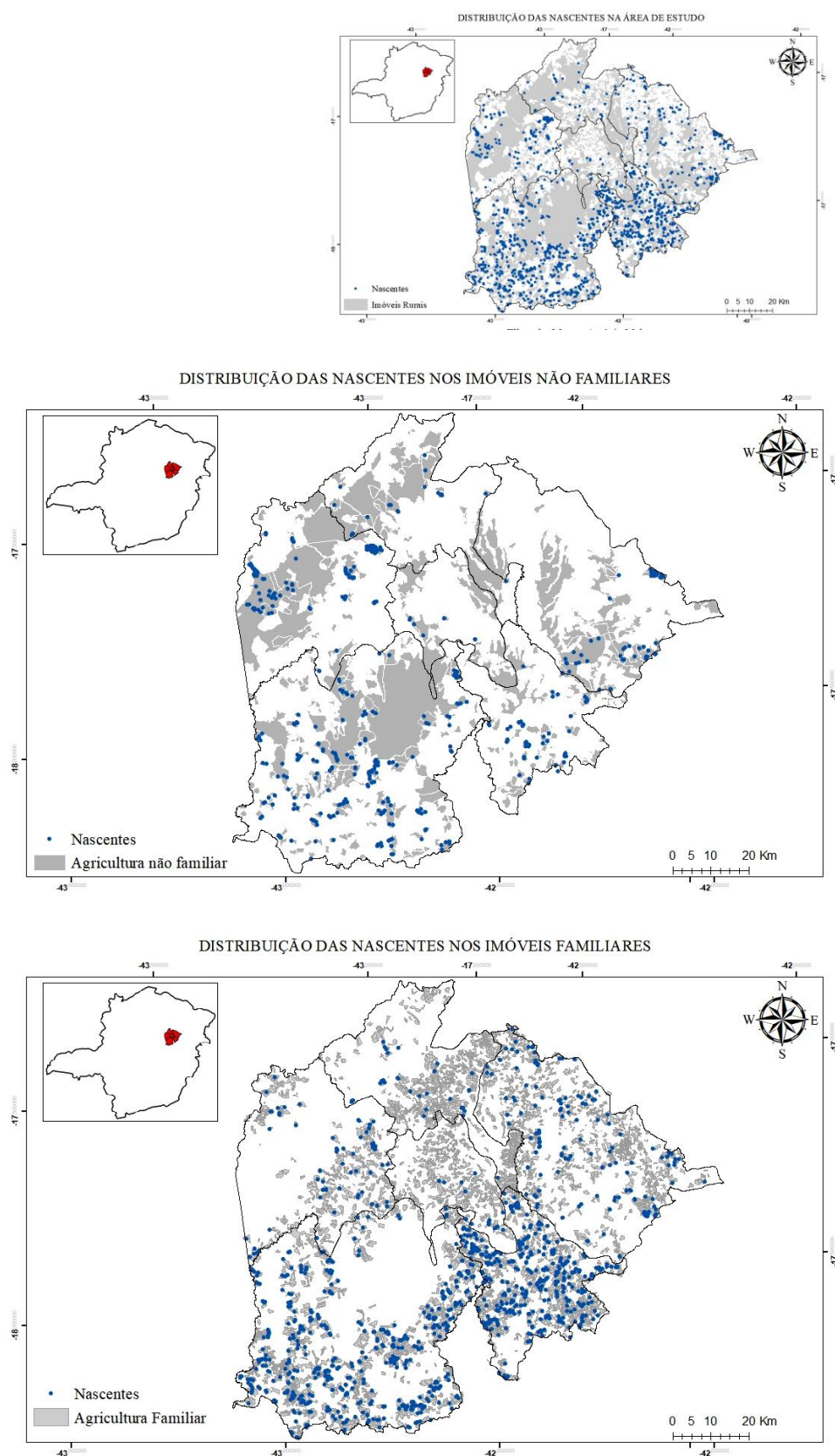
Portanto, o que se coloca ao centro desta discussão é a **autonomia**, que depende sobremaneira do acesso e da gestão dos recursos hídricos, que por sua vez está condicionada ao acesso e à gestão do território da água, do território da vida, ou seja, as chapadas. Vejamos na tabela 4 e mapa da Figura 43, como se dá atualmente a localização das fontes de água conforme o tipo de propriedade rural, considerando os municípios de Veredinha, Turmalina, Capelinha, Minas Novas, Itamarandiba e Carbonita.

**Tabela 4: Distribuição das nascentes por categoria de imóvel conforme o SICAR – agosto de 2018**

<b>DISTRIBUIÇÃO DAS NASCENTES POR CATEGORIA DE IMÓVEL</b>				
<b>Tipo de imóveis</b>	<b>Quantidade de imóveis</b>	<b>Área em Há</b>	<b>Quantidade de Nascentes</b>	<b>% de nascentes por tipo de imóvel rural</b>
<b>Familiares</b>	8001	277.600	1203	78%
<b>Não familiares</b>	323	336.040	342	22%
Total	8324	613.640	1545	100

Fonte: elaborada por Marcos Antônio Maltez a partir dos dados do SICAR 2018/IBGE 2018.

**Figura 43: Mapa de distrib. das nascentes por categoria de imóvel conforme o SICAR – agosto de 2018.**



Fonte: elaborados por Marcos Antônio Maltez.  
Base de dados: SICAR 2018/IBGE 2018 DATUM: SIRGAS 2000.

Como podemos concluir através dos dados levantados, a grande maioria das nascentes estão localizadas exatamente nas pequenas propriedades familiares, que ficam por sua vez nas grotas, abaixo da linha das chapadas utilizadas pelas empresas. A princípio este fato pode parecer favorável aos camponeses, porém, segundo Ribeiro e Galizoni (2013, p. 46), isto traz algumas consequências:

[...] primeiro, transformar esses agricultores nos principais alvos de programas educativos, segundo, transforma-los nos principais alvos da repressão que acompanha a conservação das águas, e terceiro, transformar suas terras em locais para implantação de áreas de conservação. Portanto (...) serão ameaçados de perder o controle comunitário das fontes, receberão a ordem para conservar, serão o objeto privilegiado da repressão caso ocorra a transgressão das normas estabelecidas para conservação, e não podem reclamar: estarão indo contra os direitos de acesso da humanidade a água e contrariando os estatutos de conservação dos recursos. Comunidades de agricultores são pressionadas constantemente por essas normas.

Do ponto de vista da aparência, para quem não compreende a dinâmica hídrica da região, esta atribuição de culpa exclusiva aos camponeses se torna inerente, porém há que se considerar o contexto histórico de expropriação. Será que é justo punir três vezes estas famílias que moram nas grotas? Elas perdem grande parte do seu território, perdem a água e quando precisam manejar as fontes ou áreas próximas de maneira inevitável para a sobrevivência, ainda devem ser penalizadas? Não se trata de eximir os camponeses das suas responsabilidades enquanto usuários e/ou pseudo gestores das fontes hídricas, nem tampouco desconsiderar o grau de degradação causado pelo desmatamento, pelo pisoteio do gado nas nascentes, pelo uso inadequado do fogo, entre outras ações, mas, é preciso compreender a influência do papel e a ação dos demais atores que exercem atividades num determinado espaço, incluindo o poder público e sobretudo as empresas.

Segundo Freire (2001, p. 90), na região do alto Jequitinhonha a gestão da água:

[...] está baseada em princípios, instrumentos e organismos sustentados pelos costumes. O princípio fundamental, e que irá nortear a relação das comunidades com o recurso, diz respeito ao seu valor moral e ao entendimento local do significado de sua propriedade. Para esses agricultores, a água apresenta-se como elemento da natureza, uma substância aglutinadora capaz de transformar a vida, um líquido responsável pela sobrevivência; portanto, um elemento que deve ser de todos. A noção de propriedade comum do elemento apresenta-se como a base que irá sustentar todo o conjunto de ideias que irão compor o processo de gestão do recurso.

Nesta perspectiva, compreendemos que as regras consuetudinárias se sobrepõem ou se complementam às regras legais, porém, seus princípios norteadores e seus objetivos são bastante distintos. Enquanto para as empresas monocultoras de eucalipto, de abastecimento público ou para os consumidores urbanos, teoricamente orientados pela legislação brasileira, a água significa basicamente um produto; para as comunidades camponesas ela é muito mais que um recurso, mas uma dádiva divina inalienável, conforme destaca Freire (2001, p. 92):

A principal diferença encontrada entre as normas legais e as costumeiras, sem dúvida, reside no valor que o recurso representa para cada sociedade. Para os urbanos, a água mostra-se como um bem dotado de valor econômico, um elemento integrante de qualquer escopo de desenvolvimento, interesse de grandes investimentos, sejam eles privados ou públicos. Já para as comunidades rurais, seu valor inerente é outro [...]. A água possui um valor moral, um valor divino, um elemento que é da natureza, que é de Deus, e, assim sendo, impossível de ser negociável, impossível possuir valor monetário que possa traduzir seu significado.

No que se refere à autonomia dos camponeses enquanto gestores da água nas comunidades, cabe nos aprofundar um pouco mais. Ribeiro (2013, p. 46), ao descrever sobre esta mesma região que estamos estudando, afirma que: “agricultores tradicionais se tornam os principais gestores de cabeceiras, nascentes e pequenas fontes de água”. Num sentido parecido, Galizoni (2013, p. 36) afirma que diante da situação de escassez as comunidades rurais elaboraram diversas estratégias:

Na perspectiva ambiental construíram originais projetos comunitários de conservação dos mananciais de águas; do ponto de vista produtivo, reorganizaram a produção e a pauta alimentar diante da escassez; da perspectiva política, participaram de programas públicos que serviram como base para o abastecimento. E assim, refazendo trajetórias, construindo alternativas, captando programas públicos, criaram possibilidades ricas de futuro. (Grifo nosso).

Embora concordemos parcialmente com a exposição dos autores, no nosso entendimento diante do que observamos em trabalho de campo, não é possível afirmar que os camponeses são os principais gestores das fontes de água, nem tampouco que são ricas as perspectivas de futuro, isso pois: uma vez que, a maioria das nascentes são fruto da recarga hídrica realizada nas áreas de chapadas, cujos fluxos de infiltração regulam a vazão e a qualidade das fontes que jorram nas grotas, compreendemos que uma verdadeira gestão das nascentes depende diretamente da gestão das chapadas. O depoimento do senhor Crispim, camponês da comunidade de Gameleira, Veredinha, representa bem o esforço das famílias nas ações coletivas e também esclarece em relação aos limites da gestão:

Nós cercou as nascentes, fez mutirão de gente e fez o cercamento. Mas num foi as nascentes grandes, são as pequenas nascentes sabe, essas fontes pequenas estão todas cercadas. É onde hoje tá segurando um pouco de água, tá segurando o povo na zona rural ainda por causa delas. Todas as águas grandes, as nascentes grandes que existiam, as fontes de água, hoje já não existem mais, tem as pequenas nascentes agora. Engraçado que a gente acha que seca primeiro as pequenas, mas não, é as grandes. Começou o efeito de baixo pra riba: uma ano falava “ó, o córrego lá na barra torou, já num tá correndo”. Aí quando foi no ano seguinte já secou até numa altura, foi indo, foi indo até que chegou no pé da chapada.

Isso significa que, enquanto estas áreas de recarga estiverem sob o domínio exclusivo das empresas monocultoras de eucalipto, cujas decisões de quando e como lançarão agrotóxicos e adubos químicos sobre o solo, quando cortarão as árvores, quando plantarão novamente, quando revolverão o solo, até onde serão respeitadas as bordas, onde serão instaladas as estradas, entre tantas outras atividades que comprometem sobremaneira o lençol

freático, o máximo que se pode dizer é que: as famílias camponesas que vivem em áreas próximas à monocultura e que dependem das nascentes de cabeceiras, são gestoras das sobras, e porque não dizer para alguns casos mais extremos, gestoras do “efluente” poluído pelos resíduos agroquímicos. Em que pese a importância da preservação dos ambientes que contornam as fontes de água na grota, avaliamos que essa situação imposta, representa o mesmo que “controlar o parto sem ter o mínimo de controle e cuidados com a gestação”, ou dito de outra forma metafórica: “ao passo que os camponeses controlam basicamente as torneiras, as empresas controlam a caixa d’água”.

Perante as dificuldades geradas com o secamento das fontes hídricas nos terrenos familiares, quando o abastecimento não é mais possível através das fontes próprias ou da vizinhança, “os agricultores promovem o adensamento da população nos centros das comunidades e, semelhante às sociedades urbanas, coletivizam o problema e as prováveis soluções, tornando-os, assim, fatos públicos” (FREIRE, 2001, p. 95). Tal é o caso de um grande número de moradores da comunidade de Monte Alegre, que se muda para o povoado de Vendinhas, cujo principal objetivo, dentre outros, é a garantia do abastecimento regular de água. Mesmo sabendo que isso implique em mais um custo financeiro e que este povoado também depende, durante todos os dias do ano, da entrega de caminhões pipas, o fato da água ser distribuída por um sistema gerido pelo poder público, promove a sensação de maior segurança tendo em vista que o apelo social pela regularidade é amplificado, pois quando falta água para um normalmente falta para todos.

Para aquelas famílias que persistem nas suas propriedades, muitas buscaram parceria junto às organizações sociais da região e desenvolveram diversas técnicas e tecnologias sociais de preservação dos mananciais e de captação da água da chuva. Outras ainda dependem do poder público como principal ator de salvaguarda, que busca responder às demandas através do abastecimento com caminhões pipas, poços artesianos, construção de redes de encanamento de água, bombeamentos ou, mais recentemente, a doação de cisternas.

Por sua vez, as empresas monocultoras de eucalipto, quando se veem pressionadas pela opinião pública, procuram atender algumas demandas pontuais e periféricas como: projetos de reforma de estradas; uma eventual doação de postes de madeira e demais materiais para cercamento de nascentes; a construção de algumas caixas de contenção de água da chuva nos carregadores próximos às cabeceiras; a doação de materiais escolares; a doação de bancos para pracinhas; a doação de bolsas de estudo para cursos técnicos ligados aos sistemas empresariais e industriais; o oferecimento de emprego a um ou outro comunitário. Isto, estrategicamente, arrefecia a verdadeira luta necessária, salvaguarda a empresa de questões



polêmicas referente à dinâmica hídrica, garante publicidade, mas não resolve o problema, pois, conforme nos aponta Perpetua (2016, p. 151):

Sendo as empresas mesmas as causadoras de muitos dos problemas que se propõem mitigar, assemelham-se ao caso hipotético de um grande traficante que porventura decida manter uma casa de recuperação para dependentes químicos: por melhor e mais louvável que seja a sua intenção, jamais reparará a destruição social que causa desempenhando seu verdadeiro papel social.

Este conjunto de iniciativas individuais ou coletivas, públicas ou privadas é, sem dúvida, um fator importante que permitiu a resiliência das comunidades camponesas até os dias atuais, porém, não se pode afirmar que elas sejam suficientes a longo prazo. Afinal, “ter água significa, sobretudo, a liberdade de não ter sede; de não ter água mediada pelo poder econômico. Significa a liberdade de autodeterminar e participar ativamente das possibilidades de desenvolvimento que levem em conta sua cultura, seu território e seu saber”. (GALIZONI, 2013, p. 23).

Neste sentido, na nossa avaliação, o que deve ser colocado ao centro do jogo não é somente a resolução paliativa das demandas socioambientais imediatistas, mas também e, sobretudo, a necessidade de organização social para reivindicar o território expropriado dos camponeses, o principal componente que pode reestabelecer as condições de reprodução social e a dinâmica da água nessas comunidades.

### **III. A organização social para o caminho da volta**

A comunidade também tem que botar a mão massa, por que se a comunidade não botar a mão na massa não tem como funcionar né. Eu acho que a empresa precisa ser pressionada pela comunidade. Eu só tô lutando dessa forma porque eu acredito que o ser humano tem jeito. Eu acredito que o povo tem jeito, acredito que quem comanda tem jeito, eu acredito que as coisas mudam. O dia que a gente não acreditar acho que não vale a pena viver mais aqui né. (João Domingos, liderança da comunidade Ribeirão Soares, Turmalina. Atual presidente do CAV).

Se, por um lado, o “encontro dos dois mundos” provocou tamanho desarranjo sociocultural e ambiental, por outro lado levou ao amadurecimento das condições políticas dos camponeses para o enfrentamento da situação. Diante da chegada avassaladora das empresas monocultoras de eucalipto que ameaçavam a posse das terras e ao mesmo tempo embalados por um contexto de efervescência social brasileira do final da década de 1970 até os anos 90, as comunidades rurais do alto Jequitinhonha iniciam a construção do seu processo auto organizativo.

Um dos primeiros levantes de que se tem registro foi a luta pela terra dos posseiros de Mato Grande e São Miguel, em Turmalina, iniciada por volta de 1977 e liderada

principalmente por Vicente Gonçalves Afonso, mais conhecido por Vicente Nica<sup>33</sup>. Esta luta travada entre camponeses e grileiros que se diziam donos, foi intensificada com a entrada das empresas, fomentando o mercado de terras por meio dos “laranjas”, sujeitos aproveitadores da própria região que intermediavam o processo da expropriação, sob a roupagem da aquisição.

No final de 74, os grileiros Geraldino Luiz Antunes e José Cordeiro de Castro, conhecido por Nego Lino, adquiriram um pedaço de terra de mais ou menos 50 alqueires, numa área de aproximadamente 800 alqueires, onde moram os posseiros. A primeira coisa que fizeram foi soltar gado nas plantações e destruir lavouras, com grandes prejuízos para os trabalhadores. Em fevereiro de 75, acompanhados de dois advogados, os grileiros obrigaram vários moradores a assinarem um contrato de arrendamento, pois alegavam serem donos de toda a terra ... os posseiros começaram a resistir e em junho de 78 chegava para Vicente Nica, Elias e Francisco Gonçalves Afonso, Patrício Ferreira, João Teixeira dos Santos e Paulino Macedo, uma ação de despejo, com prazo de 30 dias para desocuparem as terras. (Jornal Geraes, novembro de 1979, p. 3).

O que não aconteceria sem resistência. Esta demanda que reverberou para uma apelação judicial, contava com o apoio pelo lado dos grileiros: da polícia militar, do delegado, do juiz de Minas Novas (Alvanato de Almeida), do prefeito da cidade de Turmalina, do sindicato patronal, entre outros; e do lado dos posseiros havia: a Igreja Católica, através da Diocese de Araçuaí e das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, o Conselho Indigenista e Missionário – CIMI, os advogados da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG, alguns jornalistas livres como os do Jornal Geraes, e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turmalina, que veio a ser fundado em 1978 sob a liderança dos próprios posseiros do Mato Grande e São Miguel.

Assim como os diversos sindicatos dos trabalhadores rurais (STR's) fundados no Vale do Jequitinhonha à época, o de Turmalina tinha objetivos claramente vinculados à organização social de luta pela terra, conforme o trecho da entrevista do Jornal Geraes (1978, p. 9), sobre a primeira reunião para criação do mesmo:

Cansados de ficar sob a tutela do sindicato patronal, que tem feito vistas grossas quanto às péssimas condições de vida no campo, agora agravadas com o aparecimento das empresas ditas reflorestadoras, cerca de 800 trabalhadores rurais de Turmalina, reuniram-se em assembleia geral para discutir e encaminhar a

<sup>33</sup> Vicente Nica: nascido em 10 de julho de 1932, na Grota do Barreiro, filho de Antônio Gonçalves Afonso, situante, e Maria Alves Azevedo, já falecidos, Vicente Gonçalves Afonso, ele próprio pai de família e avô de vários netos, mora em Turmalina, no sertão de Minas Gerais. Desde que abriu o seu *situ* nas terras posteriormente reivindicadas pelos grileiros da Fazenda Mato Grande e São Miguel, Nica sempre esteve à frente das lutas travadas pelos situantes da região. De fé pentecostal, na década de 70, aproximou-se dos movimentos da Igreja Católica e aprofundou sua militância, sendo hoje um conhecido e respeitado líder camponês. Candidato a deputado federal pelo partido dos trabalhadores, em 1982, obteve 5 mil votos, só deixando de ser eleito dada a incapacidade do PT em estabelecer alianças na região. Com esta experiência, desenvolveu um entendimento perfeito e acabado da situação do campo brasileiro. O conhecimento daquilo que Nica aprendeu com a vida é fundamental para os advogados que sobem morro e sabem da vida dos favelados, e que já viram os operários, na fábrica, e os lavradores, no campo, dando duro de sol a sol. (Margarida Maria Moura, et all, 1992, p. 6).

proposta de fundação do seu sindicato. Destacaram como pontos básicos para o trabalho a ser desenvolvido pela diretoria:

- Conscientizar a classe rural do direito de se organizar livremente, buscando assim um poder reivindicatório que atenda aos interesses da classe;
- Desenvolver um trabalho junto às diversas comunidades, no sentido de criar meios de resistência dos camponeses contra a apropriação e domínio pelas grandes empresas reflorestadoras e justificando, citou-se o exemplo das 57 famílias do Mato Grande, ameaçadas de expulsão de suas terras;
- Fim da exploração diária a que estão submetidos os trabalhadores rurais da Floresta Acesita e,
- Salientou-se a importância da união de todos pela defesa de seus direitos.

A luta se arrastou por anos, e após as mais variadas humilhações e ameaças geradas aos camponeses, culminou no ganho de causa pelos posseiros em 14 de janeiro de 1980, no Tribunal de Alçada, Belo Horizonte. A partir dali a caminhada seria pela busca de titulação junto à Ruralminas e do atendimento às demais demandas dos camponeses do município por meio do sindicato.

Ainda na década de 80, os camponeses de Turmalina contribuíram para a criação do Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha – CAMPO VALE, com o objetivo de apoiar as pautas organizativas e de luta camponesa na região. Embora a instituição tenha se dissolvido no ano de 2012, uma das principais marcas de sua atuação foi a participação no processo de resistência das famílias durante os anos de implantação da Barragem Hidrelétrica de Irapé. Ela assessorou tanto movimentos espontâneos, quanto movimentos coletivos, que duraram aproximadamente 13 anos e que ficou conhecido por Comissão dos Atingidos pela Barragem de Irapé.

A negociação entre a Comissão dos Atingidos e a CEMIG foi feita com mediação do Ministério Público Federal. O acordo resultante deste processo foi considerado o melhor e mais completo acordo conseguido por atingidos por barragens do Estado de Minas. Este teve como base o reassentamento de todas as famílias atingidas e tiveram por definição permitir a recomposição da vida e dos direitos afetados dos atingidos, porém na prática, isto não se efetivou por completo, como aponta Lemos (1999, p. 154), que identificou diversas injustiças: “a perda de terras férteis; perda de recursos naturais; aumento da migração, doenças e fome; desrespeito ao povo, seus bens e sua cultura; e indenizações injustas”.

No seio destas lutas camponesas, no ano de 1994, o STR de Turmalina juntamente de demais parceiros (como a paróquia local administrada por uma grande liderança conhecida por Padre Silvano e o Centro de Voluntariado Internacional – CeVI da Itália) criam o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica – CAV.

Esta organização não governamental, sem fins lucrativos, tinha inicialmente como principal objetivo a realização da assessoria produtiva aos agricultores/as da região, mas atualmente:

Busca aliar os conhecimentos técnicos acadêmicos com o saber e a vivência dos agricultores, e conjuntamente implementam metodologias e alternativas para desenvolver de forma sustentável a agricultura familiar da região. São desenvolvidas assim ações no tocante à recuperação de solos degradados, produção agroecológica, difusão de tecnologias sociais para acesso e gestão dos recursos hídricos, geração de emprego e renda norteados por princípios associativistas e cooperativistas através da economia popular solidária e a promoção de uma maior equidade nas relações sociais de gênero. (CAV, 2018).

Em função do CAV ser uma associação sem fins lucrativos composta por uma diretoria que em sua grande maioria é formada por camponeses que trabalham de forma voluntária e que é eleita em assembleias pelos sócios da organização, a instituição foi direcionando suas ações inspirado pelas demandas sociais e pelas estratégias desenvolvidas pelas próprias famílias camponesas ao longo dos anos, as quais:

[...] ao invés de *lutar* com uma natureza aparentemente adversa, souberam conhecer e *recursar* suas possibilidades. Construíram um saber observando, testando, experimentando e classificando o que a natureza oferecia. Elaboraram sistemas de conhecimento dos ambientes pelo tipo de vegetação, pelo “jeito” da terra, e aproveitaram a terra “no que ela gosta de dar” [...] elaboraram estratégias produtivas, reprodutivas e políticas para lidar com essas situações críticas e cíclicas de escassez d’água. (GALIZONI, 2013 p.30, 36).

A nível dos projetos desenvolvidos pelo CAV nos mais de 40 municípios do Vale do Jequitinhonha, podemos destacar as seguintes atividades: a implementação de tecnologias sociais como as cisternas de captação da água da chuva em parceria da Articulação Semiárido Brasileiro - ASA; o cercamento de nascentes; a construção de barraginhas<sup>34</sup>; bacias de contenção<sup>35</sup>; terraços em curvas de nível; a implantação de sistemas agroflorestais; roças agroecológicas; redes de organização e comercialização nas feiras livres; experiências de educação do campo (formal e não-formal); gestão coletiva de fundos rotativos solidários; o empoderamento das mulheres e formação de casais em relações sociais de gênero; resgate e

<sup>34</sup> Barraginha é uma cavidade e/ou barramento construída com aproximadamente 25 horas máquina (geralmente trator de esteira ou pá carregadeira), alocada numa sequência conduzida pela proximidade dos pontos favoráveis ao máximo armazenamento de água, cujo solo deve ser areno-argiloso que, com a remoção e mistura possibilita uma boa agregação e compactação proporcionando a retenção da água pela impermeabilidade. A barraginha tem um espelho d’água, de aprox. 800 m<sup>2</sup>, volume do corte e aterro de aproximadamente 600 m<sup>3</sup>. A capacidade média de armazenamento é 1.200 m<sup>3</sup> de água, variando de acordo com a localidade.

<sup>35</sup> Bacia de contenção é uma cavidade no solo construída com aprox. 05 horas máquina (geralmente trator de esteira ou pá carregadeira) nas partes mais altas dos terrenos, aproveitando se os canais de enxurradas. Sua capacidade média de armazenamento é de 300 m<sup>3</sup> de água e infiltração no solo de no mínimo 04 vezes esse volume. Sua principal função é conter o escoamento superficial da água da chuva, facilitando a infiltração, abastecendo o lençol freático e consequentemente as nascentes. Também objetiva reter o solo gerado do processo de erosão, evitando-se assim o assoreamento dos demais corpos hídricos que se encontrem à jusante.

conservação de sementes crioulas; e apoio à cadeia do mel e do artesanato. Tudo isso alicerçado pela consciência ambiental, a formação política e a mobilização social.

Além do CAV, diversas são as instituições criadas pelas famílias camponesas ao longo dos últimos 20 anos, a começar por aquelas a nível comunitário. Nos municípios observados nesta pesquisa, com destaque para Turmalina e Veredinha, em quase todas as comunidades rurais existe ou já existiu alguma associação. A nível municipal, podemos destacar as associações de feirantes, que a cada dia tem potencializado mais suas ações político organizativas e técnicas. A nível regional podem ser citadas a Associação dos Apicultores do Vale do Jequitinhonha – AAPIVAJE e a Escola Família Agrícola de Veredinha – EFAV, ambas criadas e geridas por famílias camponesas.

Esta última assume um papel extremamente estratégico, pois trabalha diretamente com a formação da juventude camponesa. A EFAV atualmente atende cerca de 120 estudantes da região do alto Jequitinhonha, oriundos de mais de 30 comunidades camponesas e tradicionais, muitas delas inclusive quilombolas. Sua proposta de formação alia conteúdos técnicos, contextualizados à realidade das famílias, e também conteúdos sociopolíticos, buscando a formação de sujeitos críticos e criativos, atuantes na sociedade. E isso tem dado resultados.

No ano de 2016, por exemplo, os estudantes elaboraram uma carta aberta denunciando a situação da ocupação do eucalipto nas cabeceiras das nascentes. Esta ação articulada com a associação da comunidade de Monte Alegre, do CAV, da associação dos feirantes e da Câmara Municipal de Veredinha provocou notoriedade a um assunto até então pouco analisado. Este tema acabou sendo pauta a nível regional, entrando na pauta de duas audiências públicas, uma em Capelinha e outra em Veredinha.

Em se tratando de movimentos populares não institucionalizados na região, podemos destacar a criação no ano de 2015 da Rede de Parcerias, composta por múltiplos sujeitos individuais e coletivos. Sua atuação a princípio está mais direcionada para as comunidades camponesas localizadas no município de Turmalina, à margem esquerda do rio Fanado e que sofrem dos efeitos provocados pela monocultura do eucalipto. É um local de grande foco de conflitos entre a sociedade e as empresas, principalmente por questões relacionadas à terra, à água e à produção. A ação desta rede se apresenta bastante promissora para o fortalecimento das lutas camponesas nos próximos anos.

No nível da comunidade de Monte Alegre, a qual dedicamos boa parte deste trabalho, há diversos camponeses que estão envolvidos com quase todo este contexto regional apresentado até aqui neste tópico. Dentro dela há lideranças sindicais, sócios do CAV, estudantes formados, em formação e sócios fundadores da EFAV, lideranças ligadas à Igreja Católica, famílias envolvidas com a certificação orgânica através de sistemas participativos regionais, famílias dirigentes da associação da comunidade, entre outras. Isso significa que estão em constante movimento, em busca das mais diversas possibilidades que garantam a manutenção dos seus modos de vida, no seu lugar.

Assim, de uma maneira geral, este caldo de elementos concretos da organização social que se aglutinaram ao longo destes 44 anos apresentados sucintamente neste tópico, dão conta de que existe uma solidez na caminhada cujos caminhos futuros apontam para a luta pela liberdade. Embora tenhamos percebido com este estudo que esse caldo ainda não ferveu a ponto de ações mais robustas na luta por terra e território após a chegada da monocultura do eucalipto, é importante evidenciar que, se isso depender de uma revisão histórica não poderia haver gênese mais inspiradora do que a luta dos posseiros de Mato Grande e São Miguel.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### Outras notas

Clebson S. de Almeida

Há quem beba toda poesia  
 Há quem reconheça doses de alegria  
 Há quem leve marcas sob a pele  
 Há quem fale, mas nunca interpele  
 Palavras soam como notas de chuva ao repousar no chão  
 Acorda-te semente, vem chegando a estação  
 Levanta-te do sono, entoadado pelas mãos  
 Longe do rangido das máquinas  
 A mulher da primavera vem debulhar seu berço  
 Baixa-te poeira que vem se erguendo a esperança  
 Novos verdes, novas flores, novas sementes  
 Laridos de uma nova dança,  
 Zumbidos de uma nova colmeia  
 Ribeirão das pedras, volta correndo  
 Mas não se apresse com a terra desagradada  
 Veja quantas sombras frescas, de alma quente!  
 Vem borbulhando uma outra gestação das águas!  
 Há quem ame, mas nunca anuncia  
 Há quem declame amor, mas nem desconfia  
 Ahhh... essa boca da noite que comeu mais um dia  
 Guarda em seu céu, o calor da estrela guia  
 Mas, amanhã, numa outra manhã  
 Quando a brisa tocar seu rosto  
 Alargue o sorriso, assopre de volta toda sintonia!!

Nessa nossa caminhada investigativa e reflexiva, tal qual é a caminhada de nossa existência material, procuramos coletar o maior volume possível de informações que se faziam necessárias, ou não, para a compreensão do caminho. Os parâmetros técnico-científicos da pesquisa qualitativa permitiram que os rumos das descobertas fossem se revelando e se tornando mais claros à medida que cada topo de morro fosse vencido, avistando o horizonte e também os demais morros que deveriam ser percorridos. Embora esta estratégia pareça desafiadora e até certo ponto arriscada, o principal segredo nela é a compreensão de que se está caminhando no sentido ao ponto de onde pretende chegar, mesmo que isso implique em subidas e descidas, em segurança e incerteza.



Nesta nossa análise sobre os efeitos socioambientais gerados pela implantação da monocultura do eucalipto na microrregião do alto Vale do Jequitinhonha, procuramos descrever o percurso em três lógicas, espaços e tempos: I) o mundo na perspectiva da comunidade tradicional, suas dinâmicas territoriais e seu modo de vida; II) o mundo na perspectiva da empresa capitalista monocultora de eucalipto; e III) os resultados gerados, até o presente momento, desta colisão.

Na primeira parte observamos que a comunidade de Monte Alegre, localizada no município de Veredinha, tem sua origem vinculada à colonização portuguesa da região de Minas Novas, que após a decadência da mineração provocou a formação de agrupamentos espalhados pelas grotas, onde praticavam a agricultura que, por sua vez, se complementava ao extrativismo e à criação bovina à solta em áreas comuns, nas chapadas. Este processo histórico que passou inclusive pela subordinação escravista à fazenda, também se fez pela conquista da liberdade, conferindo aos camponeses a possibilidade de tomar posse das terras onde já viviam e vivem até os dias atuais.

O fato dos camponeses garantirem seu sustento por meio do trabalho livre em terras livres (desde a segunda metade do século XIX até pelo menos a década de 1970), permitiu a organização de um arranjo apurado de saberes, códigos, costumes e regras estabelecidas na relação entre os camponeses e dos mesmos com a natureza. Assim, os mais variados ambientes que compõem o que denominam por grotas e chapada tornam-se um único território. As práticas de uso das Veredas de maneira especial, apresentam diacríticos relevantes, desde a coleta das sempre-vivas, até a pesca artesanal. Este ambiente também é extremamente estratégico para o abastecimento das nascentes que brotam nas grotas.

A cosmologia da comunidade de Monte Alegre parte de um lugar coletivizado, cujos recursos são interpretados como dádiva, que atendem às necessidades humanas dentro de parâmetros, por vezes regidos pelo sobrenatural, que proporcionam também a partilha. Assim, os encantados que moram no mato e que são anunciados por meio da oralidade que ultrapassa as gerações, são atores importantes na regulação das dádivas, de maneira tal, que a quebra de determinadas crenças pode gerar sansões que provocam a penúria. Na caça, de maneira especial, para quase todo animal havia também uma regra que o restringia ou o liberava para a pauta alimentar, e a lógica de cada mito é educativa, indicando para os próprios camponeses os comportamentos ideais de sociabilidade.

Ainda neste aspecto da organização e visão de mundo, os camponeses de Monte Alegre administram o seu trabalho numa lógica temporal diferente da lógica da sociedade envolvente, o calendário produtivo parte de duas balizas, o tempo das águas e o tempo da

seca, que se complementa ao calendário religioso, cujo ócio ora é penitencial, ora festivo. O tempo *Chronos* é sobreposto pelo tempo *Kairós*, que, mesmo veloz não ultrapassa a medida. Para aquelas atividades que exigem urgência, mas que demandam maior esforço e consequentemente gera maior demora na execução, a exemplo da capina de uma roça que está sendo tomada por plantas indesejadas, o equilíbrio se reestabelece pela inserção de mais braços na tarefa, denominados por mutirão ou maromba, que quase sempre ainda terminam em festa.

Estes e demais aspectos do modo de vida dos camponeses de Monte Alegre são referências que a indicam como uma comunidade tradicional. As condições objetivas para a sua autodefinição e o seu reconhecimento legal enquanto comunidade quilombola ou qualquer outra categoria amparada no que estabelece as leis estaduais e federais sobre Povos e Comunidades Tradicionais, vai depender do caminho que a própria comunidade irá organizar para seguir, se é que seguirá. No nosso entendimento, a escolha da caminhada nesta perspectiva, porém, apontaria horizontes de luta promissores.

Na segunda parte deste trabalho, nos debruçamos sobre a lógica de produção capitalista das empresas monocultoras de eucalipto ligadas ao setor da siderurgia. A introdução deste modelo se deu principalmente por meio do Estado, a partir do ano de 1974, e posteriormente passou para o domínio do setor privado, de capital internacional, atualmente representado pela Aperam Bionergia (grupo *Arcelor Mittal*).

A sua lógica, diferentemente das comunidades tradicionais, se reproduz a partir da expropriação e apropriação dos recursos presentes no ambiente, cuja acumulação primitiva é imprescindível à manutenção do seu modo de produção, orientado pela garantia da apropriação da renda, em forma de capital monetário (ou, no atual momento, garantindo a remuneração do capital financeiro e especulativo).

Do ponto de vista ambiental, os danos gerados que constatamos criteriosamente a campo, são diversos e ocorrem em muitos lugares, por isso advertimos sobre a necessidade de um tratamento jurídico de maneira globalizada e irrestrita às circunscrições judiciárias.

Dentre eles podemos citar: I) a erosão genética das espécies nativas do Cerrado que compunha o extrato vegetal das chapadas, sem contar as espécies da fauna. Cabe um destaque para a supressão total das flores Sempre-vivas na região de Turmalina, Veredinha, Minas Novas e Itamarandiba. Pelo menos três variedades desapareceram após o ressecamento das Veredas, cuja área foi extremamente desrespeitada para o plantio de eucalipto. II) a destruição de espécies protegidas por lei, como os pequizeiros, que são sufocados no meio da monocultura e danificados no ato da colheita mecanizada da madeira; III) o uso abusivo de

agrotóxicos, até mesmo aqueles proibidos por lei, gerando o risco de contaminação das fontes de água que abastecem a população; IV) a supressão da vegetação nativa e a turbção do solo nas áreas de preservação permanente das bordas de chapada; V) a poluição do ar com gases tóxicos emitidos no processo de carbonização da madeira, colocando em risco a saúde da população do entorno e contribuindo para as mudanças climáticas globais.

A perversidade deste modelo está tanto na expropriação dos camponeses e na destruição do seu território, quanto na sua volatilidade. Dependendo das oportunidades que vierem se constituir no futuro, a empresa e seu modelo pode rapidamente se deslocar para outra região, deixando para trás todo passivo socioambiental. Ou seja, mesmo que suas próprias ações levem o ambiente à uma instabilidade ao ponto de tornar inviável as suas operações, a empresa capitalista pode migrar, ou de lugar ou de ramo.

Na terceira e última parte deste trabalho, que intitulamos por “o encontro dos dois mundos – a opressão da nova era”, colocamos a terra e a água na centralidade da análise sobre: a disputa por condições de existência das comunidades tradicionais em face à apropriação destes para a reprodução ampliada do capital pelas empresas. O encontro impõe a convivência de dois modelos contraditórios, cuja força até o atual momento, tendeu para o modelo capitalista, apoiado pelo Estado brasileiro.

A implantação da monocultura do eucalipto no alto Jequitinhonha se financiou às custas da expropriação das áreas de uso comum dos camponeses, o que não era uma porção de terra qualquer, eram terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades, ou seja, territórios. As formas de saque foram variadas, mas todas baseadas pelo menos, na violência simbólica. Uma estratégia mesquinha de enganação para se apropriar das chapadas e das forças de trabalho dos camponeses, aproveitando da condição de pobreza material e da falta de oportunidades para a obtenção dos conhecimentos legais que os amparassem.

No tocante à água, as consequências são as mais severas. Os dados que apresentamos em relação ao secamento das nascentes chegando, por exemplo, a quase 90% da totalidade em um dos municípios estudados, remetem a um colapso. São diversos os depoimentos dos camponeses que comprovam tamanha alteração. Estes são exímios pesquisadores, pois conviveram com a realidade dia após dia, muitos anos antes e durante a implantação da monocultura.

As políticas públicas como a distribuição de água por meio de caminhões pipas ou a perfuração de poços artesianos patinam perante a demanda crescente pelo abastecimento, uma vez que além de serem paliativas, não possuem sequer algum planejamento para sua execução. Até mesmo agências públicas e algumas agências de mediação, veem-se envolvidas

na trama, na qual, eventualmente são cooptados pela empresa por meio de “favores” políticos ou por meio das migalhas de compensação social e ambiental dos impactos gerados.

A busca por alternativas que contrapõem este modelo expropriador e predatório, caminhando para a construção de um projeto popular da classe trabalhadora, na nossa avaliação, passa pelas diversas ações já empenhadas até o presente momento pelos próprios camponeses e suas instituições sociais, mas sobretudo, pela reconquista e reestabelecimento do território tradicional. Passa pela garantia da conservação e a gestão comunitária das áreas de recarga das nascentes, de extrativismo, de pesca, de coleta dos frutos nativos, dentre outras tantas funções que possuem as chapadas.

Para que isso aconteça, a via legal que se apresenta na atual conjuntura é a do auto reconhecimento enquanto categoria de Povos e Comunidades Tradicionais e posteriormente a demarcação do território tradicional das comunidades. No que se refere à comunidade de Monte Alegre, ainda que esteja incipiente, ela já iniciou sua caminhada na perspectiva da autodefinição e da sua certificação, que poderá ser quilombola ou outra que os sujeitos se compreenderem como tal. Porém, para que se avance na perspectiva territorial, algumas questões ainda precisam ser respondidas e resolvidas, por exemplo:

- 1) Quais condições objetivas (fôlego, mobilização, gente) ela congrega para encampar essa luta?
- 2) Será que o baixo número de famílias que moram atualmente na comunidade, com média de idade avançada, cuja perspectivas para a restituição das plenas condições de reprodução social do seu território se encontram abaladas diante da violência sofrida por longos anos, poderá ser um empecilho para que se avance na luta necessária?
- 3) Por outro lado (tendo em vista que sujeitos direitos não tem quantidade mínima), a força da tradicionalidade, a resistência nos modos de ser, fazer, de transmitir conhecimento, e as potenciais estratégias de organização e de luta da comunidade e suas respectivas instituições parceiras, poderão ser o caldo político e social para provocar o levante e a manutenção da sua marcha?
- 4) Qual o papel dos agentes de mediação neste processo (CAV, associações, sindicatos, etc.)? E dos agentes públicos (Prefeitura, Ministério Público, Universidade, Escolas, etc.)?

Enfim, uma coisa nos parece clara, há que se pensar e agir de maneira coletiva e articulada, para além de uma só comunidade. As chapadas são elos de ligação entre os diversos agrupamentos de famílias camponesas que firmam moradas nas grotas, mas que

dependem das mesmas chapadas para o abastecimento das nascentes, por exemplo. Portanto, são áreas que configuram um território de interesse comum, cujos limites inclusive se permeiam. A luta também precisa se deixar permear!

Por fim, reconhecemos as limitações deste trabalho acadêmico-científico, que deixou em aberto diversas questões que ainda precisarão ser aprofundadas futuramente por novas pesquisas. São elas: as relações de parentesco e de compadrio em Monte Alegre e demais comunidades; o papel e a efetividade das políticas públicas junto às comunidades tradicionais expropriadas pela monocultura de eucalipto; o olhar e as perspectivas da juventude camponesa perante esta realidade e as possibilidades de futuro; os possíveis efeitos gerados à saúde humana por meio do uso de agrotóxicos na plantação de eucalipto, de maneira especial o caso da comunidade Mandingueiro, em Itamarandiba, onde há um aterro de aldrin na cabeceira de uma nascente que abastece as famílias; os possíveis riscos de depressão ou transtornos mentais gerados pelo impacto visual da monocultura e pela alteração do modo de vida dos camponeses; entre outras.

Esperamos humildemente, que este trabalho colabore para novas reflexões acerca da realidade das comunidades tradicionais do alto Jequitinhonha, sobretudo aquelas impactadas pela monocultura do eucalipto; que permita críticas aos argumentos aqui apresentados, pois só assim se avança na construção epistemológica; e principalmente, que sirva como instrumento de defesa dos direitos dos camponeses, afinal: Para a empresa é apenas terra, para a comunidade é território. Para a empresa a água é recurso, para a comunidade é dádiva. Para a empresa é poder e lucro, para a comunidade é vida, existência e prosperidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABNER, G; MARTINS, T. & SILBY, A (Org). *Geraes: a realidade do Jequitinhonha*. Belo Horizonte: NEOPLAN, 2011.
- ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO. **PARECER n. 00133/2016/CGA/PFE-INCRA-SEDE/PGF/AGU**. Disponível em: <http://sapiens.agu.gov.br> Mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 54170000018201573 e da chave de acesso 50f8237a. Brasília, 2016.
- ALMEIDA, A. W. B de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2.<sup>a</sup> ed. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008. p. 25-30 e 133-158.
- APERAM. **APERAM no mundo**. Belo Horizonte. Disponível em: <http://aperambioenergia.com.br/empresa/aperam-no-mundo/>. Acesso em: 20 de outubro de 2017.
- ARCELORMITTAL BIOENERGIA LTDA. **Sistema de Certificação FSC: relatório público certificação de manejo florestal**. Belo Horizonte, 2010.
- BAKUNIN, M. e KROPOTKIN (1978). **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Editora Expressão Popular – Via Campesina, 2013, p. 30-32.
- BRAGA, A. C. G. **Uma análise do processo de privatização brasileiro, com ênfase no setor siderúrgico**. Fundação Getúlio Vargas: Belo Horizonte, 1996, p. 312-313.
- BRANDÃO, C. R. **Os caipiras de São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 2<sup>a</sup>.ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- BRANDÃO, C. R. **Relatório final do Projeto Tempos e espaços nas comunidades rurais do Alto e Médio São Francisco - Minas Gerais**. Uberlândia: UFU, 2010.
- BRASIL. **IBGE: Censo Demográfico 2010**. Brasília. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2013.
- BRASIL. **Novo Código Florestal Brasileiro**. Brasília. MMA, 2012.
- CALIXTO, J. S. **Reflorestamento, terra e trabalho: análise da ocupação fundiária e da força de trabalho no Alto Jequitinhonha, MG**. Lavras, Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal de Lavras, 2006.
- CÂMARA MUNICIPAL DE TURMALINA. **Diagnóstico Hídrico de Turmalina – MG**. Revista vol. 01, Turmalina, 2017.
- CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.
- CARVALHO, M. A de. **A presença indígena no Vale do Jequitinhonha: a difícil memória**. In: Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010.
- CHAMBERS, R. e CONWAY. G. **Sustainable rural livelihoods: praticado concepts for the 21 century**. In: DOS Discussion Paper 296, december, 1991.
- COSTA FILHO, A. **Os Gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro**. Brasília / UNB, 2008.

COSTA FILHO, A *et. al.* **Mapeamento dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais: visibilização e inclusão sociopolítica-Um breve relato sobre incursões no semiárido mineiro.** Belo Horizonte, Interfaces - Revista de Extensão, v. 3, n. 1, p. 69-88, jul./dez. 2015.

COUTINHO, C.S. **Transferência de tecnologia e organização do processo de trabalho na indústria siderúrgica.** Dissertação (Mestrado em Economia)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 1985.

DAYRELL, C. A. **Diagnóstico exploratório sobre o Vale do Jequitinhonha.** Montes Claros, SEMEAR, 2016.

DIEGUES; Antônio Carlos e ARRUDA; Rinaldo S.V. (org.) **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

FÁVERO, C *et al.* **Formação em agroecologia nos vales do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais.** Diamantina, UFVJM, 2013.

FÁVERO, C. e MONTEIRO, F.T. **Disputas territoriais no Vale do Jequitinhonha: uma leitura pelas transformações nas paisagens.** Revista Agriculturas • v. 11 - n. 3, Rio de Janeiro, 2014.

FERREIRA, A. B de H. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa – 8 ed.** Rev. Atual - Curitiba: Positivo, 2010.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP. **Plano de desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha.** Vol. I. Belo Horizonte, 2017.

GALIZONI, F. M. **A terra construída: família, trabalho e ambiente no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

GALIZONI, F. M. **Lavradores, águas e lavouras: estudos sobre a gestão de recursos hídricos no Alto Jequitinhonha** (org.) – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

GRAZIANO, E; GRAZIANO N. **As condições da reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha.** São Paulo: Perspectivas, 1983.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ÁRVORES – IBÁ. **Indústria Brasileira de Árvores.** Brasília: 2014.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. **Perfil de Empresa Arcelor.** Florianópolis: junho de 2004.

JORNAL DO BRASIL. **Arcebispo acha que árvores enriquecerão Jequitinhonha.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1973. Caderno 1, p. 32.

KOTSCHO, R. e JOSÉ, S. **A sobrevivência é um desafio no vale estéril.** São Paulo: Jornal O Estado de São Paulo, 03 de setembro de 1977, p. 14.

KOTSCHO, R. e JOSÉ, S. **Processos sumários, alqueires ampliados e O progresso chegando ao vale da fome.** São Paulo: Jornal O Estado de São Paulo, 28 de agosto de 1977, p. 28-29.

LE MOS, C. F de. **Audiências públicas, participação social e conflitos ambientais nos empreendimentos hidrelétricos: os casos de Tijuco Alto e Irapé.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 1999.



- LIMA, R.C. **Pequena história territorial do Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 1954. *apud* SILVA, M. A. de M. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- LIMA, S. C. **A preservação das Veredas para manutenção do equilíbrio hidrológico dos cursos d'água**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE O MEIO AMBIENTE, 3., 1991, Londrina, UEL/NEMA, 1991. p. 204-218.
- LIMA, S. M. V. **Secas e S'águas: alterações na dinâmica da água no Alto Jequitinhonha**. p. 98-124 In: GALIZONI, F. M. (org.) **Lavradores, águas e lavouras: estudos sobre a gestão de recursos hídricos no Alto Jequitinhonha**– Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- LITTLE, P. **Territórios sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004: 251-290.
- MAIA, C. de J. **“Lugar” e “Trecho”: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha**. Viçosa, Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Viçosa, 2000.
- MALTEZ, M. A. P. F. **Recursos naturais e agricultura: Um estudo nas Chapadas e Grotas do Alto Jequitinhonha-MG a partir dos dados do Cadastro Ambiental Rural**. SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Campinas, 2018.
- MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. São Paulo - USP. Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1981.
- MARTINS, J de S. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2ª ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Trad.: Rubens Enderle. São Paulo: Bontempo Editorial, Livro 1. 2013.
- MINAS GERAIS. **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – 2016 a 2027**. Belo Horizonte, 2014.
- MINAS GERAIS. **Instituto Mineiro de Gestão das Águas**. Disponível em <http://www.igam.mg.gov.br/component/content/160?task=view> Acesso em 27 set 2017.
- MONTEIRO F. T & FÁVERO. C. **A luta dos(as) apanhadores(as) de flores sempre-vivas frente à expropriação territorial provocada por unidades de conservação de proteção integral da natureza**. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, v.8, n.4. P. 33-37, Rio de Janeiro 2011.
- MORAES, J. C. P. P de. **Território como norma ou a norma como território? Práticas e representações sociais durante o processo de ocupação do Médio Rio Doce em Minas Gerais, nas primeiras décadas do século XX**. XVIII Encontro Regional da Associação Nacional de História – sessão Minas Gerais. Mariana, 2012.
- MOURA, M.M. **Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- MOUSS, M. **Sociologia e antropologia**. Trad.: Neves, Paulo. São Paulo, 2003.
- NAC - Núcleo de Estudos em Agroecologia e Campesinato/UFVJM. **Caracterização e Análise do Agroecossistema da família de Maria e Antônio, Comunidade Gentio – Turmalina, Alto Jequitinhonha**. Projeto Sistemas Agroecológicos, Inovações Tecnológicas e Resiliência as Mudanças Climáticas na Região do Semiárido de Minas Gerais. Diamantina: NAC/UFVJM, 2015.

NOGUEIRA, M. **Gerais a dentro a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros de Minas Gerais**. Brasília, Mil Folhas, 2017.

PERPETUA, G. M. **Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo**. Presidente Prudente, 2016.

QUEIROZ, M. I. P de. **O catolicismo rústico no Brasil**. In: O campesinato brasileiro. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. da USP, 1973.

RIBEIRO, E. M. **Lembranças da terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha**. Belo Horizonte: CEDEFES, 1996.

RIBEIRO, E. M e GALIZONI, F. M. **Água, população rural e políticas de gestão: o caso do vale do Jequitinhonha, Minas Gerais**. Revista Ambiente & Sociedade. São Paulo: NEPAM – Unicamp & PROCAM – USP, 2003.

RIBEIRO, E. M. **Sete estudos sobre a agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha**. Porto Alegre. Editora UFRGS, 2013.

RIBEIRO, F. Paulo Batista. **A influência da lua e os macetes do campo**. Ponte Nova: Editora Graff Cor LTDA, 1998.

ROCHA, L. A. **O poder da territorialidade: “O lugar da gente”, o território pesqueiro**. Dissertação de mestrado. Montes Claros / Unimontes, 2017.

RURALMINAS. **Terras devolutas**. Belo Horizonte, 1980.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SANTAROSA, E. et. al. **Transferência de tecnologia florestal: cultivo de eucalipto em propriedades rurais: diversificação da produção e renda**. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

SANTOS, R. P. et al. **Territorialidades no Rio São Francisco: o mundo das coisas “apossadas” pelas palavras**. Curitiba, 2017.

SÃO PAULO. **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP**. Disponível em: <http://site.sabesp.com.br/site/interna/Default.aspx?secaoId=140> Acesso em 25 mar. 2018.

SCHMITT, C. J. **Transição Agroecológica e Desenvolvimento Rural: um olhar a partir da experiência brasileira**. In: Agroecologia e os desafios da transição agroecológica – Sérgio Sauer e Moisés V. Balestro (orgs.), Expressão Popular, 2009.

SERVILHA, M. de M. **Quem precisa de região?: o espaço (dividido) em disputa**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SILVA, F. C. T da. **A Lei de Terras de 1850 e o problema da terra comum no sertão do São Francisco (1850-1962)**. Rio de Janeiro: Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, EIAP/FGV, s.d.

SILVA, M. A. de M. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SOUZA, J. V. A de & HENRIQUES, M. S. (Orgs). **Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos**. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010.

SOUZA, J. V. A de (Org.). **Retratos de Família**. Belo Horizonte: Páginas Editora, 2017.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. *Apud* SILVA, M. A. de M. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

VANDANA, S. & BANDYOPADHYAY J. **Inventário ecológico sobre o cultivo do eucalipto**. (tradução). Belo Horizonte: CPT, 1991.

WANDERLEY, M de N. B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ZHOURI, A. **Prefácio**. In: GALIZONI, F. M. (org.) **Lavradores, águas e lavouras: estudos sobre a gestão de recursos hídricos no Alto Jequitinhonha**– Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 11-15.